

3.3.1 CARACTERIZAÇÃO REGIONAL E USO DA TERRA

3.3.1.1 APRESENTAÇÃO

A pesquisa a respeito do uso da terra no entorno do PEI deu-se em duas etapas. Primeiramente foram coletados dados secundários referentes aos municípios de Capão Bonito, Ribeirão Grande, Guapiara, Eldorado Sete Barras e Iporanga. Esses dados foram confrontados com informações obtidas através da aplicação de questionários junto a técnicos e representantes das citadas prefeituras (nas áreas de meio ambiente, agricultura, turismo, educação, assistência social e saúde), bem como representantes de ONG's com atuação na região e de outros órgãos governamentais e serviram de subsídio à caracterização sócio-econômica dos municípios sediados na zona de amortecimento.

Com base em dados quantitativos coletados em fontes diversas, conforme referência bibliográfica, acrescidos e complementados por informações obtidas em campo, foi possível analisar aspectos demográficos, econômicos, sociais e ambientais, traçando-se um perfil de cada município e relacionando esse perfil à condição de vizinhança à área de proteção integral; avaliando-se os conflitos e as confluências de interesses, as oposições e as potencialidades de parceria com vistas a um desenvolvimento regional integrado e sustentável. As informações foram comparadas e referenciadas entre os municípios pesquisados, bem como em relação às respectivas regiões e às médias do Estado. Dos questionários aplicados aos técnicos das prefeituras emergiram informações valiosas correspondentes às estratégias e posturas adotadas pelas diferentes administrações públicas municipais e questões relativas à saúde, educação, agricultura, meio ambiente, desenvolvimento econômico, entre outros aspectos, bem como em relação à percepção e ao relacionamento das respectivas municipalidades em relação às áreas preservadas, incluindo perspectivas e potencialidades de integração e desenvolvimento de projetos e ações conjuntas.

Numa segunda etapa, direcionou-se a pesquisa a pontos focais, bairros fronteiriços ao PEI, diminuindo a escala com vistas a ganho qualitativo na análise em detalhe. O estudo, nesta etapa, concentrou-se na faixa de transição entre o Parque e outros tipos de uso da terra por se tratar de uma área estratégica para os objetivos de conservação do Parque, de forma que a análise das atividades antrópicas aí desenvolvidas buscou avaliar seu potencial degradador, bem como as possibilidades de conjugação dessas atividades, se realizadas em bases sustentáveis, com os objetivos da Unidade de Conservação.

Para tanto, a equipe realizou estudo qualitativo, utilizando como método a aplicação de questionários temáticos (agricultura, mineração, turismo e atividades sustentáveis) abertos a moradores e entrevistas com lideranças locais previamente selecionados e outras escolhidas no momento da visita; registros fotográficos, registros das observações em campo e gravação de algumas entrevistas.

Foram selecionados alguns bairros considerados representativos de cada localidade nas regiões do Alto Paranapanema e Vale do Ribeira, utilizando-se levantamento prévio das características das áreas (Figura 1) e edificações, a partir de reuniões preparatórias com técnicos, funcionários (monitores e guardas-parque) e o gestor do PEI.

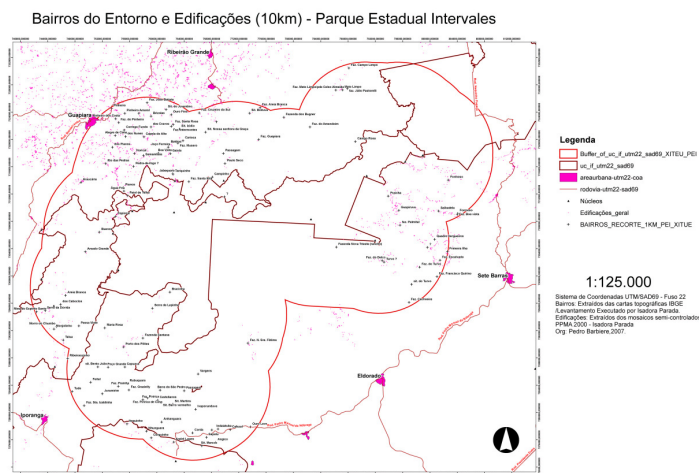
Este método possibilitou o conhecimento e compreensão dos sujeitos envolvidos, assim como, colher impressões sobre a unidade de conservação, conteúdos importantes que nos ajudam a entender o sentido, as aspirações, as contradições, as percepções e representações dos agentes e auxiliam na compreensão das formas de produção e reprodução social que caracterizam o uso da terra na Zona de Amortecimento.

Houve problemas na consolidação das informações obtidas nessa forma de abordagem, pois em campo constatou-se que as atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias eram mistas; muitas delas tinham um membro da família que trabalhava na mineração, por exemplo, enquanto outros membros da constelação familiar praticavam a agricultura convencional ou orgânica, como atividade complementar de renda. Isso ocorreu de forma mais expressiva nos bairros localizados no Alto Paranaparena e Alto Ribeira.

No que pese a dificuldade apontada, através do estudo focal foi possível detalhar as características socioeconômicas e as estratégias de cada comunidade na implementação de ações para melhoria local; diagnosticar as políticas públicas concernentes a estas áreas e suas conseqüências para a população e para o PEI; compreender as expectativas e impressões dos moradores com relação ao Parque; diagnosticar as atividades já realizadas ou propostas de uso compatíveis à condição de vizinhança com a Unidade de Conservação bem como aquelas que representam uma pressão negativa à conservação da área.

O estudo também possibilitou observar a diversidade no interior de cada área, cujas origens são múltiplas, abrangendo desde processos históricos de ocupação, passando pelos ciclos econômicos, pelas especificidades de cada administração local, bem como a existência ou não de programas estaduais e federais ou de projetos desenvolvidos por ONG(s). Este conjunto de fatores gera fisionomias particulares a cada um dos bairros estudados.

Figura 1 - Carta de Bairros do entorno do PEI e edificações - raio de 10 km (Fonte: FF/SMA)



Os bairros da Zona de Amortecimento que foram estudados estão relacionados a seguir:

Tabela 1. Bairros visitados no trabalho de campo “Uso da Terra”, dias 15 a 18 de agosto e 13 a 16 de setembro de 2007.

Setor	Região/Bacia	Município	Bairros
Bairros ao Norte do PEI	Alto Paranapanema	Ribeirão Grande	<ul style="list-style-type: none"> • Tanquinho (ou Jabaquara) • Boa Vista • Cristal • Anacleto • Maciel • Ouro Fino • Passagem • Assentamento • Barro Branco • Capoeira Alta
		Guapiara	<ul style="list-style-type: none"> • Capela do Alto • Paivinha (ou Pinheiro do Amaral) • Macedo • Pianos • Pinheiros de Santana • Elias • Água Fria
	Alto Ribeira	Iporanga	<ul style="list-style-type: none"> • Capinzal
Bairros ao Sul do PEI	Médio Ribeira	Iporanga	<ul style="list-style-type: none"> • Maria Rosa (quilombola) • Pilões (quilombola)
		Eldorado	<ul style="list-style-type: none"> • São Pedro (quilombola) • Guapiruvu - Prainha ou Taquarinha • Guapiruvu - Assentamento Alves, Teixeira e Pereira
		Sete Barras	<ul style="list-style-type: none"> • Guapiruvu • Saibadela • Barra do Ribeirão da Serra

3.3.1.2 SETOR NORTE DO PEI - ALTO PARANAPANEMA

Município de Ribeirão Grande

As origens de Ribeirão Grande remontam ao povoamento de Capão Bonito, Município do qual era distrito quando de sua recente emancipação, em 1991.

A trajetória histórica de Ribeirão Grande nos dá uma pista sobre o aparente paradoxo da “crise de identidade” pela qual passa um município que, em verdade, localiza-se num dos sítios iniciais de povoamento de toda uma região.

O povoamento do território se deu a partir dos núcleos de Freguesia Velha e Ribeirão dos Cruzes, ambos atualmente pertencentes à área ocupada pelo Município de Ribeirão Grande.

O Bairro de Ribeirão dos Cruzes cresceu em torno de uma construção de pau-a-pique, sem datação precisa - a chamada Casa Grande - que, além de abrigar a família Cruz caracterizava-se por abrigar uma “venda” ou posto de trocas, utilizado por tropeiros que se dirigiam ao sul do país ou pelos “caçadores” de ouro de aluvião das Muralhas de Pedras ou Encanados, dos Rios das Almas, das Conchas e do Ribeirão Velho, no início do século XVIII. Em torno da Casa Grande originou-se uma povoação, na sua maioria formada por membros da família Cruz, que acabou por nomear o bairro a que originou.

Freguesia do Município de Botucatu desde março de 1889, com o nome de Bom Jesus do Ribeirão Grande, em 05 de agosto de 1910 o então Distrito foi simplesmente extinto e incorporado ao de Espírito Santo do Rio Pardo, também pertencente à Botucatu.

Em 28 de fevereiro de 1964, (mais de meio século após a extinção) Ribeirão Grande ressurgiu como Distrito, com a denominação atual, por meio de um movimento no qual destaca-se como uma das principais lideranças o Cônego Pedro José Vieira.

Tal liderança também protagonizou o movimento que culminaria na autonomia municipal, obtida em 30 de dezembro de 1991, após a longa trajetória de marchas e contramarchas.

Data de Emancipação: 30/12/1991
Data de Fundação: 19/05/1991
Localização Geográfica do Município: O Município de Ribeirão Grande localiza-se no Vale do Alto Paranapanema, na região sudoeste do Estado de São Paulo, a cerca de 230 Km da capital.
Limites Geopolíticos do Município:
Capão Bonito (a Norte e a Leste),
Guapiara (a Oeste)
Iporanga e Eldorado (ambos ao sul).
Região Administrativa: Sorocaba
Região de Governo: Itapeva
População estimada pelo SEADE em 2008: 7.292 ha

Área total: 332,07 Km².

DEMOGRAFIA

Dos três municípios situados na face norte da Zona de Amortecimento do Parque Estadual Intervales, Ribeirão Grande é o mais caracteristicamente rural, com 68,54% da população residindo no campo (SEADE 2008), o de menor população e aquele em que é mais nítida a migração entre a população jovem.

Atesta esta última afirmação a comparação entre os dados de composição etária da população dos anos de 2000 e 2006, conforme ilustra o quadro abaixo:

Tabela 2. Dados de composição etária da população dos anos de 2000 e 2006 no Município Ribeirão Grande.

população residente 2000		população residente 2006	
Pessoas residentes até 14 anos	31%	Pessoas residentes até 14 anos	26%
Pessoas residentes 15 a 24 anos	21%	Pessoas residentes 15 a 24 anos	21%
Pessoas residentes 25 a 59 anos	40%	Pessoas residentes 25 a 59 anos	43%
Pessoas residentes 60 anos ou mais	8%	Pessoas residentes 60	10%

Fonte: IBGE/SEADE

Há um padrão na evolução dos percentuais, um “envelhecimento”, por assim dizer, da população, que só não é observado na faixa etária dos 15 aos 24 anos. Essa faixa etária apresenta características específicas; é a mais representativa daquela parcela da população que está ingressando no mercado de trabalho, que não se “estabilizou”, que não constituiu família, que ainda não “fincou raízes”, mas que começa a ter perspectivas de “emancipação”, inclusive, de ordem econômica. Tendencialmente, em função destas particularidades, possui uma maior expectativa em relação a oportunidades profissionais; demanda novas oportunidades e vai à busca delas.

É o que provavelmente aconteceu com aquela parcela que “sumiu” estatisticamente, uma vez que pelo padrão deveria ter ocorrido um acréscimo em termos percentuais nessa faixa etária. Essa hipótese é corroborada pela taxa geométrica de crescimento anual da população no período de 2000 a 2008, de -0,14%.

Fluxo migratório com destino ao Município foi registrado apenas quando da ocupação do território e relaciona-se aos ‘mateiros’, sertanejos e garimpeiros que se instalaram na colonização, contando também com grande influência dos imigrantes portugueses.

Hoje, o fluxo migratório em caráter temporário ou permanente é inverso; Ribeirão Grande é exportadora de mão-de-obra.

Em Ribeirão Grande, tanto no campo como na cidade, é patente a migração da população jovem para outros centros urbanos, como Tatuí, Sorocaba e Itapeva. Segundo informações obtidas junto à Prefeitura do Município, esse êxodo seria da ordem de 0,5% da população ao ano!

A Administração Municipal tem clareza do problema, mas ressentem-se da falta de instrumentos para reverter esse quadro, como fica patente nas palavras da Secretária Municipal de Agricultura, Sra. Raquel Regina Scudeller Silva: “... *temos uma demanda muito grande de pessoas saindo da cidade, sobrecarregando cidades como Tatuí, Sorocaba e Itapeva; inchando esses lugares. Aqui vão ficando os velhos e as crianças, estas, que daqui a pouco estarão saindo também. São perdas de terras, mas, sobretudo, perdas de valores. Como podem ser caracterizados como produtores familiares se não há mais a família? Que agricultura familiar é essa que a força produtiva sai, abandona a cidade?...*”.

É importante ressaltar que a população nessa faixa etária (15 a 24 anos) é, nas grandes cidades, a que atualmente mais está sujeita ao desemprego e à violência (como vítima ou agressor).

Por outro lado, a perda dessa parcela da população pelo Município é economicamente nefasta, entre outros fatores, porque é justamente o contingente de trabalhadores mais receptivo a inovações técnicas e tecnológicas, a novos hábitos, a novos modos de produção.

Assim é Ribeirão Grande que vive uma “crise de identidade” desde sua recente emancipação (nos termos dos próprios interlocutores, quando de nossa visita ao Município) agravada por uma estagnação econômica.

Também, entre os três municípios visitados no Alto Paranapanema, é Ribeirão Grande que apresenta a maior discrepância entre gêneros, quando consideramos a população residente com mais de 10 anos e com rendimentos, uma vez que o contingente de mulheres com esse perfil é de apenas 30 % do total.

Esses elementos demográficos são semelhantes aos apresentados pelo Município de Guapiara, mas, em Ribeirão Grande, são muito mais acentuados.

Da mesma forma que em Guapiara, no caso de Ribeirão Grande, por tratar-se de um município ainda mais acentuadamente rural, cremos que ações de agregação de valor ao produto agrícola através da difusão da agricultura orgânica, extensão rural a agricultores familiares e a bairros rurais, implantação de sistemas agroflorestais e de manejo e/ou produção de nativas (ornamentais, medicinais e outras essências e também por meio da implantação de viveiros) são intervenções que poderiam melhorar a qualidade de vida da população, gerando renda no campo por meio do fomento a atividades sustentáveis. A apicultura de nativas entre grupos de pequenos produtores rurais, particularmente em áreas vizinhas ao Parque Intervales, também deve ser considerada, posto tratar-se de empreendimento de custo relativamente baixo e cuja assistência técnica pode ser fornecida tanto pela Fundação Florestal como por órgão específico da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo ou ainda por outro Órgão Governamental ou ONG com atuação no território. Como o volume da produção de mel das abelhas nativas é muito pequeno, quando comparado ao de espécies exóticas (que são invasoras e incompatíveis com a preservação), o problema teria que ser contornado pelo diferencial do preço e escoamento regular do produto; propõe-se aqui uma estreita relação de parceria entre comunidades do entorno e a direção da Intervales, no sentido de garantir, em suas instalações, espaços de comercialização inicial desses produtos, como condição de viabilizar empreendimentos no médio prazo, quando eles, em tese, teriam condições de elaboração de planos de negócios próprios. O mel de nativas atingiria, nas instalações do PEI, o nicho específico de consumidores desse produto, dado o perfil de seus

freqüentadores (estudantes, ambientalistas, pesquisadores, turistas que privilegiam a biodiversidade e a preservação ambiental, etc.), fato que dificilmente ocorreria em outro ponto de comercialização do Município. O PEI e a Fundação Florestal poderiam ainda reforçar essa comercialização inicial através da criação de selo específico e da divulgação por meio de cartazes e folhetos, no espaço destinado à comercialização do produto, das propriedades específicas do mel de nativas, inclusive de caráter medicinal.

Também de forma mais acentuada que Guapiara, em Ribeirão Grande faz-se necessário o desenvolvimento de projetos entre a população feminina visando à geração de renda, porém na breve visita a esse Município não constatamos o mesmo grau de organização de grupos de mulheres em atividades artesanais nem o mesmo fomento dessa atividade por parte da Municipalidade. Talvez o primeiro passo deva ser a difusão do associativismo e do cooperativismo por parte do Poder Público (Secretaria Estadual de Agricultura e a própria Fundação Florestal, entre outros Órgãos) ou por ONG's com vistas à mobilização de comunidades para viabilizar ações futuras de geração de renda de acordo com as potencialidades de cada localidade ou grupo específico. O instituto IDEAS está realizando um cadastramento de artesãos no Município, como também no vizinho Capão Bonito, que poderá servir de base para a associação de comunitários objetivando o desenvolvimento de projetos conjuntos; a Fundação Florestal, parceira dessa ONG na região, já disponibilizou a esta um levantamento de dados dos artesãos existentes na região realizado em 2004 (por uma empresa de consultoria contratada pela Fundação), objetivando subsidiar e dinamizar tal ação.

ECONOMIA

A agropecuária tem como principais atividades as culturas de cereais (milho / feijão) e hortaliças em geral, com alguma presença também de produtos de fruticultura de clima temperado, realizadas em pequenas propriedades em regime familiar. A bovinocultura é mista em sistema extensivo; pouco viável para um Município de área reduzida. Segundo informações da Prefeitura, a Cooperativa Agrícola de Ribeirão Grande reúne 6 produtores. Junto à Secretaria Municipal de Agricultura há cadastro de 773 unidades produtivas, porém com base em dados do LUPA (Levantamento de Unidades de Produção Agropecuária) haveria no município 934 propriedades, entre pequenas e médias. Como ocorre em Guapiara, provavelmente essa diferença se dá porque os produtores deixam de regularizar as terras desmembradas em decorrência de herança, em função dos custos da escrituração cartorial. A “cultura de meeiro” que acostumou o pequeno produtor a dedicar-se exclusivamente à produção e deixar a administração dos negócios a cargo de um parceiro nipônico que há muito já não está presente, também foi apontada pela Secretária de Agricultura de Ribeirão Grande como uma das principais causas da baixa produção agrícola do Município.

Tabela 3. Produção agrícola no Município de Ribeirão Grande / IBGE.

Produtos	Área em ha	Produção média/ha	Produção média / Estado	Toneladas Ano
Abacate	28	25.000 kg/ha		700
Caqui	10	24.000 kg/ha		240
Pêra	6	18.000 kg/ha		108
Pêssego	80	26.000 kg/ha		2.080
Tangerina	60	45.000 kg/ha		2.700
Arroz	12	750 kg/ha		9
Cebola	100	15.000 kg/ha		1.500
Feijão	250	980 kg/ha		245
Milho	1.500	2.800 kg/ha		4.200
Tomate	100	72.000 kg/ha		7.200

Fonte: IBGE 2004

Os dados fornecidos pela Prefeitura de Ribeirão Grande, no quadro a seguir se referem a levantamento efetuado pelo LUPA no ano de 2000. Quando comparados aos acima relacionados (IBGE 2004), revelam aumento de área ocupada por algumas culturas como o tomate e o feijão. Tais acréscimos não chegam a se constituir em impacto significativo da agricultura na economia, em virtude dos volumes totais da produção. Emblemático é o caso da tangerina cuja área teria aumentado cem vezes no período (maior incremento); impacto global modesto, no entanto, uma vez que a cultura ocupava anteriormente pouco mais de meio hectare.

Tabela 4. Produção agrícola no Município de Ribeirão Grande / LUPA

Produtos	Área em ha	Produção média/ha	Produção média / Estado	Toneladas Ano
Laranja	1,00	6.600 kg/ha		88,0
Caqui	4,2	7.000 cx/ha		29,4
Pêra	6	18.000 kg/ha		108
Pêssego	80	26.000 kg/ha		2.080
Tangerina poncan e murcote	0,6	40.000 kg/ha		24,0
Arroz	02	1800 kg/ha		1,8
Cebola	100	10.000 kg/ha		10
Feijão	120	980 kg/ha		115
Milho	1.500	2.800 kg/ha		4.200
Tomate	20	6250 kg/ha		125

Fonte: Prefeitura Municipal de Ribeirão Grande - LUPA 2000.

Em relação à ocupação territorial, o site oficial da Prefeitura Municipal de Ribeirão Grande registra os seguintes dados:

OCUPAÇÃO TERRITORIAL:

Cultura anual perene - (cana, citrus).....	2.000 ha
Mata Natural	13.200 ha
Reflorestamento.....	1.200 ha
Pastagens.	16.500 ha
Diversos.....	600 ha
TOTAL	33.500 ha

PRODUÇÃO FLORESTAL:

<i>ESPÉCIE.....</i>	<i>ÁREA PLANTADA.....</i>	<i>PRODUÇÃO EM M3/ ANO</i>
Eucalipto.....	1.100,00 ha	39.600
Pinus.....	.. .100 ha	3.000

A comercialização dos produtos agropecuários do Município é realizada, principalmente, com compradores das cidades de Sorocaba, Motuca, Piracicaba e Campinas.

O município de Ribeirão Grande não conta com armazém comunitário e com nenhuma outra unidade armazenadora e beneficiadora de cereais. No vizinho município de Capão Bonito existe 01 (uma) unidade armazenadora (Federação), bem como outra empresa particular (Cooperativa Agrícola de Capão Bonito), que atendem aos produtores da região.

O comércio local é modesto, a ponto do site oficial da Prefeitura de Ribeirão Grande elencar 33 estabelecimentos, entre os quais uma sorveteria, uma locadora de vídeo e a única farmácia existente. O único posto de gasolina da cidade, também ali relacionado, antes era de uso restrito às mineradoras e agora de uso comum. O número de estabelecimentos relacionados no site do IBGE é mais que o dobro disso, o que atribuímos menos à defasagem de informação no site da Prefeitura que pela diferença de metodologia de classificação (o IBGE seria bem mais abrangente). De qualquer forma, cremos que isso não altera muito o quadro.

A renda per capita do residente de Ribeirão Grande é inferior à respectiva Região de Governo a qual pertence e representa menos da metade da média do Estado.

O Município de Ribeirão Grande abriga uma das maiores jazidas de calcário da América Latina, fator que determina o perfil da quase totalidade de seu parque industrial e da atividade econômica preponderante.

Tabela 5. Emprego e rendimento em Ribeirão Grande

Emprego e Rendimento	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Participação dos Empregos Ocupados da Agropecuária no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2007	5,43	20,52	3,33
Participação dos Empregos Ocupados da Indústria no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2007	34,53	13,55	23,94
Participação dos Empregos Ocupados da Construção Civil no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2007	0,68	1,44	3,93
Participação dos Empregos Ocupados do Comércio no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2007	13,39	22,82	18,78
Participação dos Empregos Ocupados dos Serviços no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2007	45,97	41,66	50,02

Fonte : SEADE

Ribeirão Grande, no nosso entendimento, possui a economia mais frágil dentre os seis municípios sediados na Zona de Amortecimento do PEI, por mais paradoxal que possa parecer, justamente porque a participação de empregos ocupados na indústria é a mais elevada dentre eles (34,53%, mais que o dobro de sua Região de Governo - 13,87% - e maior que a própria média do Estado - 23,94%).

Cumpra esclarecer que o ramo industrial em questão é aquele dominado pelas grandes mineradoras, como a Votorantin e a Companhia de Cimento Ribeirão Grande (CCRG), segmento esse do qual o Município é dependente, uma vez que a taxa de ocupação de mão-de-obra nesse setor só é superada pelo de serviços (45,97% - que supomos ser fomentado, em sua maior parte, por demanda da própria atividade mineraria).

Embora de população majoritariamente rural, a agropecuária só absorve 5,43% da mão de obra.

Cabe ressaltar que a atividade mineraria, além de não ser, por sua própria natureza, adequada para desenvolver-se próxima a áreas de preservação ambiental, representa um capital volátil; uma redução na capacidade das jazidas ou o esgotamento de veios, o empecilho para expansão de atividades em função das próprias restrições ambientais ou mesmo uma queda acentuada no preço das mercadorias produzidas pode levar à redução drástica da atividade econômica ou ainda à desativação de unidades por um período prolongado ou definitivamente, o que pode significar a ruína da economia de um Município, caso haja uma forte relação de dependência deste em relação à atividade em foco, como é o caso de Ribeirão Grande.

Mesmo Iporanga, que registra atividade econômica (agrícola e comercial, além da industrial, é claro) muito menor que Ribeirão Grande, não se encontra em situação tão instável e delicada. Movida pelo repasse de verbas públicas, a economia de Iporanga, que aliás conta com metade da população e vasto território, possui ainda um potencial de expansão bastante significativo por conta da subexplorada atividade turística.

Por outro lado, dentre os municípios da Zona de Amortecimento do PEI, Ribeirão Grande afigura-se como o de mais lógica integração com o Parque, uma vez que é nele que está instalada a sede administrativa de Intervales, bem como pelo histórico de estruturação inicial dos serviços que contou com a participação ativa da Coopervales por meio de convênio firmado com a Prefeitura do Município em foco.

Com base em levantamento publicado na revista Florestar Estatístico, em sua edição de novembro de 2006, o Governo do Estado repassou ao Município, por conta das áreas preservadas, R\$ 215.073,46, valor total do ICMS Ecológico recebido pelo município no ano de 2004; mais que o dobro do montante pago à municipalidade no mesmo ano a título de compensação financeira pela da atividade minerária, (R\$ 94.785,91), conforme registra o site do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral).

Sob a ótica do Poder Público e da preservação ambiental, seria de grande interesse o fomento de atividades de desenvolvimento econômico em bases sustentáveis em Ribeirão Grande para tentar evitar ou mitigar, por meio de projetos de geração de renda junto aos moradores do entorno, pressões sobre a área do Parque, originadas pela exploração clandestina e predatória de recursos naturais em função das poucas opções dos residentes para garantir sua subsistência. Segundo depoimentos dos representantes da Prefeitura Municipal, essa pressão já começou, pois entre os problemas ambientais elencados figuram o desmatamento, as queimadas e até mesmo a caça de animais silvestres realizada por grupos organizados. Nesse quadro, a integração desses moradores da Zona de Amortecimento com o Parque torna-se essencial e outra forma de promovê-la poderia ser um projeto integrado de turismo rural, histórico - cultural e ecológico.

Em tese, essa integração com o Parque Intervales seria, também para o Município, o mais lógico, uma vez que ele não faz parte do entorno do Parque Turístico do Alto Ribeira, como a vizinha Guapiara, a oeste, que capitaliza essa posição geográfica na divulgação de seus atrativos turísticos, nem da Zona de Amortecimento do Parque Carlos Botelho, como seu vizinho do leste, Capão Bonito, cujo mais recente produto turístico - foco de grande investimento - é um percurso ecológico, histórico e cultural que atravessa a mencionada Unidade de Conservação: os “Caminhos de São Tomé”.

Por outro lado, além da exuberante Mata Atlântica, Ribeirão Grande possui apelo histórico potencial maior que seus vizinhos, uma vez que seu sítio foi o verdadeiro berço da colonização da região; a Freguesia Velha, localidade que gerou o povoamento mais antigo (posto que o Arraial Velho teve existência efêmera - 40 anos - e depois foi totalmente abandonado), situa-se onde hoje é Ribeirão Grande.

Cabe ainda ressaltar que o outro foco de povoamento, no Bairro de Ribeirão dos Cruzes, preserva a “Casa Grande”, moradia original e entreposto comercial que pertenceu à família que deu o nome ao bairro e que hoje é um centro cultural.

Complementando o roteiro histórico-cultural, Ribeirão possui parte dos “encanados”, canais construídos para desviar o curso de córregos e afluentes do Rio das Almas, facilitando a exploração de ouro de aluvião por parte dos primeiros ocupantes da região.

O Instituto IDEAS possui um projeto, ainda não implantado, de desenvolvimento de roteiros para visitação turística aos “encanados”, tanto no município de Capão Bonito como no de Ribeirão

Grande, em parceria com as respectivas Prefeituras, valorizando o potencial da região nesse aspecto.

Considerando que parte dos “encanados” atravessa área pertencente ao Parque Estadual Intervales, acreditamos ser oportuno gestões por parte da Fundação Florestal para ingresso nessa parceria, pleiteando, em contrapartida, que as vagas de monitores da visitação e demais postos de trabalho a serem criados (como no traslado, por exemplo), sempre que possível, sejam preenchidos com mão de obra recrutada entre os residentes da Zona de Amortecimento (condição, inclusive, a ser observada mesmo se a visitação se der por meio de agências operadoras de turismo).

Por fim temos que o calendário de eventos da cidade é todo pontuado, ao longo do ano, por festividades tradicionais, com a ocorrência de várias manifestações folclóricas e atividades centradas na cultura popular.

Por todo o exposto, cremos ser possível e desejável uma maior integração entre a visitação ao Parque e aos demais atrativos turísticos do Município acima descritos, que pode começar a ser implementada através da elaboração de materiais (folhetos, cartazes, etc.) de divulgação recíproca, bem como de ações de publicidade integrada entre a direção do Parque e a Municipalidade, além de colocar em prática as várias sugestões contidas no relatório elaborado pela Agência Virtual em 2004, a serviço desta Fundação Florestal.

ASPECTOS SOCIAIS

O Município de Ribeirão Grande apresenta o pior IDH (633, no ranking) dentre os três municípios do Alto Paranapanema situados no entorno do PEI, e o segundo pior desempenho dentre os seis Municípios da Zona de Amortecimento do referido Parque, superando apenas Iporanga, no Vale do Ribeira (que ocupa 638º posição entre os 645 Municípios do Estado). Notadamente o fator principal para esse fraco desempenho é a dimensão “riqueza” que perfaz a metade da média do Estado e não apresentou variação positiva entre 2002 e 2004, como ocorreu na Unidade da Federação. A atividade minerária, intensa nesse Município, pouco contribui para a alteração desse quadro.

Em relação ao sistema de Saúde, Ribeirão Grande não dispõe de hospital, possui um único posto de saúde, na zona urbana, com cinco ambulâncias e o atendimento médico é realizado por seis médicos e quatro dentistas do Programa de Saúde da Família (PSF). Ribeirão Grande não possui, como Guapiara e Capão Bonito, pronto atendimento com suporte para acidentes naturais no PEI; não dispõe de soro antiofídico.

Se a atividade mineraria, como mencionamos, não contribui de forma decisiva para o aumento da riqueza do Município, por outro lado há indícios que contribui consideravelmente para piorar a qualidade de vida de Ribeirão Grande. Em consulta ao DATASUS, analisando as causas da mortalidade na população, em todas as idades, nos seis municípios da Zona de Amortecimento do Parque Estadual Intervales, observa-se seguinte quadro:

Tabela 6. Óbitos por doenças respiratórias /DATASUS

Município	Percentual de óbitos em função de doenças respiratórias
Guapiara	8%
Ribeirão Grande	23,3%
Capão Bonito	13,1%
Sete Barras	11,5%
Eldorado	6,6%
Iporanga	7,4%

Fonte: DATASUS / 2005

Pelos dados contidos na tabela acima, constata-se que Ribeirão Grande é, com larga margem, campeã em proporcionalidade de óbitos verificados na população em função de doenças respiratórias.

A hipótese desse alto índice de incidências de doenças respiratórias em Ribeirão Grande ser motivado pela utilização intensiva de agrotóxicos é nula, o que comprovamos pela análise mais detalhada dos dados disponibilizados pelo DATASUS correspondentes à distribuição percentual das internações por grupos de causas e faixa etária (quadro CI 10), que registra, para os casos de doenças respiratórias, as ocorrências discriminadas na tabela abaixo:

Tabela 7. Internações por doenças respiratórias por faixa etária no município de Ribeirão Grande/DATASUS

FAIXA ETÁRIA	PERCENTUAL DAS INTERNAÇÕES POR DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATÓRIO (RIBEIRÃO GRANDE-SP) em %
Menor de 01 ano	25,3
01 a 04 anos	61,4
05 a 09 anos	34,5
10 a 14 anos	-
15 a 19 anos	7,5
20 a 49 anos	1
50 a 64 anos	18
65 e mais	37,3
60 e mais	32,4
Total	18,6

Fonte: DATASUS / 2005

Todos sabem que os trabalhadores no campo iniciam suas atividades ainda muito jovens, porém é óbvio que não se tornam ativos nas lides profissionais com idade entre um a quatro anos. Pois é justamente nesta faixa etária que mais ocorrem as internações por doenças respiratórias (61,4 % de internações nesta faixa etária são motivadas por doenças respiratórias, entre um grupo de vinte e uma causas possíveis, índice idêntico ao de Guapiara, onde também há intensa atividade minerária - mórbida semelhante; em Sete Barras, onde há grande utilização de agrotóxicos na cultura da

banana, a incidência nesta faixa etária é de apenas 6,3%). Mesmo considerando que esta faixa etária é mais propensa a contrair doenças respiratórias, a proporção constatada em Ribeirão Grande é totalmente atípica e chega a ser alarmante. Verificamos também que os índices são mais elevados nas menores faixas etárias (01 a 09 anos) e nas pessoas mais idosas (60 anos ou mais). Já na faixa etária em que a atividade do trabalhador é mais intensa (15 a 49 anos) e, conseqüentemente, a possibilidade de exposição a agrotóxicos é maior, observam-se os menores índices de internação por doenças respiratórias. Como o quadro é análogo ao verificado em Guapiara, onde mineradoras também tem presença marcante, tudo indica que pesquisas de campo desenvolvidas por especialistas na área da saúde em ambos os municípios comprovariam o vínculo entre doenças respiratórias e atividade mineraria na região.

Em face do exposto, s.m.j., cabe ao Poder Público a adoção de medidas com relação a tais fatos, seja por meio de entendimentos com o segmento das mineradoras para que tomem providências no sentido de reparar os danos ambientais e sociais que sua atividade vem ocasionando, seja acionando o DEPRN ou outro órgão competente para tal finalidade.

Em Ribeirão Grande o jovem, por falta de opções, vai embora e os que ficam correm o risco de contraírem doenças respiratórias, com conseqüências funestas.

Outro indicador social que se destaca, porém, cremos, de forma menos chocante que o acima analisado, é a elevada taxa de analfabetismo de Ribeirão Grande (16,65 %) maior que a de sua Região de Governo (12,15%) e mais que o dobro da média do Estado (6,64%).

Assim como em outros aspectos, na área de educação e formação/capacitação de jovens a Prefeitura de Ribeirão Grande demonstrou ter consciência das dificuldades enfrentadas, porém alega não dispor de meios para fazer face aos problemas.

Na entrevista concedida pelo Sr. Rubens de Lima, Secretário Municipal da Educação, Cultura, Esportes e Turismo, foi destacada a necessidade de uma maior articulação entre as intervenções estaduais e municipais no que tange à educação e formação dos jovens em Ribeirão Grande: *“Cabe à Prefeitura a educação infantil e de 1ª a 4ª série. De 5ª a 8ª e o 2º grau estão a cargo do Governo do Estado. Isso tem prejudicado o intercâmbio na ação com os jovens. A diretoria de competência do Estado fica em Itapeva. Nem sempre as coisas fluem. Esses jovens que estão na rede estadual são os que fazem parte dos programas geridos pela Secretaria Municipal de Promoção Social (Ação Jovem e Agente Jovem). São exatamente esses jovens que irão circular pela região. Não temos cursos técnicos; eles vão para Capão, Itapeva e Taquarivaí. Estamos reivindicando cursos do Instituto Paula Souza”*.

MEIO AMBIENTE

Na avaliação da ONG IDEAS, a mata ciliar em Ribeirão Grande possui cerca de 30% das dimensões que deveria ter.

Conforme depoimentos colhidos na Prefeitura, o assoreamento dos rios e a falta de limpeza do Rio Ribeirão Grande são problemas de dimensões consideráveis, aos quais se atribui os transtornos com enchentes ocorridas no Município no ano de 2004.

Segundo a Prefeitura, há interesse da Municipalidade na criação de Unidades de Conservação municipais e estudos em curso nesse sentido.

Com base em informações obtidas junto à SABESP, o Município possui 100% de esgoto tratado, por meio de sua deposição em fossas filtro.

Nas escolas rurais foram realizados levantamentos para instalação de fossa biodigestora, por meio de um programa do EMBRAPA, com possibilidade de produção de biogás e bioenergia. A ação encontra-se em fase inicial (projeto); o próximo passo será a elaboração de orçamentos para implantação dos referidos equipamentos.

Em relação às 3,2 toneladas diárias de lixo produzidas no Município, o site oficial da Prefeitura registra que há no Município “... sistema de coleta seletiva de lixo, em caminhões basculantes, com seleção do lixo orgânico e inorgânico no local do depósito localizado no Bairro dos Machados... A prefeitura já recebeu a licença de destinação de resíduos no solo. A coleta na parte urbana é de 90%; o lixo reciclável é vendido e o lixo orgânico é tratado em aterros em valas.”.

A Secretaria de Agricultura do Município informa que na zona rural parte do lixo é compostado e utilizado em pomar e na alimentação de animais (sobra de alimentos, cascas de frutas, etc.).

Há licença de instalação e funcionamento do aterro sanitário junto aos órgãos competentes (CETESB, DEPRN, FEHIDRO), bem como projeto de instalação de barracão para coleta seletiva de lixo e pátio de compostagem.

Há também projetos complementares de valas para aterro sanitário, bem como de coleta seletiva de lixo com aquisição de equipamentos para separação, prensagem, compostagem, caçambas para recolhimento do lixo selecionado, além de cinco mil folders para divulgação junto à população.

O Departamento de Agropecuária de Ribeirão Grande, em parceria com a CATI (órgão da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento) desenvolve o projeto “Aprendendo com a Natureza”, dentro do Programa de Microbacias Hidrográficas. Os jovens bolsistas de outros programas, em contrapartida ao benefício recebido, contribuíram com uma pesquisa, um estudo de percepção ambiental. A proposta era saber qual o entendimento que a população tinha sobre o lixo, com vistas a futuro projeto de estruturação da coleta e reciclagem. Alguns jovens deslocaram-se à zona rural para realizar a pesquisa.

Em se tratando de fomento à agricultura orgânica, segundo o site oficial da Prefeitura, a Municipalidade, com recursos próprios, fornece curso a 16 produtores rurais; a produção é de hortaliças em geral. Também promove excursões de produtores a propriedades rurais situadas nos municípios de Vargem Grande Paulista, Amparo e São Roque, que desenvolvem técnicas orgânicas, para aprimoramento.

- **Bairro do Jabaquara (ou Tanquinho)**

O Jabaquara ou Tanquinho é uma pequena comunidade com apenas oito famílias, todos descendentes do Sr. Cesarino Paiva. A propriedade foi adquirida após a venda das terras onde se localiza a Gruta dos Paiva e outras cavernas de uma sub-bacia do rio Pilões que foi comprada há décadas pelo grupo Camargo Correa e, posteriormente, revendida ao Grupo Votorantim. O Sr. Cesarino Paiva, falecido em 2003, era grande conhecedor das florestas da região, possuía sólido conhecimento no uso e cultivo de ervas medicinais, além de ter trabalhado na Fazenda Intervales, sob a administração do Banespa.



Foto 1 - Vista parcial do bairro Tanquinho - descendentes do Sr. Cesarino Paiva, Ribeirão Grande (Foto: John H. Goppala)

Fotos 2 e 3 - Horta no quintal da Sra. Maria e Plantio de abacaxi na roça do Sr. João Boava (Foto: John H. Goppala)

Os moradores com mais idade ainda retêm conhecimentos sobre plantas medicinais; há risco da perda desses conhecimentos caso as novas gerações não se apropriem deles. Há, também, a consciência dessa realidade, presente no discurso de Dona Ana, moradora do bairro, que menciona a necessidade de transmissão desses conhecimentos aos mais jovens. Muitas das doenças são tratadas com ervas medicinais, conhecimento prático que historicamente constituiu-se em fonte de recursos para residentes dessas comunidades. Como exemplo, podemos citar o próprio quintal de Dona Ana, que possui mais de 50 tipos de plantas medicinais, das quais ela conhece a função no tratamento de problemas de saúde. A Tabela 8 elenca algumas das plantas cultivadas na horta e respectivo uso.¹

¹Conforme Gomes; Cavalcante; Santos; Zappala & Sebastião. 2006. Os Sistemas Agroflorestais e a Alfabetização Ecológica para a conservação da sócio-diversidade e da biodiversidade no entorno do Parque Estadual Intervales - SP. Trabalho de final de curso, da disciplina de Biogeografia do curso Geografia

Tabela 8. Plantas medicinais e comestíveis existentes na horta de Ana Teixeira da Cruz (Organizado por André Luís Gomes e adaptado por Maria Cristina M. Lima)

Planta	Utilização
Babosa	Tratamento de cabelos e cicatrização de ferimentos
Vick	Descongestionamento da respiração
Gengibre	Preparo de “quentão” e de carne
Uva	Alimentação
lame	Não consumido por estar próximo à água contaminada
Batata-doce	Alimentação
Milho	Alimentação
Espinafre	Alimentação
Couve	Alimentação
Alface	Alimentação
Batata	Alimentação
Goiaba	Alimentação
Caqui	Alimentação
Boldo	Tratamento de “dor-de-barriga”
Mamão	Alimentação
Palmito	Alimentação
Losna	Tratamento de “dor-de-barriga”
Feijão	Alimentação
Feijão-guandú	Alimentação
Alecrim	Problemas do coração
Marcelina	Tratamento de “dor-de-barriga”
Bálsamo	Cicatrização de cortes
Cânfora	Tratamento de hematomas
Mrititana	Tratamento de Hemorróidas
Arruda	Tratamento de “golpe de ar”
Cebolinha	Alimentação
Mandioca	Alimentação
Banana nanica	Alimentação
Banana maçã	Alimentação
Proverá	Tratamento de dores no corpo e cólicas
“Marva”	Tratamento de cólicas
Tançagem	Tratamento de inflamação de garganta
Costela de Adão	Tratamento de dores reumáticas
Pacova	Tratamento de problemas de estômago
Caraguatá	Tratamento de tosse e bronquite
Coração-de-boi (flor da bananeira)	Tratamento de desintéria

No bairro a principal fonte de sustento das famílias é proveniente de atividades desenvolvidas no PEI, envolvendo funcionários e prestadores de serviço ligados à Coopervales (Cooperativa de Serviços Múltiplos de Intervales e Ribeirão Grande) relacionadas ao restaurante do Parque, atividades de monitoria ambiental e serviços terceirizados - empresas de limpeza, manutenção e portaria na sede do Parque.

Também há moradores, assim como no bairro Boa Vista, que trabalham na empresa de eletricidade REMO, localizada no município de Sorocaba e outros moradores aposentados que se dedicam à manutenção de pequenas lavouras. São desenvolvidas algumas iniciativas interessantes de geração de renda com atividades sustentáveis: a criação de peixe (que originou a denominação de “Tanquinho” ao bairro), a produção de mel e o cultivo de hortaliças.

As crianças e jovens em idade escolar têm transporte gratuito, fornecido pela Prefeitura de Ribeirão Grande, para ir à escola no bairro de Boa Vista. O sistema de esgoto é de fossa negra.

- **Bairro Boa Vista**

A maioria dos moradores do Bairro Boa Vista venderam suas terras ao Grupo Votorantim, mantendo a partir de 1995, contrato anual de arrendamento (por 20 anos) para manutenção de atividades agrícolas, bem como à pecuária de corte, nas terras que agora passaram a ser arrendadas. Vencido o contrato, o Grupo se recusou a renová-lo. Sem terra e sem emprego, os mais jovens, em idade de entrar para o mercado de trabalho, foram obrigados a procurar emprego na sede urbana de Ribeirão Grande e em outros municípios. Segundo seu Onório, descendente de tropeiros da região, cerca de metade das famílias se mudou após a venda das terras (aproximadamente 35 famílias). Durante as negociações havia a promessa de criação de novos empregos com a instalação de uma fábrica, que não chegou a ser construída.

Segundo seu Onório:

“Antes a atividade da agricultura era forte, agora está muito fraca. Antigamente plantavam-se cereais, verduras e legumes (alface, tomate, pimentão, feijão e milho). Hoje a associação existe legalmente, mas os moradores já não têm terra para plantar. Aproximadamente uns 12 anos atrás a empresa ofereceu um preço acima do valor real para comprar as casas dos moradores. Todos venderam; do rio da Bateia (Boa Vista) pra lá (sentido da Capela do Alto). Eu não tinha terra pra plantar, costumávamos arrendar; depois que as terras foram vendidas não tinha mais como arrendar e ficamos sem terra para plantar. Os que venderam as terras foram para a cidade, achando que o dinheiro nunca iria acabar. Lá tudo é mais caro, o dinheiro acaba rápido”.



Foto 4 - Vista parcial do bairro Boa Vista, Ribeirão Grande (Foto: John H. Zappala, 2006)



Foto 5 - Córrego perene degradado no bairro Boa Vista (Foto: John H. Zappala, 2006)

A Associação dos pequenos agricultores encontra-se abandonada, pois hoje quase não existem pessoas exercendo essa atividade, restando apenas a família Travassos que sobrevive com a cultura de gengibre e inhame (quase toda ela exportada) e três criadores de gado.

Por iniciativa dos moradores foi aberta uma confecção de calças jeans, que emprega cerca de quinze mulheres, porém a empresa não está constituída juridicamente. O trabalho é terceirizado, por isso o lucro ainda é pequeno.



Foto 6 - Galpão com pequena produção de gengibre - bairro Boa Vista, Ribeirão Grande (Foto: Gabriela Arakaki)



Foto 7 - Oficina de costura, manufatura terceirizada de calças jeans (Foto: Gabriela Arakaki)

Há expectativas de que o PEI incentive novas atividades voltadas ao turismo, como a produção de doces, artesanato, melinocultura e criação de instalações para hospedagem como *campings* e pousadas para receber turistas. As expectativas também são no sentido do PEI atuar como mediador nas negociações que envolvem o arrendamento das terras do Grupo Votorantim. Por outro lado, há certa insatisfação entre os moradores em relação às oportunidades de emprego que supõe possam ser criadas pelo PEI.

Quanto à infra-estrutura o bairro possui energia elétrica; a água é encanada; utilizam fossa negra; a coleta de lixo é realizada uma vez por semana; são atendidos pelo PSF, porém não dispõe de posto de saúde. Sr Onório, um dos residentes, reclama:

“no bairro tem muita poeira, a prefeitura acha caro para o município, manter um médico duas vezes por semana. Esqueceram que o povo da zona rural é quem mantém a cidade de pé”.

O diretor da escola local, Sr. Laércio, encontrou pontas de flechas e outros artefatos identificados como objetos pré-históricos; essas peças arqueológicas foram reunidas em coleção e tem chamado a atenção de colecionados e estudiosos. Ele gostaria de, num futuro próximo, ver tais peças expostas num museu do bairro. Seria mais um atrativo para a atividade turística.

Tabela 9. Pequenos agricultores familiares do bairro Boa Vista prejudicados devido ao rompimento de contrato de arrendamento anual pela empresa Votorantim Cimentos, em 2006 - Diagnóstico elaborado pela equipe técnica PEI/FF em Nov/2006 (Fonte: Diagnostico realizado pela equipe técnica do PEI, 7 de dezembro de 2006)

Agricultor responsável	Terras (em alq.)	Tipos de produção	Pessoal (permanente)	Pessoal (temporada)
Cândido Alves - “Candinho”	15	Milho, gengibre (p/exportação), inhame, mandioquinha e verdura	8	25 (3 meses/ano)
	35	130 cabeças de gado	2	-
Joaquim Avelino	5	Milho, feijão e verdura (fornecimento para restaurante do PEI)	5	
	5	40 cabeças de gado	1	
Jorge Sassada	5	Tomate	-	45 (6 meses/ano)
Jair Ferreira	5	Tomate, pimentão e pepino	-	20
Total	70	Predomínio de culturas temporárias	De 100 a 110 pessoas, cerca de 35 famílias	
	150 ha			

- **Bairro Cristal**

O bairro Cristal localiza-se na estrada que dá acesso a Ribeirão Grande. Os moradores constituem-se de pequenos agricultores que plantam para o próprio consumo, comercializando o excedente, além de trabalharem em propriedades rurais da região, na condição de diaristas.

No Bairro foi implantado um projeto de coleta de sementes, iniciativa da Ecoar (Associação Ecoar Florestal). O projeto consistiu na formação de grupos de coletores de sementes (cerca de 10 pessoas). Em 2002, a Ecoar iniciou, em caráter experimental, um programa de compra de sementes de espécies florestais nativas. Segundo a associação Ecoar, foi coletado pelo grupo grande variedade



Foto 8 - Galpão de coletores de sementes nativas no bairro Cristal; projeto desenvolvido em parceria com a Associação Ecoar Florestal (Foto: Regina Queiroz)

de sementes de espécies nativas (aproximadamente 140), gerando uma demanda mensal, mas de quantidade muito oscilante. Esta atividade vem possibilitando incremento de renda para a comunidade, mesmo com as dificuldades de comercialização. Em função desta limitação o número de integrantes dos coletores varia muito.

Conforme dados da associação Ecoar, uma característica importante do grupo de coletores é o conhecimento que eles detêm sobre a vegetação local. Trata-se de uma “cultura florestal”, conhecimento tradicional herdado dos “mateiros” do passado. O resgate desse conhecimento tem sido um importante agente facilitador no processo de troca de experiências na atividade de coleta de sementes.

Integra ainda o projeto desenvolvido pela Ecoar a sensibilização da população em relação à questão ambiental, o aumento da diversidade de espécies a serem disponibilizadas para atividades de recomposição florestal e a criação de alternativas de geração de renda na comunidade de residentes.

O Bairro também registra atividade artesanal; são confeccionadas cestas de fibras de taquara trançada, com modelos tradicionais adaptados para a comercialização.

- **Bairro Anacleto**

O bairro Anacleto é uma pequena comunidade habitada por uma única família, todos descendentes do Sr. Anacleto, o patriarca da família. Os moradores se especializaram em fazer rapadura e pinga artesanal, atividade esta que deu origem ao nome da estrada que dá acesso ao bairro: “estrada da pinga”. Muita coisa mudou nesse lugarejo. Conforme relatos, antigamente todos trabalhavam na lavoura; o trabalho era comunitário. Hoje apenas algumas famílias realizam o plantio de feijão preto, vendendo a produção para o Rio de Janeiro, fato que traz uma renda complementar significativa para o bairro. A maioria dos moradores planta para consumo próprio. O dono da venda tem plantação de cana para abastecer o alambique. A falta de renda impeliu os moradores a procurarem emprego como pedreiros, diaristas e como funcionários da indústria de suco de laranja em Itapetininga.



Foto 9 - Capela do bairro o Anacleto (Foto: Regina Queiroz)



Foto 10 - Casa típica com família reunida no bairro (Foto: Regina Queiroz)

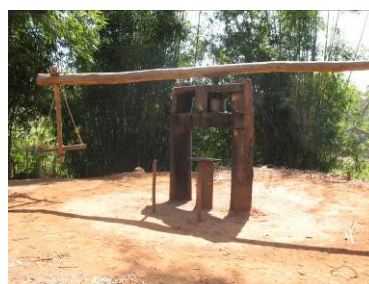


Foto 11 - Moenda tradicional de cana (Foto: Regina Queiroz)

- **Bairro Maciel**

Os moradores do bairro Maciel descendem de famílias que residiam no Bairro Freguesia Velha, aglomerado que deu origem ao município de Ribeirão Grande e um dos povoados mais antigos da região. De acordo com o depoimento de um morador, seus pais foram obrigados a vender a posse em troca de um lote no bairro do Maciel. Os representantes da fábrica de Cimento Itabira, hoje CCRG, compradores da área, argumentavam que o motivo da transferência seria a forte concentração de poeira a que ficariam expostos com a fábrica em funcionamento e, como forma de pressão, afirmavam que quem não vendesse a posse seria expulso, fato que, de acordo com o entrevistado, realmente aconteceu.



Foto 12 - Criação de galinhas caipiras no bairro Maciel (Foto: Regina Queiroz)

Quando realizamos a pesquisa, a maioria dos entrevistados disse estar desemprego; um dos entrevistados relatou não haver conseguido obter aposentadoria por motivo de saúde e, ao mesmo tempo, não consegue retornar ao mercado de trabalho em virtude de apresentar seqüela de doença ocupacional adquirida no manuseio da perfuratriz (equipamento utilizado para perfurar a rocha onde é colocada a banana de dinamite).



Foto 13. - Bairro Maciel - Família de ex-funcionários da fábrica de cimento Itabira, atual CCRG (Foto: Regina Queiroz)

Os moradores relataram que quando começaram a trabalhar na indústria do cimento não havia a preocupação, hoje existente, em relação à saúde ocupacional, portanto aqueles que adquiriram problemas de saúde não podem retornar ao trabalho, uma vez que agora os exames para admitir funcionários são rigorosos. Essas seqüelas são principalmente problemas relacionados à audição e a problemas neurológicos. A maioria dessas famílias pratica agricultura de subsistência e recebe auxílio através dos programas sociais, sobretudo o Bolsa Família, do Governo Federal.

Neste bairro, novamente constatou-se ser antiga a estratégia, por parte de grandes grupos de cimenteiras, de concentrar terras comprando propriedades rurais na região.

- **Bairro Passagem**

O bairro da Passagem localiza-se ao longo do rio das Almas, a estrada de acesso é mal conservada e o acesso, muitas vezes, fica comprometido em períodos chuvosos. Quase não existe propriedade habitada; são vastos pastos completamente abandonados. Há uma grande fazenda abandonada, onde antigamente funcionava uma fábrica de lingüiça. Tais informações foram obtidas em entrevista com o caseiro de um pequeno sítio, ex-funcionário da fábrica de cimento Itabira.

Nas margens do rio das Almas, o bairro apresenta registro arqueológico dos “Encanados”, constituindo recurso turístico de extremo valor.

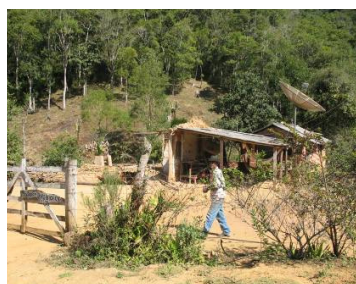


Foto 14 - Residência familiar no bairro Passagem

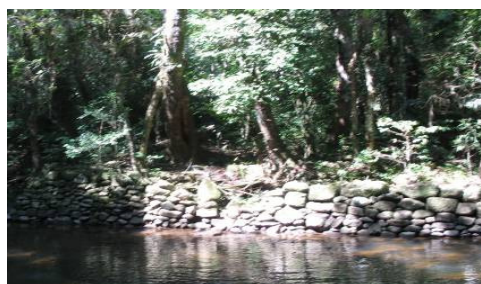


Foto 15 - Encanados no rio das Almas, desvios do rio para garimpo de ouro do século XVII (Fotos: Regina Queiroz)

- **Bairro Assentamento**

Esse assentamento foi consolidado pelo ITESP nos anos 80, durante o governo Franco Montoro. Na época foram assentadas famílias que não eram do bairro e que trabalhavam em área urbana e, desde então, muitos venderam suas propriedades para famílias que buscavam áreas de segunda residência. As famílias que permaneceram trabalham com roças de subsistência e/ou como caseiros nas propriedades vizinhas. Os moradores têm uma forte expectativa de que o assentamento seja anexado ao PEI, pois assim estariam mais amparados e poderiam trabalhar como funcionários do Parque; a maioria acredita que um dia isso irá ocorrer.

O Assentamento constitui um local de forte atuação de grupos de caçadores esportivos, provenientes dos municípios da região, tendo sido registradas diversas autuações por porte ilegal de armas. A área também é utilizada como rotas para os praticantes de *Off-Road*, passeios com *jeeps* 4x4 e que contribuem para impactar a estrada de acesso, que se apresenta em péssimas condições.

O ITESP pretende efetivar a reintegração de posse de parte da área, ocupada irregularmente (terra devoluta destinada para reforma agrária) e já efetuou gestões junto à Fundação Florestal e à Prefeitura de Ribeirão Grande no sentido de criar uma unidade de conservação, possivelmente uma RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável) ou Parque Municipal. Não existe um estudo específico sobre a destinação mais adequada da área, muito menos um trabalho de apoio e acompanhamento das famílias originais do Assentamento.



Foto 16 - Pasto sujo ao lado da estrada principal (Foto: Regina Queiroz)



Foto 17 - Antigo morador do Assentamento (Foto: Regina Queiroz)

- **Bairros Barro Branco e Ouro Fino²**

A Estrada de Ouro Fino, também conhecida como Três Águas, corta duas grandes propriedades, uma pertencente ao Grupo CBE/Nassau, que é contígua a outra área pertencente ao Grupo CCRG, onde antes existiam dois bairros denominados Barro Branco e Ouro Fino, localizados na margem direita do rio das Almas. A área abriga atualmente uma pastagem com poucas cabeças de gado e grandes terraços, que se constituem em depósitos dos resíduos da mineração.

Este grupo, assim como outras fortes empresas atuantes na região, compra propriedades como estratégia de concentração de terras, com objetivos não esclarecidos durante o trabalho de campo. Para que a terra não seja considerada improdutiva, “meia dúzia” de cabeças de gado ocupa a grande imensidão do pasto.

Uma das edificações que as cimenteiras não demoliram foi o prédio onde funcionava a EMEI Cantinho da Felicidade, inaugurada em 11 de agosto de 1996 e hoje desativada pela falta de alunos. Essa edificação foi recentemente adquirida pela empresa CBE.

Outras duas pequenas propriedades rurais junto à ponte do Rio das Almas não foram compradas por nenhum destes grupos. Um dos moradores confundiu a equipe de pesquisa com funcionários da cimenteira e avisou que aceitaria a proposta de venda pelos 250.000,00 reais oferecidos. Atualmente ele planta palmito (mil pés) para corte em quatro anos. Ele ainda planta milho e cana. Falou sobre seu interesse em construir uma pousada voltada ao ecoturismo que oferecesse atividades como canoagem e bóia cross, embora admita que a proposta da cimenteira seja muito boa. Por conta desse processo de concentração de terras, uma das empresas fechou a Estrada do Boituva e têm planos de fechar a Estrada do Manuel Pereira.

Parte dos moradores foi transferida para o bairro Capoeira Alta. No caso da CCRG houve um projeto de reassentamento das famílias, com construção de casas de alvenaria e trabalho de apoio e assistência agrícola, trabalho esse que foi encerrado pela empresa, sem, no entanto, viabilizar uma

² A população foi removida de ambos os bairros, pois a área foi adquirida por empresas cimenteiras.

atividade agrícola e de renda duradoura. A ONG IDEAS, que é responsável pela implantação de medidas compensatórias da CCRG, realiza atividades sócio-educativas e culturais, juntamente com a Prefeitura de Ribeirão Grande. Estas ações foram solicitadas pelo Conselho Consultivo do PEI a partir das vistorias realizadas no bairro Barro Branco e verificação dos impactos decorrentes da transferência para o bairro Capoeira Alta. Esta mudança, ao mesmo tempo em que traz um choque cultural, também aumenta a demanda dos serviços públicos em Capoeira Alta.

No caso das famílias do bairro Ouro Fino, não houve preocupação alguma da empresa CBE quanto à destinação das famílias; simplesmente efetuaram a compra das posses. Cumpre destacar a existência de denúncia segundo a qual as posses do bairro Ouro Fino se localizam em terras devolutas estaduais, portanto a comercialização seria ilegal, fato que deve ser objeto de apuração. Algumas famílias de Ouro Fino, devido a laços familiares, acabaram se mudando para o bairro Capoeira Alta, próximo a Barro Branco.

Esta recente expropriação de terras nos dois bairros demonstra o viés de concentração de terras pelas empresas cimenteiras na região. Importante registrar que muitas das famílias são oriundas do bairro Freguesia Velha e foram retiradas através de atos violentos quando da implantação da fábrica de cimento Itabira, na década de 70.



Foto 18 - Bairro Barro Branco antes da remoção de edificações para o bairro Capoeira Alta (Foto: acervo PEI/FF, 2004)



Foto 19 - Implantação do Depósito Estéril onde se localizava o bairro Barro Branco (Foto: Regina Queiroz)



Foto 20 - Bairro Ouro Fino antes da compra de posses pela empresa CBE (Foto: acervo PEI/FF, 2004)



Foto 21 - Escola pública municipal abandonada e adquirida em 2007 pela CBE (Foto: Regina Queiroz)

Município de Guapiara

Narrativas históricas registram a chegada de jesuítas à região da Serra de Paranapiacaba em fins do século XVII. Provavelmente um deles possuía conhecimentos de engenharia, motivando a denominação de “Rio do Padre Doutor” a um curso d’água que nasce no Bairro de Santana, tributário do rio São José.

Era uma época em que exploradores a procura do ouro de aluvião desviavam o curso dos rios Guapiara, das Almas, Paranapanema e São José por canais construídos de pedra (os “encanados”, dos quais ainda restam vestígios em Capão Bonito e Ribeirão Grande), hoje incorporados nas instalações da barragem da “Usina Velha”. Os primeiros residentes, que povoaram Guapiara no século XVIII, efetuavam suas transações comerciais e aquisição de gêneros alimentícios no “Arraial Velho”, nas imediações das cabeceiras dos rios das Almas e Paranapanema, região situada no atual Parque Estadual Intervales.

Na segunda metade do século XIX, a grande atração daquelas paragens foi uma pista de corrida de cavalos construída em terras pertencentes a Vicente Romualdo da Cruz, denominadas São José. O percurso desta antiga pista estaria contido onde hoje se situa a Rua São José, a principal do Município de Guapiara.

À época, Lourenço Albino de Macedo abriu uma pequena e rústica casa de comércio, ao lado da pista, exemplo seguido por outros comerciantes que acabaram por formar um pequeno aglomerado que se denominou “São José do Paranapanema”, oficialmente constituído em povoado a 02 de maio de 1872, ano em que foi erigida uma capela em homenagem a São José, muito rústica, de pau a pique e barro, coberta com folhas de guaricanga. Esse povoado deu origem à Freguesia de São José, criada em 06 de abril de 1878, contando com delegado e juiz de paz o que também a tornava Distrito Policial.

Diante da contínua expansão e objetivando evitar que particulares se apropriassem dos terrenos contíguos à povoação, Vicente Romualdo da Cruz doou as terras à Igreja de São José, em 1881.

Em 20 de outubro de 1902 a Freguesia foi elevada à categoria de Distrito de Paz, passando a denominar-se São José de Guapiara. Em 20 de dezembro de 1905, o nome foi reduzido para Guapiara.

A abertura da rodovia São Paulo-Paraná e a chegada de imigrantes japoneses na década de 30 impulsionaram a produção agrícola.

Em 1938 chegaram à Guapiara os primeiros imigrantes japoneses, que ali se radicaram trazendo importante contribuição para a agricultura local. Inicialmente dedicaram-se à cultura do algodão e depois deram início à cultura de batatas, cebolas e tomates, tendo sido pioneiros nas plantações de pêssegos, maçãs, caquis e nêspersas.

Nos anos de 1946 e 1947, Guapiara, ainda Distrito de Capão Bonito, destaca-se pela produção de tomate de verão.

Em 24 de dezembro de 1948 o Distrito é elevado à categoria de Município.

Em 1960 foi criado o depósito Regional da Cooperativa de Cotia e no ano seguinte teve início a exploração da fruticultura na região.

Data da Emancipação: 24/12/1948

Data de Fundação: 02/05/1872

Localização Geográfica do Município: Localiza-se a 260 km da capital paulista, São Paulo, e à mesma distância (260 km) da capital paranaense, Curitiba.

Limites Geopolíticos do Município:

Ao Norte: Itapeva

A Nordeste: Capão Bonito

Ao Sul: Iporanga e Apiaí

A Leste: Ribeirão Grande

A Oeste: Ribeirão Branco

Região Administrativa: Sorocaba

Região de Governo: Itapeva

População estimada pelo SEADE em 2008: 21.404 ha.

Área total: 407,62 km²

DEMOGRAFIA

Analisando os dados demográficos de Guapiara, de imediato deparamo-nos com três elementos extremamente significativos que revelam, com clareza, características específicas do Município, bem como sinalizam campos de ação e intervenções possíveis em relação ao fomento de atividades econômicas compatíveis com a preservação ambiental, foco principal do presente estudo.

O primeiro deles é que se trata de um Município de população predominantemente rural com 61,78% de sua população residindo fora dos limites urbanos, taxa bem superior à própria Região de Governo

à qual Guapiara pertence (32,72%) e diametralmente oposta ao grau de urbanização desta Unidade da Federação, estimado em 93,41%.

Esses dados sugerem que o caminho a ser trilhado, em busca do desenvolvimento econômico no Município, realizado em bases sustentáveis, é o leque de opções de geração de renda que compreende a agregação de valor ao produto agrícola, como a agricultura orgânica e a implantação e desenvolvimento de sistemas agroflorestais, bem como o manejo de rendimento sustentável de recursos naturais em áreas florestadas que não as de proteção integral. Essas atividades, complementadas pelo incentivo ao turismo rural e o de cunho ecológico e histórico, parece-nos as alternativas mais adequadas à atividade mineraria desenvolvida no Município, cuja expansão não é compatível com os objetivos da conservação ambiental.

Os dois outros elementos que apontam as demandas de geração de renda são os relacionados à faixa etária da população e à composição de gênero em relação à obtenção de rendimentos.

Se considerarmos as pessoas residentes com 10 anos ou mais de idade e que possuem rendimentos pela atividade desenvolvida, constataremos que a população feminina que apresenta essas características corresponde à metade do contingente masculino, fato que demonstra a necessidade de ações de geração de renda nesse segmento.

Considerando o trabalho que já é desenvolvido pela Prefeitura de Guapiara nesse sentido, cremos que o artesanato seria a melhor opção para atendimento dessa demanda, mesmo porque pudemos constatar “in loco” a alta qualidade do que é produzido por grupos de mulheres de bairros rurais (alguns inclusive sediados no entorno do PEI), constituídos a partir de projetos da Municipalidade.

Constatamos também experiências de comercialização bem sucedidas, bem como algumas técnicas representativas da produção artesanal tradicional da região. Nesse aspecto, ganha destaque o bordado feito na comunidade da Vila Ribeiros, que resgata técnicas e estilos empregados nos antigos bordados em sacaria (artesanato tradicional), como ponto cheio, os desfiados da sacaria e os amarrios.

Já em relação à demanda de ocupação por idade, mais da metade da população residente possui até 24 anos de idade. Considerando a taxa geométrica de crescimento anual da população no período de 2000 a 2008 (1,03%), verificamos que ela é cerca de $\frac{3}{4}$ da média do Estado (1,34%) o que é indicativo da necessidade de fixar o residente, particularmente a população jovem, por meio da criação de oportunidades de emprego e renda no Município. Além disso, a população jovem tende a ser mais receptiva em relação ao emprego de novas técnicas de produção e à fixação de novos conhecimentos, razão pela qual, para que seja bem sucedida a introdução ou aprimoramento de atividades de manejo ou métodos de cultivo nas comunidades ou ainda a transmissão de conhecimentos por meio da formação de multiplicadores, é, sobretudo, a população jovem que deve ser trabalhada.

A dificuldade de introdução de novas técnicas e a dificuldade dos residentes na gestão de negócios explica-se pelo último grande fluxo migratório ocorrido no Município.

O êxodo de nisseis para o Japão, nos anos 80 (século XX), teve impacto sobre os pequenos proprietários da região. Estes últimos, habituados a dedicar-se exclusivamente à produção, na condição de meeiros, sentem dificuldade na gestão de seus empreendimentos.

Nos levantamentos do IBGE, a maior parte da população rural se declara como desempregada, não se concebendo como empresária ou autônoma. Essa inabilidade em lides administrativas, por exemplo, faz com que a grande maioria dos produtores não utilize talão de produtor na comercialização e não contribua para o INSS, o que dá um caráter precário e informal à sua atividade. Cabe frisar que a Prefeitura Municipal vem tentando equacionar esse problema através de ação educativa / normativa desenvolvida pelo Mercado do Produtor.

Em relação ao fluxo migratório atual, Guapiara exporta mão-de-obra e há, inclusive, um processo em curso no qual pequenos produtores, tangidos por condições econômicas adversas, vendem suas terras para o grupo Votorantim, que assim vai ampliando sua produção de Eucaliptos, como é o caso da VCP no Bairro da Capela.

Os depoimentos colhidos confirmam essa tendência; segundo relato da Prefeitura Municipal, Guapiara é mais fornecedora de mão - de obra que receptora de força de trabalho externa.

Parte da população jovem acaba deixando a cidade em busca de oportunidades de emprego e renda no comércio (shopping, supermercados, padarias e outros estabelecimentos) e na indústria, dirigindo-se, sobretudo, para Sorocaba onde há inclusive um bairro denominado Parque Nôvo Mundo que tem o apelido de Guapiarinha em virtude desse fluxo migratório.

Há também um importante movimento sazonal entre os trabalhadores do campo.

Entre os meses de abril a setembro, em virtude da própria sazonalidade da atividade agrícola, parte significativa da mão-de-obra desloca-se, sobretudo, para os Municípios de Itapetininga, Tietê, Itaguaí e Itu em busca de trabalho nas lavouras de laranja, tomate, bem como serviços em granjas dessas localidades. Em outubro retornam para preparar a terra para o cultivo de tomate e pêssego em Guapiara. Cabe ressaltar que as crianças em fase escolar são transferidas de estabelecimentos de ensino para acompanhar esse fluxo, o que certamente apresenta reflexos em seu aprendizado. De qualquer forma também é digna de nota a organização da Municipalidade neste aspecto; desenvolve campanha sistemática, inclusive junto aos caminhões de mudança, para que a transferência dos alunos seja efetivada (evitando a evasão escolar) tão logo as famílias cheguem a seus destinos.

ECONOMIA

As principais atividades econômicas, segundo a Prefeitura, são ligadas à olericultura, fruticultura de clima temperado, cereais, carne bovina e de pequenos animais.

A principal produção agrícola é de milho, frutas, legumes e hortaliças, com destaque às culturas de pêssego e tomate.

Tabela 10. Produção Agrícola no Município de Guapiara / IBGE

Produtos	Área em ha	Produção média/ha	Produção média / Estado	Produção Anual
Caqui	42	22.000 kg/ha		924 toneladas
Laranja	12	14.083 kg/ha		169 toneladas
Maçã	20	6.000 kg/ha		120 toneladas
Pêra	17	18.000 kg/ha		306 toneladas
Pêssego	410	28.000 kg/ha		11.480 toneladas
Arroz	25	1.200 kg/ha		30 toneladas
Cebola	100	14.000 kg/ha		1.400 toneladas
Feijão	210	900 kg/ha		189 toneladas
Milho	1.600	3.000 kg/ha		4.800 toneladas
Tomate	280	60.000 kg/ha		16.800 toneladas

Fonte: IBGE 2004

Nos anos de 1946 e 1947 a produção agrícola do Município destacou-se por sua produção de tomate e embora o perfil agrícola venha sofrendo várias transformações, essa cultura ainda ocupava a terceira maior área plantada em 2004.

Segundo informações da Secretaria de Agricultura de Guapiara, os levantamentos mais recentes de unidades produtivas em área rural apontam que apenas cerca de um terço das propriedades realmente existentes estão regularmente cadastradas. Na entrevista concedida em 02.04.2007, o Sr. Heli Rodrigues de Moraes Filho, Secretário Municipal de Agricultura afirmou que o número de unidades produtivas cadastradas na Prefeitura seria de 1.700 propriedades rurais, estimando-se, em verdade, a existência de algo em torno de 5.000 unidades. Isso se deve ao fato das propriedades serem progressivamente herdadas e não serem efetuados os devidos desmembramentos em virtude do custo da escrituração, fato comum no campo.

A agricultura caracteriza-se pela modalidade familiar, que responde por 80% dos produtores, com pouca incorporação tecnológica em comparação aos níveis estadual e nacional, daí as ações de fomento e agregação de valor por meio da produção orgânica e do Mercado do Produtor, que desenvolve ações para regularizar as atividades comerciais, caracterizadas pela informalidade, e reduzir a figura do atravessador nas transações. Para tal, o Mercado do Produtor instituiu um formulário (romaneio) que funciona como comprovante de venda, na perspectiva futura que, com o disciplinamento da atividade, tal documento venha a ser substituído por nota fiscal.

O Mercado do Produtor desenvolve, em parceria com o SEBRAE, ações de orientação/capacitação em gestão entre pequenos proprietários rurais, uma vez que a cultura reinante entre eles ainda é a figura do antigo “meeiro”, que se dedicava exclusivamente à produção, deixando a administração do negócio a cargo do parceiro (no caso, migrante japonês ou nissei).

A Secretaria Municipal de Agricultura também desenvolve, através de convênio com o SENAR, cursos de turismo rural no Bairro Santana em um programa que envolve 25 famílias cadastradas, das quais serão selecionadas 4 para elaboração de planos de negócios, bem como capacitação técnica de produtores para implementação de agricultura orgânica (Bairro Capela do Alto).

O Mercado do Produtor fornece ainda assistência técnica e disponibiliza o departamento jurídico da Prefeitura como apoio ao produtor, o que tem reduzido significativamente a inadimplência, segundo o Secretário Municipal de Agricultura, bem como aluga tratores para trabalhar a terra três horas por dia para cada agricultor, com o objetivo de dar suporte ao produtor familiar.

Conforme dados da Secretaria Municipal de Agricultura de Guapiara, a área plantada de eucalipto, em 2005, era de 2.365,70 ha e a de Brachiária, naquele ano, de 1.500,20 ha. Segundo a mesma fonte, em 2005 a área de pastagem total do município seria de 6.953,50 ha, dos quais 5.215 ha é composto por propriedades familiares; o total de bovinos seria de 5.057 cabeças e o volume de abate cerca de 960 cabeças / ano, gerando 11.520 arrobas.

Com base em dados do LUPA (Levantamento de Unidades de Produção Agropecuária) constantes no Plano Plurianual 2005-2008 (P.P.D.A.M.G.), das 1.127 propriedades existentes no município (segundo cadastro à época, em fase de atualização), 1.005 enquadram-se na categoria de até 4 módulos fiscais e reúnem os elementos que as caracterizam como unidades de produção familiar. Destas 1.005 propriedades, apenas 100 possuem algum implemento básico, como trator, pulverizador tratorizado, caminhão ou outro utilitário, conjunto de irrigação e outros.

Em termos de agroindústria, Guapiara conta com um Centro de Processamento de Produtos Apícolas (Casa do Mel), cujo funcionamento aguarda aquisição complementar de equipamentos por meio de verba advinda do PRONAF Infra-estrutura. Há também projetos para instalação de uma Mini-Usina de Leite e 04 Silos Metálicos para armazenamento de milho.

Consta na Prefeitura inscrições de 270 estabelecimentos comerciais e 10 indústrias, algumas destas desativadas, que tem como rotina desativarem nas baixas temporadas e depois serem reativadas.

As maiores indústrias são as mineradoras Minercal, Pratacal e Horical, havendo também outras de menor porte.

As indústrias empregavam 405 trabalhadores formais (a maioria no ramo minerário) em 2007, segundo dados da Fundação SEADE. Vale lembrar que a mineração é um ramo de atividade industrial sujeito a forte refluxo em razão de diferentes fatores (impossibilidade de expansão em virtude de restrições ambientais, eventual esgotamento de jazidas ou mesmo queda acentuada no preço da mercadoria / matéria prima comercializada), possuindo características distintas de outros empreendimentos industriais cujo capital é menos volátil.

Tabela 11. Emprego e rendimento no Município de Guapiara

Emprego e Rendimento	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Participação dos Empregos Ocupados da Agropecuária no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2007	23,82	20,52	3,33
Participação dos Empregos Ocupados da Indústria no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2007	25,18	13,55	23,94
Participação dos Empregos Ocupados da Construção Civil no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2007	0,62	1,44	3,93
Participação dos Empregos Ocupados do Comércio no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2007	13,50	22,82	18,78
Participação dos Empregos Ocupados dos Serviços no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2007	36,87	41,66	50,02

Fonte: SEADE

A participação da atividade agropecuária na ocupação da mão-de-obra em Guapiara é bastante significativa, da ordem de 23,82%, maior que a da Região de Governo (20,52%) e sete vezes a média do Estado, só sendo superada pelo setor de serviços (36,87%), cujas dimensões atribuímos a induções da atividade agropecuária e da indústria. A participação deste último setor no nível de ocupação de mão-de-obra é da ordem de 25,18%, bem maior que a média da Região de Governo (13,55%) à qual Guapiara pertence.

A renda per capita (1,13 sm/ano) é menos da metade da média do Estado (2,92 sm/ano).

ASPECTOS SOCIAIS

Em termos de indicadores sociais, Guapiara apresenta a 631ª posição em relação ao Ranking do Índice de Desenvolvimento Humano, superando apenas quatorze Municípios no Estado. No que tange às dimensões que integram o Índice Paulista de Responsabilidade Social, o principal diferencial em relação à média do Estado é a riqueza, com 33 pontos de defasagem, seguido pela escolaridade, que registra 20 pontos abaixo da respectiva pontuação na Unidade da Federação. Todas as dimensões também são inferiores à Região de Governo à qual Guapiara pertence.

A riqueza gerada pelas grandes mineradoras de calcário (Minercal, Pratacal e Horical) e outras a seu serviço, que exploram as jazidas existentes em Guapiara, não se traduz em riqueza para o Município; não a ponto de reverter o quadro econômico e social acima descrito.

Entre os demais indicadores de Guapiara, segundo o SEADE, o que mais se destaca é a elevada taxa de analfabetismo, de 16,94%, a maior dentre os três Municípios do Alto Paranapanema sediados no entorno do PEI (embora muito próxima a de Ribeirão Grande, que registra 16,65%), bem mais que o dobro da média do Estado (6,64%). Segundo o P.P.D.A.M.G. 2005-2008, aproximadamente 70% dos chefes de família não concluíram a 4ª série primária e a taxa de analfabetismo funcional, mencionada nesse documento, chegaria a 24,75%.

Em relação à saúde, Guapiara dispõe de Hospital sediado na zona urbana, com 42 leitos hospitalares, possui 01 Centro de Saúde na sede urbana, com pronto-atendimento para acidentes, contando, inclusive, com soro antiofídico, o que dá suporte a eventuais acidentes com turistas e funcionários do PEI. Na zona rural, Guapiara dispõe de 05 Postos de Saúde e atendimento médico por meio do Programa Saúde da Família, o que proporciona, segundo informações da Prefeitura, cobertura a 100% da população residente.

No entanto, em consulta ao DATASUS (Banco de Dados do Sistema Único de Saúde) foi constatado, em relação ao Município de Guapiara, um dado preocupante no que diz respeito a internações ocorridas em função de doenças respiratórias, conforme demonstra o quadro a seguir:

Tabela 12. Internações por doenças respiratórias / DATASUS

Município	Percentual de internações em função de doenças respiratórias em %
Guapiara	23,5
Ribeirão Grande	18,6
Capão Bonito	15,9
Sete Barras	5,7
Eldorado	17,
Iporanga	3,6

Fonte: DATASUS / 2005

Em detrimento da qualidade de vida do Município, podemos constatar pela tabela acima que em Guapiara 23,5 % das internações (quase uma em cada quatro) são motivadas por doenças respiratórias. Cumpre ressaltar que esse fator (doenças respiratórias) constitui apenas um entre 21 grupos distintos de causas de internação, por local de residência, elencados no banco de dados do SUS, o que torna o quadro particularmente grave. Ora, qualquer pessoa hoje que se dirija ao Parque Estadual Intervales pode facilmente constatar “in loco” a imensa quantidade de material particulado em suspensão na entrada da referida Unidade de Conservação, quando a via de acesso por Guapiara está seca (a maior parte do ano). Trata-se de pó de calcário derramado na referida via pelos caminhões das mineradoras (cujo tráfego é intenso e o transporte se faz - claro está - de forma inadequada). A poeira é tão espessa que mesmo em dias ensolarados a visibilidade na pista é quase nula quando um carro de passeio transita atrás de um caminhão de mineradora, carregado de calcário e totalmente nula se o motorista tiver a infelicidade de cruzar (em via contrária) com o referido veículo de carga. Pelo exposto, cremos ser uma dedução lógica a principal causa do índice acentuado de doenças respiratórias em Guapiara.

Poderia cogitar-se que esse alto índice de internações ocasionadas por doenças respiratórias em Guapiara teria outras causas, que não a aqui sugerida, como por exemplo, a utilização massiva de agrotóxicos em culturas como o tomate. Porém, outros municípios que fazem uso intensivo de agrotóxicos, como Sete Barras, na cultura da banana, não apresentam as dimensões alarmantes de internações motivadas por doenças respiratórias presentes em Guapiara. Além disso, uma análise mais detalhada dos dados disponibilizados pelo DATASUS forçosamente leva-nos a descartar essa hipótese. Quando verificamos a distribuição percentual das internações por grupos de causas e faixa etária em Guapiara (quadro CI 10), observamos, para os casos de doenças respiratórias, o registro de ocorrências discriminadas no quadro abaixo:

Tabela 13. Internações por doenças respiratórias por faixa etária no Município de Guapiara/DATASUS

FAIXA ETÁRIA	PERCENTUAL DAS INTERNAÇÕES POR DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATÓRIO (GUAPIARA-SP) em %
Menor de 01 ano	34,7
01 a 04 anos	61,4
05 a 09 anos	37,2
10 a 14 anos	25,0
15 a 19 anos	5,4
20 a 49 anos	12,7
50 a 64 anos	31,3
65 e mais	35,9
60 e mais	37,5
Total	23,5

Fonte: DATASUS / 2005

Embora seja de conhecimento geral que os trabalhadores no campo iniciam suas atividades ainda muito jovens, claro está que não se tornam ativos nas lides profissionais com idade entre um a quatro anos. Pois podemos observar que justamente nesta faixa etária é mais acentuada a incidência de internações por doenças respiratórias (61,4 % de internações nesta faixa etária são motivadas por doenças respiratórias, entre um grupo de vinte e uma causas possíveis - em Sete Barras, a incidência nesta faixa etária é de apenas 6,3%). É fato que nesta faixa etária há maior propensão para contraírem-se doenças respiratórias, mas o índice verificado em Guapiara é incomum e torna-se um problema de saúde pública. Podemos constatar também que os índices são mais elevados nas menores faixas etárias (de 01 a 09 anos) e nas pessoas mais idosas (60 anos ou mais). Ora, justamente a faixa etária em que a atividade do trabalhador é mais intensa (15 a 49 anos) e, conseqüentemente, a manipulação de agrotóxicos é maior, é a que apresenta os menores índices de internação por doenças respiratórias, razão pela qual se descarta a hipótese denexo causal nesse sentido. Como o quadro se repete (idêntica incidência - 61,4% - de internações por doenças respiratórias na faixa etária de 01 a 04 anos) em Ribeirão Grande, onde mineradoras também registram intensa atividade, tudo indica que pesquisas de campo desenvolvidas por especialistas na área da saúde, em ambos os municípios, comprovariam o vínculo entre doenças respiratórias e atividade mineraria na região.

Em face do exposto, cremos que alguma providência deve ser tomada, seja por meio de entendimentos com o segmento das mineradoras para que adotem medidas no sentido de reparar os danos ambientais e sociais que sua atividade vem ocasionando, seja acionando o DEPRN ou outro órgão competente em relação a tal fato, mesmo porque os visitantes do Parque Estadual Intervales que tem a desventura de adentrar a Unidade de Conservação pelo caminho referido (em sua maioria crianças e adolescentes em excursão escolar) estão expostos às mesmas condições insalubres que acometem os cidadãos de Guapiara.

Se por um lado a saúde pública em Guapiara apresenta o fator adverso acima descrito, em termos de ações de inclusão social a realidade é bem diversa e bem mais animadora. É digno de destaque o trabalho desenvolvido pela Prefeitura Municipal daquele Município no que tange a ações de inclusão

por meio da integração de diferentes programas e ações numa rede de atividades de capacitação e geração de renda que tem por base uma espécie de cadastro municipal unificado dos segmentos em situação de vulnerabilidade social.

Dessa forma, por meio do cruzamento de dados de cadastro em diferentes programas sociais em Guapiara - como o Projeto Estadual de Leite / Vivaleite e o Bolsa Família, do Governo Federal - com os bancos de dados das Secretarias Municipais de Promoção Social, Educação e até mesmo da Agricultura, o Fundo Social de Solidariedade do Município formou um leque de ações que, inclusive, abrange bairros sediados na Zona de Amortecimento do Parque Estadual Intervales, como os de Capela do Alto (que dista 8 Km da Unidade de Conservação) e o dos Elias, um dos maiores do entorno, com mais de 2.000 residentes.

Destarte, a Secretaria Municipal de Promoção Social, através do CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) realiza a triagem dos candidatos segundo os critérios estabelecidos e complementa as ações e projetos com atendimento psicológico, assistência social específica, palestras diversas e outras intervenções.

Um elemento de fundamental importância para a sustentabilidade das ações e eficácia dos projetos desenvolvidos é o foco prioritário na população jovem, o que abre perspectivas para a replicabilidade dos conhecimentos e técnicas adquiridos, bem como para a capacitação de potenciais lideranças futuras em comunidades (oriundos da formação de monitores nos programas).

MEIO AMBIENTE

Outro aspecto de grande relevância tanto para o Município como para o Plano de Manejo, objeto do presente estudo, é que nas atividades desenvolvidas pelos beneficiários de programas sociais em Guapiara, como contrapartida pelo benefício recebido a opção da Prefeitura foi por aquelas relacionadas à educação ambiental e a práticas sustentáveis.

Assim, temos que os bolsistas do Programa Agente Jovem, do Governo Federal, bem como os inscritos no Programa Ação Jovem, do Governo Estadual, desenvolvem, em Guapiara atividades sócio-educacionais com ênfase na educação ambiental. O contingente total de beneficiários nesses dois programas em Guapiara é de 147 (cento e quarenta e sete) bolsistas, dentre os quais há seleção de agentes multiplicadores das ações que teriam bolsa adicional com cujos custos arcados pela Prefeitura.

Contando com recursos próprios e por meio de convênio com o Centro Paula Souza, a Prefeitura de Guapiara desenvolve ainda cursos de agricultura familiar (com jovens, filhos de pequenos produtores), técnico florestal e técnico em meio ambiente. Ainda com recursos próprios e sob convênio com a mesma Instituição, a Prefeitura desenvolve cursos de jardinagem/paisagismo, com atividades de revitalização de praças e monitoria ambiental / coleta seletiva e composto orgânico.

Em relação à coleta de lixo em Guapiara (cerca de 8 toneladas/dia), temos que a mesma atende 95,5% do Município; é realizada pela Prefeitura Municipal, através de coleta manual, três vezes por semana na zona urbana e sob a forma de rodízio na zona rural, atendendo dois bairros por dia. O lixo é levado a um aterro sanitário e depositado em valas, de acordo com as normas da CETESB.

Esta se buscando área para construção de novo aterro sanitário em virtude do esgotamento do existente; o projeto da nova área inclui um centro de reciclagem de materiais. A pesquisa de

“percepção do lixo” desenvolvida junto a residentes de áreas rurais por meio de bolsistas dos Programas Agente Jovem e Ação Jovem integram um projeto da Prefeitura que objetiva a viabilização operacional desse centro de reciclagem.

No Município de Guapiara também é desenvolvido um Projeto Fehidro com fulcro em três componentes básicos: a) educação ambiental para alunos da rede municipal com idade de 07 a 14 anos; b) viveiro escola, de desenvolvimento de mudas para replantio em áreas públicas; c) agrofloresta, desenvolvido na escola do Bairro do Paes, onde está instalado um dos cursos de agricultura familiar, já mencionado (convênio com o Centro Paula Souza).

Da mesma forma, integrando programas de transferência de renda como o Bolsa Família (federal) e o Renda Cidadã (estadual), a municipalidade desenvolve, com grupos de mulheres das famílias assistidas, atividades de geração de renda baseadas em prática sustentável; artesanato diversificado, inclusive com resgate do artesanato tradicional da região, em palha, taboa, acolchoado, bordado, tecelagem e tapeçaria com crianças em artesanato de retalhos.

Ainda sobre o artesanato, cabe ressaltar que foi promovida uma exposição de peças de várias comunidades (principalmente do Bairro Capela do Alto, situado no entorno do PEI e do Bairro Macedo de Lima) no Parque Intervales na semana de carnaval (dias 17, 18 e 20 de fevereiro do corrente) que gerou R\$ 1.000,00 em vendas. Na semana da Páscoa (dias 6, 7 e 8) a experiência se repetiu, agora com arrecadação de R\$ 1.300,00. Tal fato põe em pauta a proposta de haver no PEI um espaço permanente para exposição - ainda que sob a forma de rodízio - para a produção artesanal das comunidades sediadas nas Zonas de Amortecimento do Parque, que poderia ser o restaurante da referida Unidade de Conservação.

Geralmente os restaurantes dos Parques Estaduais dispõem de artigos à venda para os visitantes. Nesses espaços, não raro, são ofertadas bijuterias e berloques da mesma qualidade e procedência dos que são comercializados por ambulantes na cidade de São Paulo. No Parque Estadual Intervales, por iniciativa de seu dirigente, Maurício de Alcântara Marinho, será incluída, na próxima licitação do restaurante, cláusula segundo a qual no espaço deverão ser comercializados, exclusivamente, produtos artesanais da região. Considerando as novas atribuições da Fundação Florestal, com o advento do SIEFLOR (Decreto nº 51.453, de 29 de dezembro de 2006), bem como o fomento de práticas e atividades sustentáveis em comunidades situadas na Zona de Amortecimento de Unidades de Conservação como estratégia e instrumento de preservação das referidas áreas, cremos que a destinação exclusiva (tal qual doravante ocorrerá no PEI) de espaços de comercialização no interior dos Parques para a produção sustentável de artefatos do entorno (de mel a produtos artesanais) deva ser adotada sob a forma de política pública e oficializada como regra geral por meio de instrumento normativo (Resolução ou Decreto).

Outro projeto que desperta particular interesse em Guapiara são os entendimentos preliminares para aproveitamento de bambu (cuja equipe do Plano de Manejo tanto enfatiza a necessidade de controle, mesmo em área de Parque, por tratar-se de infestação, embora sejam nativas que alimentam fauna variada, com espécies em extinção) pela Prefeitura em seu programa de artesanato, já mencionado, cujos custos de corte e transporte seriam inteiramente bancados por essa última. Para se ter uma idéia da potencialidade da ação, moradores de comunidade realizaram um curso de construção ecológica pela EMBIO BAMBU e já se conseguiram uma encomenda de 300

(trezentos) metros quadrados de trançado de bambú por um comprador do município de Itatiaia (Rio de Janeiro); constata-se, portanto, que já há canal de comercialização, embora incipiente.

Considerando as novas atribuições da Fundação Florestal que, com o advento do SIEFLOR, passou a ser responsável pela administração de todas as Unidades de Conservação Estaduais, cremos ser cabível propor que nos casos em que a excessiva proliferação de determinada espécie (sobretudo nativa) em áreas de Parque torne necessário seu manejo, o “descarte” do material oriundo desse manejo deva se dar em bases racionais. Dessa forma, por exemplo, a destinação do bambu descartado do PEI (assim como de qualquer outra espécie, nas mesmas condições, em qualquer outro Parque) deveria ter como objeto, à medida do possível, o aproveitamento econômico, sobretudo com vistas à geração de renda em comunidades do entorno ou, ao menos, para abater custos da administração pública da área preservada. Acreditamos que esta seria uma proposta, como a outra acima formulada, que deveria ser adotada sob a forma de política pública e oficializada como regra geral por meio de instrumento normativo (Resolução ou Decreto).

Em relação à agricultura orgânica em Guapiara, há programas desenvolvidos em parceria entre a Municipalidade, o SENAR e a Associação Guapiarense de Produtores Orgânicos (Agaor), que conta com dois produtores certificados, a Associação Banco da Terra, no Bairro Pocinho, com 18 produtores e a Federação de Agricultura Orgânica do Sudoeste Paulista.

Há ainda contatos preliminares entre a Prefeitura Municipal e o Instituto IDEAS para desenvolvimento de projeto de recuperação e preservação de recursos hídricos em mananciais e cursos d'água próximos ao Parque Intervales.

Cumprindo por fim ressaltar que, com base em levantamento publicado na revista Florestar Estatístico, o Governo do Estado repassou ao Município de Guapiara, por conta das áreas preservadas, R\$ 61.271,11, valor total do ICMS Ecológico recebido pelo município no ano de 2004; mais que o triplo do que foi pago à Municipalidade no mesmo ano a título de compensação financeira pela atividade mineraria (R\$ 16.445,13) conforme registra o site do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral).

- **Capela do Alto**

O bairro de Capela do Alto apresentou visivelmente uma propensão ao desenvolvimento da atividade turística, principalmente o turismo cultural e religioso, concorrendo para isso o fato de localizar-se próximo à sede do PEI. A memória sobre a história do bairro liga-se ao episódio religioso do encontro da imagem de Nossa Senhora da Ajuda no Rio Cristal, que motivou a construção da Capela e também a doação à Igreja Católica de parte da propriedade de Mathias Franco, pessoa que encontrou a imagem em 1800. Este fato passou a atrair romeiros devotos de Nossa Senhora da Ajuda.



Foto 22 - Vista panorâmica do bairro Capela do Alto - a partir do morro do Cruzeiro (Foto: Gabriela Arakaki)

As terras que Mathias Franco cedeu à Igreja Católica foram loteadas e novamente doadas, assentando atualmente grande parte dos moradores do bairro. Não foi possível estimar o tamanho exato desta propriedade nem descobrir sua situação fundiária, dado relevante porque a Igreja Católica é um dos principais sujeitos na coordenação do uso do solo no bairro. Quase todas as residências de pessoas entrevistadas, bem como a horta orgânica comunitária, assentam-se sobre terras da Igreja, ou “da Santa”, como se referem os moradores.

Os descendentes de Mathias, família que ainda reside próximo à imagem da santa, em terras não pertencentes à Igreja, afirmaram que o primeiro nome do lugar foi Bairro dos Vieira por causa do nome da família que ali residia. Conversando com um dos moradores mais antigos do bairro, Seu Calisto, descobrimos que Capela do Alto fazia parte de um antigo caminho e que os primeiros habitantes a se fixarem na região teriam vindo de Cananéia. Este caminho foi intensamente utilizado pelos tropeiros, que realizavam o comércio de escambo entre a baixada e o médio Ribeira com a região do planalto de Guapiara. Foi possível constatar, ainda, que há intensa mobilidade entre moradores da Capela do Alto e moradores dos bairros Cravos da Capela, Alegre, Boa Vista, Capoeira Alta e Capão Bonito.

Um dos entrevistados apontou a existência de um número significativo de não católicos, ligados à Igreja Adventista e Universal Reino de Deus. O dono da mercearia próximo à Capela, Luis Antônio, por exemplo, mora em terras da Igreja Católica, mas hoje frequenta a Igreja Evangélica. Segundo seu relato, o grupo de evangélicos é mais “tímido”. Seria interessante averiguar quantos moradores não são católicos e qual a relação estabelecida entre eles, uma vez que foi possível constatar que grande parte dos eventos sociais e culturais do bairro - como festas - está relacionada à Igreja ou a um grupo de católicos. É interessante observar, por exemplo, que foi a ministra de comunhão, dona Iracema, quem tomou a iniciativa para realização do trabalho com artesanato; ela também é a representante da comunidade junto ao Conselho do PEI e comunica aos frequentadores da missa os informes sobre o Parque após a celebração.

Segundo dona Edna, dona-de-casa que participa das ações promovidas pela Igreja, há três organizadores que coordenam as atividades ligadas a ela: o tesoureiro, o coordenador da Igreja e o coordenador do Salão Comunitário. Estes organizam junto à comunidade as várias festas que ocorrem no bairro, bem como a recepção dos romeiros que vêm à cidade para cultuar a imagem da santa, visitar a gruta e, eventualmente, subir o Morro do Cruzeiro.

O salão comunitário, além de servir como refeitório aos romeiros também é a sede da associação comunitária, que existe desde 1997.

Muitos entrevistados têm interesse em melhorar a infra-estrutura do bairro para receber os visitantes, através da construção de pousadas e restaurantes, objetivando a elevação da renda obtida com o turismo religioso.

Com relação ao PEI, a receptividade entre os residentes é grande em virtude dos benefícios gerados pela possibilidade de venda do artesanato aos turistas que lá se hospedam e pelo bom relacionamento que têm com o Parque. Entretanto, há muitas expectativas também: alguns moradores atribuem a promessa de pavimentação da rua à Prefeitura e/ou ao PEI, confundindo o papel de cada instituição. Há interesse em vender a produção de hortaliças orgânica da comunidade ao Parque e envolver o bairro em seu roteiro turístico.

A Oficina de artesanato “Sonho Meu”, iniciativa da prefeitura de Guapiara, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, iniciou suas atividades em 2004 com 25 participantes e conta hoje com cerca de quatro artesãs. O espaço físico é cedido. O fato do artesanato não ser a principal fonte de renda dos participantes explica em parte o esvaziamento deste projeto. Outro fator relevante é a grande dependência dos artesãos em relação à Prefeitura, que fornece a matéria-prima e se encarrega da venda dos produtos.

No caso da horta orgânica comunitária, ocorreu processo semelhante: a atividade foi iniciada em 2005 com 15 participantes, mas conta hoje com apenas três produtores.



Foto 23 - Altar da igreja católica da Capela do Alto (Foto: Gabriela Arakaki)



Foto 24 - Oficina de Artesanato “Sonho Meu” - grupo (Foto: Gabriela Arakaki)

A maioria dos entrevistados vive de aposentadoria ou de programas sociais do Governo, sendo o Bolsa Família o mais citado. Alguns trabalham como diaristas em pequenas lavouras e houve relatos

de familiares trabalhando na silvicultura (eucalipto) e na mineradora Horical. A agricultura é a principal atividade econômica dos moradores mais velhos, constatando-se migração da população mais jovem, que busca emprego em bairros e cidades vizinhas. A produção de hortaliças é basicamente para consumo próprio. Cumpre ressaltar que os lotes doados pela Igreja - todos com o mesmo tamanho, 10x30m - deixam espaço para um amplo quintal, que permite o cultivo de hortaliças e pequenas criações de aves e suínos.

As casas de parte dos moradores entrevistados foram construídas no sistema de mutirão. Apesar da existência de casas de pau-a-pique, a maioria é composta por casas simples de alvenaria, com ou sem reboco, pintadas ou de bloco exposto. Nota-se a existência de quintais comunitários.

O bairro faz limite com uma propriedade que produz eucalipto (pertencente à Votorantim Celulose e Papel), inclusive há relatos da existência de moradores que tentam plantar eucalipto em terras da Igreja, mas esta atividade é reprimida por outra parte dos moradores que a associam à degradação ambiental. Muitos entrevistados comentaram que o plantio de eucalipto “está fazendo os rios secarem”.

A maioria dos entrevistados destaca a importância da proteção do meio ambiente. Há expectativa da criação de um projeto, em parceria com o PEI, com o objetivo de restaurar as matas ciliares; o Parque poderia ser o fornecedor de sementes ou mudas de nativas. Entretanto, muitos são favoráveis à implementação de uma empresa de mineração no bairro, na expectativa que tal atividade traria emprego aos moradores.

A falta de oportunidades de emprego foi apontada como o principal problema do bairro, seguido pela questão da saúde, pois no posto existente no bairro o médico aparece apenas uma vez por semana e não há dentista. Esta questão liga-se a outro problema que se refere ao transporte. A única forma de sair do bairro sem carro particular é pagar R\$ 3,50 a uma linha particular que funciona de 2ª, 4ª e 6ª feira - conforme relato de dona Iracema - sendo necessários cerca de 30 minutos para acessar o posto de Guapiara.

A situação da estrada dificulta a circulação de automóveis. Outra forma de sair do bairro é pegar carona com o ônibus escolar, prática adotada pelos moradores, inclusive, para buscar atendimento médico em outra localidade. Porém, tal prática é ilegal, o que tem motivado denúncias à procuradoria estadual, que a proibiu. A Prefeitura de Guapiara conseguiu aprovar um projeto de recuperação e melhoria da estrada desde o asfalto até o bairro Capela do Alto, por meio do programa “Melhores Caminhos”, da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento. A municipalidade também mantém um convênio de cooperação com a Fundação Florestal, visando a valorização da estrada como um dos acessos ao PEI, potencializando recursos turísticos.

Há quatro escolas que atendem todas as crianças e jovens do bairro: uma no próprio bairro (até 4ª série do ensino fundamental - municipal) e as outras em Pinheiro do Amaral (5ª série do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio - estadual), Noel (1º ao 3º ano do ensino médio - municipal), e Guapiara (até a 8ª série do ensino fundamental - estadual).

Em relação ao fornecimento de água, luz e coleta de lixo, todos os entrevistados têm acesso. O grande problema diagnosticado é a ausência de coleta e tratamento do esgoto, com a presença de fossas negras na maioria das casas.

- **Pinheiro de Santana**

O bairro Pinheiro de Santana tem na mineração sua principal atividade econômica. Há o predomínio da pequena propriedade rural, porém pelo menos um membro de cada família residente no bairro trabalha na atividade minerária ou é ex-funcionário aposentado de mineradora.

Os moradores residem em casa própria, de alvenaria, que apresentam bom estado de conservação. Quanto aos serviços básicos, são servidos por água encanada e luz elétrica. As casas ficam próximas à área de mineração. Apesar disso, em virtude da forte dependência dos moradores em relação à renda advinda do trabalho na mineração, alguns entrevistados afirmam não se sentirem incomodados com o pó produzido pela empresa.

O trabalho na atividade minerária é a principal fonte de renda do bairro, sendo complementada sazonalmente pelo emprego no corte do eucalipto, que abastece os fornos da mineradora. Além disso, todas as famílias possuem roças de subsistência cultivadas pelas mulheres e outros membros da família que não possuem emprego fixo; a produção é para consumo próprio, havendo também a prática de escambo.

- **Paivinha (ou Pinheiros dos Nunes)**

O nome do bairro se origina dos primeiros moradores pertencentes às famílias Paiva e Nunes. É um bairro pequeno; composto por pequenas propriedades rurais e que emprega trabalho familiar com produção de verduras e legumes (pimentão, vagem, repolho, abobrinha, etc). Possuem pomares no quintal (ao redor das casas) de laranja, banana, mexerica, abacaxi, ameixa, limão; a produção é vendida para o CEASA de Guapiara. A renda desses agricultores também tem origem no trabalho nas caieiras. Um ou mais membros de cada família entrevistada trabalhava na mineradora Pratacal (fechada devido a irregularidades) e parte ainda recebe numerário advindo das aposentadorias conquistadas na mesma atividade.

A localização dos fornos para produção de cal, marginal a estrada de acesso ao PEI (a partir de Guapiara) e a queima de lenha do eucalipto sem as mínimas condições de segurança de trabalho e controle ambiental, além do fator de risco aos visitantes do Parque, constitui uma grande ameaça à saúde pública dos moradores do bairro e principalmente aos funcionários.

Com o fechamento da lavra, através de embargo do IBAMA devido a irregularidades, e o posterior fechamento da caieira, houve demissão e prejuízo direto a dezenas de famílias dos bairros adjacentes, especialmente o bairro Paivinha. Para piorar essa situação, a empresa Pratacal não efetivou o pagamento das demissões, FGTS e outros benefícios aos funcionários, além do atraso dos salários, há mais de um semestre antes do fechamento da empresa.

- **Pinheiros do Amaral**

Localiza-se nas imediações da estrada de asfalto entre Capão Bonito e Guapiara e é constituído por pequena vila com grande adensamento de residências.

Seu histórico está relacionado à construção da estrada. Próximo ao bairro se localiza uma pousada, o hotel-estância Multivales, que realiza atividades de turismo recreativo.

Foto 25 - Bairro Pinheiros do Amaral - Vista parcial do asfalto para acesso para Capela do Alto (Fotos: Regina Oliveira e Josias Carneiro)



Foto 26 - vista parcial do outro lado da estrada com o hotel estância Multi-Vales (Fotos: Regina Oliveira e Josias Carneiro)



Foto 27 - Bairro Pinheiros do Amaral - Grupo de ensino fundamental - escola municipal (Fotos: Regina Oliveira e Josias Carneiro)



Todas as famílias entrevistadas moram em casa própria, construída em madeira ou alvenaria. Várias casas foram construídas irregularmente, na beira da estrada (faixa de 15 metros).

O bairro é servido por energia elétrica; água é fornecida pela Sabesp e o esgoto é lançado diretamente na drenagem.

Quase todos os chefes de família trabalham ou na Minercal ou na Pratacal; os demais são diaristas nas lavouras de tomate, repolho e pêssego. Quando não há trabalho na agricultura, empregam-se no corte do eucalipto ou nas granjas em Itapetininga.

- **Pianos**

O nome do bairro tem origem na história dos irmãos João Canapé e João Seleiro, que viveram no bairro há cerca de 160 anos; eram artesãos, faziam arreios e pequenos pianos com elástico, ficando conhecidos como João dos Pianos, motivo pelo qual o bairro passou a ser designado por “Bairro dos Pianos”.

A maioria das famílias tem como principal fonte de renda o emprego na mineração. As aposentadorias e programas como bolsa família ou bolsa escola complementam o rendimento familiar ou são, muitas vezes, o principal rendimento de algumas famílias. Outra atividade desenvolvida por alguns moradores é o plantio para subsistência ou trocas entre famílias; alguns produzem ervilha, vagem e pimenta em pequenas propriedades visando sua comercialização, entretanto ainda existe uma forte dependência dos atravessadores, reduzindo o ganho do pequeno agricultor. Para este trabalho, recebem assistência técnica da Prefeitura e realizam pequenos mutirões de plantio. Criam galinhas, patos, porcos e possuem cavalos e burros para apoio nas atividades rurais.

Muitos jovens procuram trabalho na cidade, principalmente em Sorocaba e Itapetininga. Há uma crescente demanda pela compra de sítios por parte de pessoas de São Paulo.

Segundo a liderança entrevistada, Sr. Paulo Kiss (falecido em maio de 2008) um dos principais problemas da região é a plantação indiscriminada de eucalipto ao longo da estrada, que em sua opinião deveria ser proibida, pois esta prática está comprometendo as nascentes de água. Esta

atividade está associada ao avanço do desmatamento de florestas nativas, com existência fornos de carvão irregulares; algumas destas infrações ambientais foram autuadas pela Polícia Ambiental.



Fotos 28 e 29 - Pequena propriedade no bairro Paivinha e forno de cal pertencente à mineradora Pratacal que funcionou até final de 2007 (Fotos: Maria Cristina M. Lima)

Em entrevistas realizadas no bairro verificou-se que a empresa Minercal, localizada no bairro Elias, realiza há anos a queima de pneus para fabricação de cal no período noturno, atividade essa ilegal e que causa sérios danos à saúde de funcionários e moradores vizinhos aos fornos de cal.

Com relação aos serviços públicos oferecidos, a comunidade conta com uma escola que atende até a 3ª série do ensino fundamental. Há um projeto de construção de mais duas salas de aulas para atender até a 8ª série. Atualmente os alunos que cursam as séries 4ª a 8ª do ensino fundamental e o ensino médio, precisam se deslocar para Guapiara. Para esse deslocamento, contam com o transporte escolar oferecido pela prefeitura. Não há um núcleo de alfabetização de adultos apesar da demanda existente na comunidade. O bairro é atendido pelo Programa Saúde da Família e por um posto de saúde cujo atendimento é feito uma vez por semana. Já existem projetos de construção de uma praça e de um campo de futebol. O bairro conta com uma quadra particular. De acordo com a liderança, não há uma associação de bairro organizada devido à falta de interesse dos

moradores em se associar.



Fotos 30, 31 e 32 - Vista parcial do bairro Pianos; Pequena propriedade com fragmento florestal e Gruta dos Pianos; Reunião com liderança comunitária / Sr. Paulo Kiss - *in memoriam* (Fotos: Maria Cristina M. Lima)

- **Elias**

O bairro do Elias, também conhecido como Minercal (nome da empresa mineradora pertencente ao Sr. Luís Pagliato) apresenta dois graves problemas: primeiramente, o fato das residências

assentarem-se em área contígua às instalações da lavra e da mineradora, e de ser tal empresa a única fonte de renda de todas as famílias do bairro, criando uma situação de forte dependência. Vale ressaltar que entre os bairros visitados, o bairro do Elias possui a mais alta renda da região do Alto Paranapanema, variando de 400 a 800 reais por mês, fato que se reflete no padrão construtivo das casas, em alvenaria. A lavra consiste numa cavidade de mais de 200 metros de profundidade, separada das casas apenas por uma rua, situação que cria sério risco à população do bairro; risco que é acentuado pela ocorrência de detonação de dinamites, havendo casos em que estilhaços de rochas são lançados além do domínio da lavra, expondo os moradores a acidentes. A rua é interditada toda vez que ocorre detonação e o barulho das explosões tornou-se um grave problema de poluição sonora. Os moradores também são afetados pela poeira em suspensão, causadora de doenças respiratórias. A poeira é de tal monta que impede a abertura das janelas durante o verão, causando desconforto térmico. Donas de casa relataram que as roupas expostas nos varais ficam “duras”, impregnadas pela poeira (este fato provavelmente está relacionado à queima de pneus no período noturno - atividade ilegal que a empresa mantém há anos - como combustível para fornos de fabricação de cal). O material particulado na estrada também se constitui em fator de alto risco para os moradores, havendo vários casos de atropelamentos, com vítimas fatais, por conta da baixa visibilidade.



Foto 33 - Vista aérea do bairro Elias com lavra em atividade, contígua ao bairro, da empresa Minercal - Guapiara (Foto: William Sallum Filho)



Foto 34 - Vista geral do bairro Elias e da atividade m nero-industrial da empresa Minercal - imagem gerada pelo sistema Google Earth em março de 2008



Foto 35 - Vista parcial do bairro Elias com algumas lavouras (Foto: Regina Queiroz)



Foto 36 - Vista da praça matriz do bairro Elias com mineradora Minercal ao fundo (Foto: Maria Cristina M. Lima)



Foto 37 - Arruamento no bairro Boa Vista, sem saneamento básico (Foto: Maria Cristina M. Lima)



Foto 38 - Vista aérea de armazenamento de pneus para queima ilegal - caieira da Mineral, próximo a bairro Elias (Foto: William Sallum Filho)

Apesar de todos esses problemas, dos quais os moradores têm consciência, eles afirmam que o padrão de vida melhorou muito por causa da Mineral e acham que a qualidade de vida seria muito pior se não houvesse a atividade minerária.

Hoje os serviços de saúde e de educação estão melhores, todas as crianças têm acesso à escola até o 2º grau, há um posto de saúde e atendimento do Programa Saúde da Família. No bairro há o programa de alfabetização de adultos, mas ainda é grande o índice de analfabetismo.

O principal problema apontado pelos entrevistados é o saneamento básico. A água utilizada para consumo doméstico é despejada diretamente na rua; esgoto doméstico é condicionado em fossas sépticas. O lixo é coletado semanalmente.

- **Macedo**

Neste bairro a maioria das casas é construída em madeira e possuem luz elétrica. A água é captada nas nascentes ou poços e os moradores utilizam fossa negra. O lixo é coletado duas vezes ao mês. As crianças estudam na escola em Guapiara e a prefeitura oferece o transporte escolar. Observaram-se plantações de vagem, repolho e pimentão.

Os moradores do bairro trabalham como diaristas na agricultura, nas culturas do tomate, vagem, repolho e abóbora. Nessas culturas há trabalho por seis meses; o restante do ano trabalham no corte do eucalipto (que só está em ponto de com dez anos) ou vão à procura de trabalho nas cidades vizinhas, como Itapetininga, Tatuí e Itapeva. Constatamos que o corte do eucalipto é o responsável por casos de hérnia de disco. Os moradores entrevistados possuem um histórico de deslocamentos e mudanças acompanhando a safra do tomate.



Foto 27 - Plantação de ervilha e repolho no bairro Macedo (Foto: Regina Queiroz)



Foto 28 - Trabalhador da plantação de Tomate e do corte de eucalipto (Foto: Regina Queiroz)



Foto 29 - Atividade de silvicultura no bairro (Foto: Regina Queiroz)

- **Água Fria (ou Paiol de Telha):**

O bairro da Água Fria caracteriza-se pela atividade agrícola, com predomínio de médias propriedades, onde se cultiva principalmente tomate. Alguns trabalhadores, descendentes de pequenos camponeses da região, moram nestas propriedades e são empregados sob o regime da CLT. Diante da falta de alternativa de renda nas pequenas produções familiares, estes foram obrigados a se empregar como mensalistas e diaristas na grande produção de tomate, estando suscetíveis a condições de risco por intoxicação e exploração de trabalho. No bairro, foi entrevistado um grande produtor que cultiva principalmente tomate e também pimentão, caqui, e repolho. Além da sua fazenda, ele arrenda terras de outros proprietários para complementar sua produção; neste sistema ele emprega cerca de 18 famílias. Para o plantio utiliza um viveiro de mudas, prepara o solo fazendo a aração e gradeação e faz uso de calcário (corretivo de solo) e agrotóxicos. Ao ser interrogado sobre uma área queimada no interior de sua propriedade, constatada durante o trabalho de campo, o entrevistado afirmou que se tratou de um atentado feito por pessoas que queriam prejudicá-lo e que não utiliza esta prática para limpeza do terreno para plantio. No entanto, constata-se que esta prática é comum em toda a região.

Na perspectiva do entrevistado, a vizinhança com o Parque não atrapalha em nada sua atividade, pois com as novas tecnologias disponíveis para horticultura não há necessidade de desmatamento. Ele tem interesse no cultivo de nativas, principalmente o guanandi, bem como na plantação de pupunha e gostaria de fazer parceria com o Parque no ensino do plantio e manejo do palmito juçara.

Parte dos moradores também trabalha na agricultura de subsistência, produzindo arroz, feijão e milho. Muitos recebem ajuda do programa Bolsa Família.

Município de Capão Bonito

Em fins do século XVII, os primeiros bandeirantes encontraram ouro na cabeceira do rio São José de Guapiara, que nasce na Serra de Paranapiacaba e durante o curso recebe os nomes de Apiaí-Mirim e Apiaí-Guaçú, ali construindo alguns ranchos para abrigo e iniciando o primeiro povoado das paragens

do Paranapanema que levou o nome de “Arraial de Guapiara”, distante da atual Capão Bonito 36 Km para o sul, sendo depois conhecido pelo nome de “Arraial Velho”.

A área não havia instituído alvará para mineração, atraindo assim mineiros que chegavam de todos os lados.

Por volta de 1.721, o fisco tomou posse da mineração no Vale do Paranapanema e as “datas” (porção de terra com 20 a 22 por 40 a 44 m) foram distribuídas aos requerentes conforme o número de escravos e agregados.

Arraial Velho, segundo os historiadores, durou pouco mais de 40 anos e não passou de um clássico arraial de bandeirantes, sendo destruída até a capelinha de pau-a-pique dos primeiros tempos.

Na versão divulgada pela Secretaria Estadual de Cultura, Arraial Velho teria sido transferido para Freguesia Velha em data não definida (material fornecido pela Prefeitura do Município registra o acontecimento no ano de 1746), à margem direita do rio das Almas, local hoje pertencente ao município de Ribeirão Grande, emancipado de Capão Redondo em 1.991.

Em 1.840 o Senhor Pedro Xavier dos Passos, conhecido como “Sucuri”, teria comprado parte da fazenda Capão Bonito, de propriedade do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar e sua esposa, D. Domitila de Castro - Marquesa de Santos, fazendo doação de 150 braças à Congregação de Nossa Senhora da Conceição (726m²) e providenciando a construção de uma capela. Em 24 de janeiro de 1843 a Freguesia foi transferida para esse local com a denominação de Nossa Senhora do Paranapanema.

Há outra versão, na qual Alice Olivati narra que o Padre Manoel Luiz Vergueiro, capelão à época, requereu ao vigário da vara a mudança do povoado de Arraial Velho, localizado num sítio inóspito, para uma localidade de mais fácil acesso em virtude de suas lides assistenciais e espirituais, a três léguas (cerca de 18 Km) a norte, à margem direita do rio das Almas onde já existiam garimpeiros, constituindo-se a Freguesia denominada Nossa Senhora da Conceição do Paranapanema, e, posteriormente, Freguesia Velha.

De qualquer forma, a Freguesia, alçada à condição de Vila em 02 de abril de 1857, retornou à condição anterior em 26 de março de 1866, incorporada ao Município de Itapetininga.

Apesar da retomada da categoria de Vila dois anos depois (14.03.1868) fato é que a economia da região permaneceu estagnada desde o esgotamento dos veios de ouro, o que causou uma debandada geral, à exceção de alguns antigos bandeirantes e velhos garimpeiros que, junto a seus descendentes, buscaram na agropecuária outra forma de subsistência.

Apenas nas três últimas décadas do século XX, a região passa a apresentar algum desenvolvimento econômico, reflexo da construção da rodovia que liga São Paulo ao sul do País.

A denominação atual do município foi adotada em 21 de fevereiro de 1889: Capão - do tupi Ka'a pu'a, “mato redondo”, variação de Caapuã; porção de mato isolado no meio do campo, ilha de mato.

Data da Emancipação: 14/03/1868

Data de Fundação: 02/04/1857

Localização Geográfica do Município: Situa-se na porção central do sudoeste do Estado e dista 222 Km de São Paulo, sendo que o tempo médio de percurso é de 3:30 min.

Limites Geopolíticos do Município:

Itapetininga ao norte, distante 59 Km - tempo médio de percurso 50 min.

São Miguel Arcanjo a nordeste, distante 45 Km - tempo médio de percurso 40 min.

Sete Barras a sudeste, distante 180 Km - tempo médio de percurso 4 h.

Eldorado ao sul, distante 240 Km - tempo médio de percurso 4 h

Ribeirão Grande ao sul, distante 10 Km - tempo médio de percurso 15 min.

Guapiara a sudoeste, distante 34 Km - tempo médio de percurso 40 min.

Itapeva a oeste, distante 61 Km - tempo médio de percurso 50 min.

Taquarivaí a oeste, distante 29 KM - tempo médio de percurso 25min.

Buri a noroeste, distante 33 Km - tempo médio de percurso 35 min.

Região Administrativa: Sorocaba

Região de Governo: Itapeva

DEMOGRAFIA

Dentre os três municípios situados na face norte do Parque Estadual Intervales (PEI), Capão Bonito é o de maior área (1.641,04 Km²) e maior população (47.633) ha - maior também em todo o entorno, nesse item), embora apresente uma das menores taxas geométricas de crescimento anual (0,24% no período de 2000 a 2008), bem distanciada da média da Região de Governo (0,65) e da média do Estado (1,34).

Possui a maior parte de sua população residindo no perímetro urbano (78,29%), o oposto dos outros municípios da Zona de Amortecimento do PEI, sendo o percentual da população que reside no campo (21,71%) consideravelmente menor que a própria média da Região de Governo à qual o Município pertence (32,72%).

Outro contraste com os outros dois municípios da face norte do PEI é que a maior parte da população de Capão Bonito tem idade superior a 24 anos.

Em suas origens, Capão Bonito teve influência cultural dos tropeiros que usavam a região como passagem do Rio Grande do Sul para Minas Gerais, grandes responsáveis pelo transporte e distribuição da produção brasileira nos séculos XVII, XVIII e XIX, que acabaram por multiplicar informações sobre as tradições e costumes entre os vários povoados que lhes serviam de abrigo e, eventualmente, fixavam-se na região. O Município recebeu alguma migração italiana, e também japonesa. A influência cultural desse último fluxo migratório ainda está presente na agricultura e alguns setores do comércio.

ECONOMIA

A atividade agropecuária ocupa 24,56% da força de trabalho local, o que nos leva a crer que Capão Bonito, embora urbanizado, mantém certa vocação rural em sua economia, fato também relevante em termos de harmonização da atividade com a conservação ambiental, devendo-se, sobretudo, atentar ao controle de agrotóxicos utilizados nas culturas e ao fomento da agricultura orgânica e de sistemas agroflorestais.

Os destaques são as culturas de milho e feijão e a criação de gado bovino.

A produção agrícola de Capão Bonito é bastante variada, apresentando, além das culturas já citadas, cerca de noventa produtos, como alface, kiwi, tomate, batata, cebola, milho, alcachofra, entre outros.

Tabela 14. Produção agrícola no Município de Capão Bonito / Secretaria de Agricultura do Município de Capão Bonito

	Produtos	Área em ha	Produção média/ha	Un.	Produção Anual	Un.	Toneladas Ano
1	Milho	13.000	70	Sc/ha	1.046.500	Sc	62.790
2	Feijão	5.000	30	Sc/ha	240.000	Sc	14.400
3	Soja	1.900	55	Sc/ha	120.175	Sc	7.211
4	Batata	500	600	Sc/ha	345.000	Sc	20.700
5	Cebola	350	20	Ton/ha	7.350	Ton	147
6	Tomate	200	1500	Cx/ha	525.000	Cx	13.650

Fonte: Secretaria de Agricultura do Município de Capão Bonito / 2000

Tabela 15. Produção agrícola no Município de Capão Bonito / IBGE

Produtos	Área em ha	Produção média/ha	Produção média / Estado	Produção Anual
Abacate	85	28.000 kg/ha		2.380 toneladas
Caqui	8	22.000 kg/ha		176 toneladas
Laranja	499	29.436 kg/ha		14.689 toneladas
Limão	24	26.000 kg/ha		624 toneladas
Pêssego	32	25.000 kg/ha		800 toneladas
Tangerina	175	40.000 kg/ha		7.000 toneladas
Uva	600	21.383 kg/ha		12.380 toneladas
Arroz	20	1.000 kg/ha		20 toneladas
Batata-inglesa	950	32.631 kg/ha		31.000 toneladas
Cebola	350	20.571 kg/ha		7.200 toneladas
Feijão	7.200	1.800 kg/ha		12.960 toneladas
Milho	14.862	5.046 kg/ha		75.000 toneladas
Tomate	150	80.000 kg/ha		12.000 toneladas

Fonte: IBGE 2004

Comparando o primeiro quadro, fornecido pela própria Prefeitura do Município de Capão Bonito contendo dados de produção relativos ao ano 2.000, com as informações disponíveis no site do IBGE correspondentes ao ano de 2004, constatamos como fato relevante, que as culturas de milho, feijão, e batata tiveram suas áreas de cultivo e, conseqüentemente, sua produção total ampliadas no período. Outro dado significativo é que o IBGE não registra produção de soja em 2004, enquanto que no ano de 2.000, segundo a Prefeitura Municipal, a área ocupada por tal cultura era de 1.900 hectares. No mais, houve pequena redução de área de plantio de tomate.

Na avaliação do Sr. Paulo Ricardo Silva Gobbo, Secretário Executivo do Instituto IDEAS, a produção de cana de açúcar deve entrar na região por conta das usinas de Itapeva, Itaí, Buri e Itapetininga.

A atual administração municipal possui como principal foco econômico a atividade turística, e considera que “... a agricultura é forte e não precisa do suporte da Prefeitura...” (sic), nas palavras do Secretário Municipal de Turismo, razão pela qual o fomento à atividade agrícola se traduz em algum apoio à agricultura familiar e na exploração das potencialidades de propriedades do campo para o desenvolvimento do turismo rural, enquanto fatores de geração de renda.

O Município não possui indústrias de grande porte, apenas micro e pequenas não classificadas. As pequenas indústrias são principalmente madeireiras. O grupo Votorantim (VCP) possui uma área de aproximadamente 15.000 alqueires que absorve pouca mão-de-obra devido à monocultura do eucalipto e utilização de processos de mecanização modernos.

Há no Município a extração de granito e mármore rosa (também chamado ‘granito vermelho’), cuja produção, em sua maior parte, é exportada para Alemanha e Japão. A pedra é serrada em São Paulo e lapidada na Itália, não proporcionando ganho para a economia local.

Tabela 16. Emprego e rendimento no Município de Capão Bonito

Emprego e Rendimento	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Participação dos Empregos Ocupados da Agropecuária no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2007	24,56	20,52	3,33
Participação dos Empregos Ocupados da Indústria no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2007	9,97	13,55	23,94
Participação dos Empregos Ocupados da Construção Civil no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2007	0,75	1,44	3,93
Participação dos Empregos Ocupados do Comércio no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2007	23,33	22,82	18,78
Participação dos Empregos Ocupados dos Serviços no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2007	41,39	41,66	50,02

Fonte: SEADE

Os setores de serviço e comércio em Capão Bonito são demandados por pessoas de maior poder aquisitivo residentes em municípios de menor porte da região, o que explica, em grande parte, a participação dos empregos ocupados nesses dois setores.

A atividade turística em Capão Bonito, embora reduzida, é o outro fator a ser considerado e que também contribui, ainda que de forma modesta, para que os setores de serviço e comércio, juntos, respondam por cerca de 65% do total de participação em empregos ocupados no município.

Julgamos constituir, a atividade turística, uma boa perspectiva de desenvolvimento econômico, em bases sustentáveis para Capão Bonito, cuja Municipalidade, inclusive, possui o diferencial de incorporar ativamente o chamado turismo de aventura (demandado por certos setores de classe média de São Paulo e outras localidades, de maior poder aquisitivo), com um leque variado de atividades, embora algumas delas, como motocross ou enduro, trail e trilha com motocicleta, não sejam, propriamente, as mais adequadas para serem praticadas em áreas de preservação ambiental.

De qualquer forma, segundo o Secretário Municipal de Turismo, Esportes e Lazer de Capão Bonito “O turismo é o principal foco da atual gestão”.

Os projetos geridos pela Pasta comporiam o eixo do desenvolvimento econômico e geração de renda para o Município;

“... uma empresa com muito investimento cria 50 empregos; duas pousadas com 10% desse investimento geram os mesmo 50 empregos e ainda não causam dano ambiental. Temos excelentes hotéis, construídos em madeira... Nós acreditamos que o turismo está em ebulição; estamos a apenas 200 km de São Paulo... Temos um projeto em tramitação na câmara para transformar Capão em Estância Turística...” (sic).

Na entrevista, foram destacados três principais projetos no Município:

1) Caminhos de São Tomé

É o “... caminho de Santiago de Compostela caipira...”. O trajeto vai de Capão até a Basílica de Bom Jesus de Iguape, perfazendo cerca de 200 km, e atravessando o Parque Estadual Carlos Botelho. O projeto teve divulgação nacional por conta de matéria veiculada pela TV Globo (parceira do empreendimento) e reportagem da revista Isto É, em sua edição de 09/08/06, intitulada “roteiro de fé e aventura em São Paulo”. Embora o percurso estenda-se por outros municípios como São Miguel Arcanjo, Sete Barras, Registro, Pariquera - Açú e Iguape, não há convênio com esses municípios, sendo todo o custo de divulgação (folders, cartazes, etc.) arcado pela Prefeitura de Capão Bonito;

2) Parque Nascentes do Paranapanema

Em parceria com Fundação ORSA e o Grupo ORSA, a Prefeitura de Capão Bonito desenvolve um projeto de preservação em área de nascentes do rio Paranapanema por meio da instalação de um parque dedicado à visitação pública, com trezentos ha, ao lado da fazenda Sakamoto. Aqui propomos contatos com a Fundação ORSA para a busca conjunta de soluções em relação ao problema da rota clandestina de palmito, furtado de áreas de preservação, que passa em estrada interna da fazenda Sakamoto, pois claro está que tal atividade, pela sua condição marginal, pode se constituir em risco aos visitantes, em prejuízo do projeto;

3) Núcleo de Educação Ambiental

Por meio de parceria com o Instituto IDEAS desenvolve-se o projeto de construção do Núcleo de Educação Ambiental. A metade do prédio será destinada à administração do IDEAS (salas e auditório com capacidade para 50 pessoas); a outra metade abrigará entidades como: Secretaria Municipal de Turismo, Secretaria Municipal de Agricultura, uma sub-sede do Parque Estadual Carlos Botelho (a sede é em São Miguel Arcanjo), Fundação Florestal, DPRN,

IBAMA, e Polícia Ambiental. O Instituto será mantido pela verba de compensação ambiental que a ONG irá receber da Votorantim Cimento, no montante de 14 milhões de reais. A área para a construção do prédio foi doada pela Prefeitura. São 3.500 m, próximo à rodoviária, na entrada da cidade e encontra-se em fase de implantação, com a inauguração prevista para dezembro/2007. Embora se trate, como diz o nome, de um Núcleo de Educação Ambiental, o principal interesse por parte da Municipalidade se dá em função da instalação, em Capão Bonito, de uma sub-sede do Parque Estadual Carlos Botelho, na perspectiva do desenvolvimento de ações conjuntas com a referida U.C. no sentido de incrementar o turismo ecológico, integrando-o ao turismo rural e de aventura desenvolvido fora do Parque.

Foram destacados pela Prefeitura outros projetos e ações:

- Visitação aos Encanados

Na divisa do Parque Estadual Intervales, efetuada com base em um projeto em fase de elaboração em parceria com o Instituto IDEAS, a USP e a ONG ECOAR, no qual o turista fica hospedado nesta U.C. Os roteiros para visitação turística aos “encanados”, incluiriam os municípios de Capão Bonito e Ribeirão Grande.

Acreditamos ser oportuno gestões por parte da Fundação Florestal para que as vagas de monitores da visitação e demais postos de trabalho a serem criados (como no traslado, por exemplo), sempre que possível, sejam preenchidos com mão de obra recrutada entre os residentes da Zona de Amortecimento (prioridade, inclusive, a ser observada mesmo se a visitação se der por meio de agências operadoras de turismo).

- Turismo Rural

Também denominado turismo agroecológico sustentável, é desenvolvido em parceria com a FASP, principalmente nas propriedades que se situam ao longo dos “Caminhos de São Tomé” e possuem algum atrativo turístico. O turista fica hospedado na propriedade para conhecer como funciona uma propriedade rural. Serão implantados 10 núcleos com agricultura orgânica no modelo de mandala; tendo ao centro um galinheiro, sendo os quatro primeiros anéis destinados ao sustento da unidade familiar e os demais à comercialização. Em alguns desses pontos haverá também atividades relacionadas ao turismo de aventura.

- Visitação à Fazenda Conchas

A visitação a esta propriedade particular foi tomada como exemplo pelo Secretário Municipal em função do rio de mesmo nome possuir atrativos muito procurados pelos paulistanos, particularmente por alguns setores da classe média, como o rafting, o bote cross, bóia cross, tirolesa, camping selvagem e trilhas. Outro motivo para destacar essa visitação é o fato dela ser ilustrativa de um dos entraves, na visão da atual administração municipal, ao pleno desenvolvimento de potencialidades turísticas de Capão Bonito, que é a pouca integração com o vizinho Ribeirão Grande; a fazenda não possui hospedagem e o acesso a ela necessariamente adentra 3 Km no território do referido Município, em estrada de precárias condições, na qual a falta de entrosamento entre os dois municípios impede obras de manutenção e infra-estrutura. A mesma falta de entrosamento, segundo o Secretário, também impede outras ações conjuntas que resultariam em benefício recíproco,

como a integração da visitação aos encanados, cujo território estende-se pelos dois municípios.

- Cadastramento de artesãos

O Instituto IDEAS está realizando um cadastramento de artesãos no Município, como também no vizinho Ribeirão Grande, que poderá servir de base para a associação de comunitários objetivando o desenvolvimento de projetos conjuntos. A Fundação Florestal, parceira dessa ONG na região, disponibilizou a esta, em data recente, um levantamento de dados dos artesãos existentes na região realizado em 2004 (por uma empresa de consultoria contratada pela Fundação), objetivando subsidiar e dinamizar tal ação.

ASPECTOS SOCIAIS

Embora também pertencente ao Grupo 5 (IPRS), que congrega os municípios mais desfavorecidos, tanto em riqueza como nos indicadores sociais, o IDH de Capão Bonito apresenta desempenho melhor no ranking (623), quando comparado a Guapiara e Ribeirão Grande, bem como a melhor renda per capita (1,22 s.m./ano).

Capão Bonito possui hospital e, conseqüentemente, leitos hospitalares (110). Entre os três municípios visitados no Alto Paranapanema é aquele que dispõe de mais postos de saúde (14), metade deles situados na zona rural, o que sugere uma boa malha de atendimento. A exemplo de Guapiara, dispõe de pronto atendimento com condições de assistência a acidentes naturais; possui soro antiofídico. Dispõe ainda do maior número de farmácias (15) dentre os municípios da face norte do PEI.

Outro dado a ser destacado é sua taxa de analfabetismo (11,60 %); embora elevada, é menor que os outros dois municípios pesquisados na face norte da Zona de Amortecimento (Alto Paranapanema) e também menor que a média da Região de Governo à qual pertence (12,15%).

MEIO AMBIENTE

Na entrevista concedida, o Secretário de Turismo, que também é suplente no Conselho do Parque Intervales, apontou, reiteradamente, como principal entrave para uma maior integração com o PEI, o fato de o mesmo não permitir o livre acesso por parte de operadoras de turismo sediadas em Capão Bonito, cuja visitação, inclusive, se daria com a utilização de monitores contratados por estas operadoras. Cabe ressaltar que tal reivindicação já vem sendo analisada pela Equipe do Plano de Manejo do PEI. De qualquer forma, para o Secretário, o livre acesso de operadoras seria condição básica e primeira para a integração com o Parque, e tal era sua inflexibilidade em relação a este aspecto que a referida autoridade expressou veemente desejo de que tal fato ocorresse na mesma semana em que lá estivemos em visita técnica: “... o Plano (de Manejo do PEI) é para o ano que vem, e nós queremos comercializar os pacotes agora, para a Semana Santa...”.

Na avaliação do Secretário, a FLONA (Floresta Nacional) existente em Capão Bonito, embora possua infra-estrutura superior ao Intervales, posto que, além de pousada, dispõe de clube, cinema e escola, encontra-se ainda mais subutilizada que o referido Parque porque suas atividades estão paralisadas justamente em virtude da inexistência de Plano de Manejo. Intervales possuiria a vantagem de encontrar-se aberta à visitação e dispor de pousadas e restaurante em funcionamento.

A visita ao Município não nos forneceu subsídios para sugerir outras atividades de geração de renda em comunidades do entorno do PEI (que não sejam direta ou indiretamente relacionadas ao turismo), o que pensamos obter quando das visitas às comunidades e bairros rurais ali sediados.

Com base em levantamento publicado na revista Florestar Estatístico, em sua edição de novembro de 2006, o Governo do Estado repassou ao Município, por conta das áreas preservadas, R\$ 450.509,53, valor total do ICMS Ecológico recebido no ano de 2004; montante significativo para a economia de Capão Bonito, bem maior do que o repassado à Guapiara e a Ribeirão Grande; muito maior (mais de 36 vezes) que a pequena quantia paga à Municipalidade no mesmo ano a título de compensação financeira pela atividade mineraria (R\$ 12.391,39) conforme registra o site do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral).

O ICMS Ecológico de Capão Bonito não é auferido em função de áreas do Parque Intervales, que apenas faz divisa com o Município, mas em virtude de áreas ocupadas por outras Unidades de Conservação, como o Parque Estadual Carlos Botelho com o qual, aliás, a Municipalidade está bem mais integrada.

Prova disso é o mais recente produto turístico desenvolvido pela Prefeitura: os “Caminhos de São Tomé”, peregrinação que se baseia em uma provável rota indígena (Peabiru) que ligaria São Vicente e Cananéia a Cuzco, no Peru e que atravessa a referida U.C.

Contrastando com os dois outros municípios da Zona de Amortecimento do Alto Paranapanema, cujas administrações municipais demonstraram interesse em apoiar, em maior (Guapiara) ou menor (Ribeirão Grande) grau, segundo suas possibilidades, projetos e perspectivas, o fomento de atividades compatíveis com a conservação no entorno do Parque Estadual Intervales, a Prefeitura de Capão Bonito, na figura de seu Secretário Municipal de Turismo (membro suplente do Conselho do PEI, cumpre ressaltar) revelou-nos grande expectativa na viabilização de um projeto minerário que, supomos, deva ter particular atenção por parte da direção do Parque Intervales e dessa Fundação Florestal.

Segundo o Sr. Gilson Kurz, na década de 1990 o Instituto de Pesquisas Tecnológicas da USP havia identificado um grande potencial para a exploração de argila. A Prefeitura solicitou uma reavaliação do IPT em 2006 e constatou que realmente há um grande potencial a ser explorado, podendo ser constituído um pólo de exploração da argila para a indústria da construção civil e revestimento. *“Temos 100 anos de reserva a ser explorado (tijolo, telhas e revestimento). A reserva fica no contínuo do Parque, divisa com Ribeirão Grande. Agora vamos fazer a divulgação do trabalho. O IPT já fez os estudos do impacto com o IG.”* (sic).

Na entrevista concedida pelo Sr. Paulo Gobbo, Secretário Executivo do Instituto IDEAS, foi-nos informado que ao sul de Capão Bonito, justamente na divisa com o Parque onde a municipalidade pretende fomentar a atividade minerária, a mata nativa é muito preservada.

Segundo a mesma fonte, haveria em torno de 7.000 ha de mata nativa em bom estado de conservação em propriedades particulares, o que nos leva a sugerir que a Fundação Florestal deveria, em parceria com ONG's e outras Instituições, concentrar esforços no sentido de viabilizar, o máximo possível, a criação de Reservas Particulares de Patrimônio Natural em tais áreas, sobretudo naquelas situadas onde se pretenda o empreendimento minerário, visando conter ou minimizar mais essa frente de pressão sobre as áreas preservadas.

Em se tratando de abastecimento de água ao Município, a SABESP contabilizava, em 2004, 137 km de rede, atendendo 10.515 unidades e atingindo 99,9% da área urbana de Capão Bonito. Em nova consulta à sede regional da empresa em 2007, foi-nos relatado que a malha atendia agora 100% da zona urbana, bem como os bairros rurais mais populosos.

O Secretário de Turismo de Capão Bonito, no entanto, manifestou insatisfação com o serviço prestado, alegando que a cobertura da área urbana por redes de água e esgoto é de 98,5% e que a Prefeitura tem que arcar com os custos de toda a infra-estrutura, enquanto a SABESP entra com o fornecimento de água e fica com toda a receita. Alega ainda a existência de um parecer do Tribunal de Contas, baseado em estudos, segundo o qual, se a manutenção da água fosse feita pelo Município “... *do dia para a noite a conta de água ficaria reduzida em 40%.*” (sic) Segundo o Secretário, o Município paga a mesma tarifa básica de municípios que tem dificuldade na captação de água e utiliza menos de 10% do potencial hídrico de seus mananciais, razão pela qual, na semana anterior à nossa visita, foi promovida a abertura de concorrência pública para o fornecimento de água em Capão Bonito.

Segundo informações obtidas junto à SABESP em 2004, a rede de esgoto contaria, à época, com 121 km, atendendo 10.099 unidades e abrangendo 96% da zona urbana do Município. Naquele ano, encontrava-se em operação uma estação de tratamento e em fase de implantação fossas sépticas nos bairros rurais. Na nova consulta realizada em 2007, a SABESP em Capão Bonito informou que todo o esgoto produzido é tratado, sendo utilizadas lagoas de estabilização do tipo australiano.

Município de Iporanga

Iporanga, cujo nome provém do tupi e significa “rio bonito”, tem sua origem ligada a um dos antigos arraiais de mineração, a cerca de 6 km de seu atual núcleo urbano. Dessa povoação restam os vestígios das casas, as valas e os desvios do ribeirão.

Com o declínio da produção do ouro no século XVIII, a população resolve mudar-se, em 1755, para o local em que o rio Iporanga deságua no Ribeira de Iguape, facilitando o contato com o litoral.

Em 9 de dezembro de 1830, o povoado tornou-se Freguesia do Município de Apiaí e, posteriormente, em 4 de março de 1843, da Vila de Xiririca, atual Município de Eldorado.

Foi alçada à condição de Vila em 3 de abril de 1873, época em que ainda servia como estratégico ponto de ligação comercial entre o litoral sul e o planalto.

Com o declínio da importância dessa rota, seguiu-se longo período de isolamento.

Reconduzida à categoria de Distrito em 21 de maio de 1934 e reincorporada ao Município de Apiaí, pouco tempo depois, em 23 de dezembro de 1936, conseguiu sua emancipação, alçada à condição de Município.

Por volta de 1940 inaugurou-se uma estrada ligando Iporanga a Apiaí, além de uma linha de ônibus e, na década de 70, foi construída a ponte sobre o Ribeira, o que fomentou certo crescimento no Município por meio da instalação de algumas empresas e da atividade turística, sobretudo relacionada à visita ao Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), criado em 1958. Entre seus atrativos destaca-se o grande número de cavernas.

Como a maior riqueza de um país ou de uma cidade é seu povo, não poderíamos deixar de mencionar que Iporanga possui uma riqueza adicional, pois em seu território estão sediadas comunidades tradicionais de remanescentes de quilombos, que ali se estabeleceram há, aproximadamente, dois séculos atrás.

Comunidades como Galvão, cujas origens (como São Pedro, na vizinha Eldorado) remontam o ano de 1833 com a chegada de Bernardo Machado dos Santos (ou Bernardo Furquim de França, nome adotado para furtar-se aos perseguidores) juntamente com 8 mulheres e 4 homens, escravos fugidos de uma fazenda.

Comunidades como Bombas, formada na segunda metade do século XIX em área isolada, longe do rio e de difícil acesso, escolhida como refúgio para escravos fugidos e famílias expulsas de suas terras, de várias áreas próximas. Os Furquim, descendentes de escravos e de portugueses expulsos de suas terras por uma empresa de mineração de chumbo, a família Mota, antes estabelecida na Serra de Iporanga, os Ursolinos, descendentes de escravos de Nhunguara e até mesmo pessoas da localidade de João Sura, atual Estado do Paraná, ali se fixaram, onde hoje residem seus descendentes.

Comunidades como Porto Velho, cujo nome surgiu por ser a localidade o último porto do Rio Ribeira de Iguape no sentido contrário de seu curso; fazenda cujo dono, em crise financeira, legou às famílias de escravos que nela trabalhavam.

Comunidades como Praia Grande, Nhunguara, Pilões, Maria Rosa.

Comunidades que ainda hoje preservam sua identidade, sua cultura e suas tradições, sendo ainda protagonistas em diversas ações e projetos de desenvolvimento sustentável na região, fomentadas por ONG's e Órgãos Governamentais.

Data da Emancipação: 23/12/1936

Data de Fundação: 12/01/1874

Localização Geográfica do Município: Iporanga localiza-se na região sudoeste do Estado de São Paulo, a 360 km da capital paulista.

Limites Geopolíticos do Município:

Ao Norte: Guapiara

A Nordeste: Ribeirão Grande

Ao Sul: Barra do Turvo e Estado do Paraná

A Sudoeste: Itaoca

A Leste: Eldorado

A Oeste: Apiaí

Região Administrativa: Sorocaba

Região de Governo: Itapeva

DEMOGRAFIA

Apesar de sua grande extensão territorial (1.160,29 Km² - maior que a soma dos territórios de Guapiara e Ribeirão Grande), Iporanga possui a menor população dentre os seis municípios da Zona de Amortecimento do PEI (4.607 ha.).

Em Iporanga é emblemático o contraste entre o percentual da população residente no campo (54,50%) e a participação de vínculos empregatícios no setor agropecuário, de apenas 4,26% (SEADE 2007).

De população majoritariamente jovem (53% dos residentes com idade até 24 anos), o fraco desempenho econômico explica porque Iporanga apresenta a mais baixa taxa geométrica de crescimento anual da população dentre os seis municípios analisados (0,12% no período de 2000 a 2008); as poucas opções de emprego fora do setor público geram um processo migratório.

Em contraposição a esse quadro, temos a menor diferença entre gêneros no mercado de trabalho, a maior participação feminina nos empregos formais dentre os seis municípios analisados (38%) devido justamente ao processo de acesso ao emprego público (e às dimensões proporcionais deste no Município, em relação à população residente), no qual inexistem diferenciações presentes na iniciativa privada que, muitas vezes, inclui a discriminação de gênero já na divulgação de vagas disponíveis. Além disso, em certas atividades econômicas, onde predominam relações informais de trabalho, há um “mascaramento” do trabalho feminino, notadamente no campo.

ECONOMIA

A produção agrícola de Iporanga é pouco variada e pouco relevante, com destaques isolados, mas pouco significativos para a economia municipal, como é o caso do arroz, cuja produtividade por hectare é a maior de todos os seis municípios da Zona de Amortecimento do PEI; segundo informações da Prefeitura, trata-se de um grupo de produtores originários de Santa Catarina.

Da mesma forma, a produtividade na cultura da banana é maior em Iporanga que em Sete Barras e Eldorado, porém a área destinada à cultura, de apenas 12 hectares, gera um volume de produção extremamente modesto, quando comparado a esses vizinhos, que apresentam áreas destinadas ao cultivo do produto, respectivamente, de 3.705 e 3.615 ha.

Tabela 17. Produção agrícola no Município de Iporanga / IBGE

Produtos	Área em ha.	Produção média/ha.	Produção média / Estado	Produção Anual
Banana	12	30.000 kg/ha.		360 toneladas
Arroz	370	2.800 kg/ha.		1.036 toneladas
Feijão	150	700 kg/ha.		105 toneladas
Mandioca	10	12.000 kg/ha.		120 toneladas
Milho	220	1.800 kg/ha.		396 toneladas

Fonte: IBGE 2004

Embora de população majoritariamente rural, a participação dos empregos ocupados na agropecuária em Iporanga, em relação ao total de empregos ocupados é a menor da Zona de

Amortecimento do PEI (apenas 3,80%), o que torna a atividade incipiente e de pouco peso na economia do Município.

Tabela 18. Emprego e rendimentos no Município de Iporanga

Emprego e Rendimento	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Participação dos Empregos Ocupados da Agropecuária no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2007	4,26	20,52	3,33
Participação dos Empregos Ocupados da Indústria no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2007	1,33	13,55	23,94
Participação dos Empregos Ocupados da Construção Civil no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2007	4,26	1,44	3,93
Participação dos Empregos Ocupados do Comércio no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2007	11,72	22,82	18,78
Participação dos Empregos Ocupados dos Serviços no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2007	78,46	41,66	50,02

Fonte: SEADE

Ao analisarmos a participação setorial dos empregos ocupados em Iporanga, causa espécie a grande concentração no setor de serviços, totalmente atípica, da ordem de 78,46 %, segundo registra o SEADE. Para se ter uma idéia do que significa esse montante, basta mencionar que ele supera a participação apresentada pelo setor em uma das maiores metrópoles do mundo; na cidade de São Paulo esse índice é de 64,08%.

Com certeza a atividade turística em Iporanga, embora existente, não contribui de forma determinante ou mesmo significativa para tal magnitude. Prova disso é que, estruturalmente, a atividade turística, quando expressiva, gera reflexo no setor do comércio (demanda extra que vai desde gêneros básicos utilizados na hospedagem, passando por bares e restaurantes, até o consumo adicional de bens característicos da região e da estadia), coisa que não acontece em Iporanga, onde a ocupação nesse setor (comércio) é relativamente modesta (da ordem de 12%). Mesmo esse número pode estar superestimado, uma vez que o próprio site do SEADE aponta a possibilidade de incorreção do indicador à medida que tece várias considerações sobre a fonte de informações, no caso, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), dentre as quais destacamos:

..."A Rais, como qualquer outro registro administrativo, apesar de ser uma declaração compulsória, está sujeita a erros e omissões, uma vez que nem todos os estabelecimentos respondem à pesquisa ou fornecem informações completas e fidedignas (MTE. *Painel Fixo da Rais 1979/1992.*)... É difícil identificar se as variações ocorrem devido ao aumento ou à redução real do mercado de trabalho, ou de um melhor ou pior desempenho na declaração (*idem, ibidem*)".

Destarte, não resta dúvida de que a participação dos empregos ocupados no setor de serviços é determinada pelas dimensões do funcionalismo público que só no âmbito municipal emprega mais de 10% da população de 4.607 habitantes de Iporanga (algo em torno de 500 pessoas). Adicionando a esse total o contingente aproximado de 200 servidores estaduais e federais lotados no Município, além da força de trabalho contratada para execução de serviços públicos (pavimentação de ruas, manutenção de estradas e edificações públicas, limpeza urbana, etc.), podemos afirmar que praticamente toda a família Iporanguense possui ao menos um de seus membros trabalhando para a administração pública.

Na avaliação do Diretor do Departamento de Turismo e Meio Ambiente de Iporanga, entre 80 a 90% da economia do Município está ligada à Prefeitura, de forma direta ou indireta.

Essa economia mantém-se, sobretudo, com repasse de verbas federais e estaduais, entre as quais se destaca o montante repassado ao Município em função do mesmo possuir mais de 40% de seu território destinado a áreas de preservação ambiental de caráter permanente; R\$ 1.945.285,68 de ICMS Ecológico percebidos no exercício de 2004.

No mais, a diminuta participação dos vínculos empregatícios na indústria no total de vínculos empregatícios em Iporanga apontada pelo SEADE (1,33%) é corroborada pelo Diretor do Departamento de Turismo e Meio Ambiente do Município que, ao ser entrevistado, foi enfático em afirmar: “... em Iporanga não há indústrias...”.

De qualquer forma, quando pensamos nas perspectivas de desenvolvimento econômico em Iporanga, parece-nos evidente que a atividade turística é a que apresenta maior potencial de expansão (e conseqüente geração de emprego e renda), sobretudo em bases sustentáveis. Vários fatores apontam nessa direção e vão desde as restrições ambientais impostas a outras atividades econômicas (como a indústria, a agropecuária, as atividades extrativistas ou as florestas de produção) em virtude das dimensões das áreas de preservação permanente no Município, às quais se adicionam as respectivas Zonas de Amortecimento, até o posicionamento geográfico de Iporanga, na divisa com o Estado do Paraná e cercado por imensas áreas de mata nativa.

O que aparentemente é um empecilho para a economia de Iporanga, em verdade é um fator potencial de desenvolvimento, considerando-se os núcleos do PETAR cuja visitação é realizada a partir de Iporanga, bem como a imensa quantidade de cavernas do referido Parque (a maior concentração do Brasil, mais de 300, das quais menos de uma dezena encontram-se atualmente abertas à visitação).

Há também outros atrativos turísticos que vão desde a vasta extensão de Mata Atlântica em Iporanga, da fauna variada, da rica vegetação, do belo relevo, das águas, do saudável clima e de todos os demais atributos naturais que estão por toda a parte, até o Centro Histórico da sede urbana, que reúne o mais importante conjunto arquitetônico da região, passando ainda pela grande quantidade de comunidades de remanescentes de quilombos, o que consolida a importância histórica e reforça a vocação turística do Município.

Adicione-se ainda a essa gama de atrativos o chamado turismo de aventura, em diversas modalidades, cuja prática é tão consagrada e característica em Iporanga que uma dessas modalidades (o boia-cross) originou-se dentro do PETAR, em território Iporanguense.

Ressaltamos, como já o fizemos no relatório do Município de Capão Bonito, que a prática dessa atividade turística tende a atrair certos setores de classe média, inclusive de grandes centros urbanos, como São Paulo, de maior poder aquisitivo (e no caso de Iporanga, também por sua posição geográfica, de metrópoles do sul do país).

Por fim, como também já destacamos, vale lembrar que o turismo possui reflexos no comércio e, conseqüentemente, gera emprego e renda também nesse setor.

A outra opção de geração de emprego e renda em Iporanga, assim como em Eldorado e Sete Barras, consubstancia-se justamente nos vários projetos de manejo de rendimento sustentável de recursos e

espaços naturais, desenvolvidos por ONG's e Órgãos Governamentais, em comunidades rurais organizadas, seja pelos resultados positivos até aqui alcançados, seja pelo potencial de expansão que se coloca em virtude dessas ações possuírem caráter demonstrativo, com possibilidade de difusão pelo território, sobretudo em um Município que se caracteriza por possuir a maior parte da população residindo no campo, em áreas densamente florestadas.

ASPECTOS SOCIAIS

Iporanga apresenta o mais baixo IDHM do entorno do Parque e um dos menores do Estado; 638ª colocação dentre 645 municípios, com claro destaque à dimensão “riqueza” do IPRS, que já era menos da metade da pontuação estadual em 2002 e ainda retrocedeu seis pontos no intervalo de dois anos, passando a 18 em 2004.

Em função disso, o fluxo migratório, sobretudo da população jovem, em busca de novas oportunidades em municípios vizinhos evidencia-se uma vez que outros indicadores contrastam com a baixa taxa geométrica de crescimento anual da população, da ordem de 0,12% no período de 2000 a 2008. Não fosse tal fluxo, o crescimento seria muito superior, como depreende-se a partir da conjugação de três fatores: a) crescimento de quatro pontos percentuais (superior à média do Estado) na dimensão “longevidade” do IPRS no período analisado; b) taxa de natalidade, próxima à da região de Governo e da média do Estado; c) taxa de mortalidade infantil próxima à da região de Governo e da média do Estado.

No que pese as dimensões da máquina administrativa municipal (proporcionalmente à população total) Iporanga registra ainda a mais alta taxa de analfabetismo dentre os seis municípios sediados na zona de Amortecimento do PEI (19,11%), mais elevada que a de sua região de Governo e quase o triplo da média do Estado.

No que tange à Saúde, Iporanga não possui hospital e, conseqüentemente, leitos hospitalares, mas, em compensação, possui quatro postos de saúde, o que a coloca em situação bem mais favorável que a de Ribeirão Grande que dispõe de apenas um para atender o dobro da população, além de problemas de saúde pública em função de grande incidência de doenças respiratórias oriundas das atividades minerárias (não há mineradoras em Iporanga, onde praticamente a indústria inexistente).

O Programa Saúde da Família em Iporanga possui cinco médicos (apenas um a menos que Ribeirão Grande), sendo três com atuação na área rural e dois na sede urbana do Município. Ainda segundo informações colhidas na Prefeitura Municipal, Iporanga (diferentemente de Ribeirão Grande) possui pronto atendimento; um “pronto-socorro” que funciona 24 horas por dia e dispõe de soro antiofídico o que além de beneficiar a população dá suporte técnico à atividade turística do PETAR, beneficiando funcionários e visitantes do referido Parque.

Por fim, cumpre destacar que Iporanga dispõe do Grupo de Voluntários de Busca e Salvamento, que atende regulamente o PETAR e também está à disposição, quando acionado, para prestação de serviços a outras Unidades de Conservação da Região (inclusive o Parque Estadual Intervales).

MEIO AMBIENTE

No que pese Iporanga possuir em seu território grandes áreas de três Parques Estaduais, a saber, PEI, Jacupiranga e PETAR, parece-nos evidente e natural a tendência maior de integração da

Municipalidade com o último mencionado, mesmo porque apenas ele possui áreas abertas à visitação pública.

Além disso, impõe-se registrar a tendência até aqui verificada de integração maior de outros Órgãos Governamentais e ONG's diretamente com as associações das comunidades tradicionais localizadas em Iporanga, com menor participação da Municipalidade, em comparação à Guapiara, no Alto Paranapanema, ou à vizinha cidade de Eldorado.

Constata-se que algumas vezes, em projetos desenvolvidos por ONGs e Instituições Federais e Estaduais junto a Comunidades Quilombolas sediadas tanto em Iporanga como em Eldorado, apenas a Prefeitura desse último Município figura como parceira.

Por outro lado, podemos afirmar que a Prefeitura de Iporanga está empenhada na conservação e ampliação das áreas de preservação ambiental, dado o encaminhamento, por parte da Municipalidade, de projetos para a criação de duas novas Unidades de Conservação, cujas respectivas categorias ainda estão em fase de definição; uma onde se situa a Gruta dos Paivas, ao lado do Parque Estadual Intervales, em área de propriedade do Grupo Votorantim, e a segunda ao lado do PETAR, no Bairro Lageado, onde residem 12 famílias.

Em relação ao fomento de práticas sustentáveis por parte da Prefeitura de Iporanga, caberia destaque a seu Viveiro Municipal, que fornece mudas de pupunha aos produtores rurais, bem como à Casa do Mel, projeto que fomenta a atividade e propicia assistência técnica aos apicultores do Município, com vistas à produção de mel orgânico.

Acreditamos também que a linha de atuação da Direção do Parque Estadual Intervales, que incluiu em seu Conselho Consultivo um representante da Prefeitura Municipal, abre a possibilidade e a perspectiva de um envolvimento maior da Máquina Administrativa de Iporanga (de porte considerável, quando comparada à população) com os projetos socioambientais em curso nas comunidades rurais ali sediadas. Entendemos que o Conselho Consultivo do PEI pode vir a ser um articulador (e ele já atua nesse sentido) de um salutar intercâmbio regional, inclusive entre experiências desenvolvidas entre diferentes Administrações Municipais. Como exemplo, destacamos o engajamento de bolsistas dos Projetos Agente Jovem (Federal) e Ação Jovem (Estadual) em atividades relacionadas ao turismo sustentável e ao meio ambiente, implementado em outras localidades e que, em Iporanga, se constituiria em ganho substancial para o Município, para os próprios bolsistas e para a preservação da biodiversidade.

Ainda em relação à parceria direta de comunidades rurais com outros Órgãos Governamentais e ONG's para a implementação e gerenciamento de projetos de desenvolvimento sustentável na região, cabe ressaltar essa importante característica constatada no entorno sul do PEI (Vale do Ribeira); em Iporanga (assim como em Eldorado e Sete Barras) há comunidades rurais organizadas em associações com alto grau de representatividade e mobilização, a ponto de prescindir, para certos projetos e práticas sustentáveis, do fomento e do apoio da Municipalidade.

Claro está tratar-se de realidade distinta em relação aos municípios sediados na face norte da Zona de Amortecimento do PEI (Região do Alto Paranapanema), nos quais há uma dependência maior em relação às Prefeituras Municipais em virtude de um menor grau de organização e mobilização por parte da sociedade civil. Essa maior dependência é um fator negativo para a sustentabilidade dessas práticas e projetos, que podem sofrer grande impacto e mesmo, em alguns casos, serem

inviabilizados na hipótese de descontinuidade de ações de fomento por parte de novas gestões municipais.

Por fim, quando nos referimos anteriormente ao grande potencial turístico como fator de incremento à economia do Município, com grandes perspectivas de geração de emprego e renda face à imensa quantidade de cavernas nele localizadas, não abertas à visitação, cabe ressaltar que, para tanto, não se faz necessário (e nem desejável, do ponto de vista da conservação ambiental), que todas o sejam.

Em verdade, cremos que quando forem elaborados os planos de manejo específicos de cada caverna, a grande maioria deva permanecer sendo de uso restrito (interdita a visitantes) objetivando a preservação integral de seu rico patrimônio natural, que vai desde seu espeleotemas até elementos de fauna endêmica como o grilo cavernícola ou o bagre-cego (*Pimelodella kronei*).

Não obstante, cremos que a abertura de pequenos trechos turísticos, rigorosamente monitorados, em cerca de 5 % do montante inexplorado, poderia ser suficiente para a geração de centenas de ocupações (entre monitores, proprietários e funcionários de pousadas, bem como no comércio), com significativo impacto econômico em um Município cuja população total gira em torno de 4.600 habitantes, sem o comprometimento da biodiversidade e dos atributos naturais das áreas.

Da mesma forma, entendemos que o já tradicional turismo de aventura praticado em Iporanga também pode expandir-se, desde que a atividade seja objeto de rigoroso ordenamento.

- **Monte Rosa**

O Bairro Monte Rosa é uma vila de funcionários do PEI situada dentro do Parque e abriga famílias de funcionários e também ex-funcionários. Localiza-se a 2 km da sede administrativa.

As casas do bairro são de alvenaria, todas atendidas com energia elétrica, telefone (alguns ramais), água captada de nascentes (barragem com bombeamento elétrico), sendo o esgoto lançado em fossas negras.

Um problema muito evidente é o alcoolismo, presente entre as pessoas mais idosas, com alguns casos de depressão crônica.

As crianças em idade escolar estudam no município de Ribeirão Grande. Para o deslocamento até a escola utilizam ônibus fornecido pela prefeitura. Os jovens, em geral, não participam das atividades culturais realizadas pelo Parque pois se sentem excluídos. Aham importante a conservação ambiental e mostram-se interessados em participar de cursos profissionalizantes e estágios. Têm interesse em morar em outra cidade por motivos de trabalho.



Foto 30 - Residência do Sr. Oliveiro e Margarida (funcionários aposentado e (Foto: Maria Cristina M. Lima)



Foto 31 -Residência de morador do Monte Rosa (Foto: Maria Cristina M. Lima)



Foto 32 - Família de moradores do Monte Rosa (Foto: Gabriela Arakaki)

- **Capinzal**

No momento da visita ao bairro Capinzal, os moradores estavam muito felizes, pois havia 15 dias que eles estavam utilizando o serviço de energia elétrica, implantado pelo programa Luz para Todos, do Governo Federal. As casas deste bairro são de madeira e de alvenaria e a água consumida provém de nascentes. O bairro é atendido pelo Programa Saúde da Família e uma vez ao mês o médico atende os pacientes na casa de saúde.

O trabalho na agricultura é a principal fonte de sustento e renda dos moradores do Capinzal. Em suas pequenas propriedades são produzidos principalmente: repolho, tomate, maracujá, vagem e pimentão. A produção é voltada para o consumo próprio e o excedente é vendido no CEASA de Guapiara. Ao redor da maioria das moradias plantam-se pequenos pomares com pés de laranja, banana, mexerica, ameixa, limão etc.

Alguns moradores trabalham como diaristas nas plantações de pêsego ou no corte de eucalipto, destinado principalmente para lenha nas caieiras. Algumas famílias trabalham na plantação de tomate. Na lida dessa cultura utilizam-se vários tipos de defensivos agrícolas de alta toxicidade e fertilizantes. Disseram utilizar máscaras e luvas de proteção. Na época da colheita o trabalho é remunerado por caixa de tomate colhida (R\$1,00 a caixa). A produção é vendida no CEASA de São Paulo e Campinas. Para o preparo da terra utiliza-se a aração com riscamento (sulcos cavados pela aração) e adubação química.

São poucos os moradores que trabalham ou já trabalharam nas mineradoras.

Os moradores se mostraram favoráveis à existência do PEI em sua vizinhança, pois apesar de não conhecerem o Parque, afirmaram que o mesmo trouxe maior segurança para o bairro e há expectativa que o Parque traga mais emprego para a região.



Foto 33 - Capela do bairro Capinzal (Foto: Maria Cristina M. Lima)



Foto 34 - Vista do bairro Capinzal (Foto: Maria Cristina M. Lima)



Foto 35 - Residência de família de trabalhadores no plantio de tomate (Foto: Maria Cristina M. Lima)



Foto 36 - Berçário e viveiro de mudas de tomate, plantado em sistema convencional no bairro Capinzal e na maioria da região (Foto: Maria Cristina M. Lima)



Foto 37 - Vasilhames de defensivos agrícolas (agrotóxicos) e fertilizantes para plantio de tomate (Foto: Maria Cristina M. Lima)

3.3.1.3 SETOR SUL DO PEI - MÉDIO RIBEIRA

Município de Iporanga

- Comunidade quilombola Maria Rosa.

O acesso ao bairro Maria Rosa é feito através da balsa, que atravessa o rio Ribeira de Iguape.

A comunidade Maria Rosa possui cerca de 20 famílias. Dentre os moradores pesquisados constatou-se que muitos possuem o ensino fundamental. Por outro lado, há presença de moradores não alfabetizados. A comunidade conta com pré-escola até a 4ª série do ensino fundamental. Algumas crianças moram longe da escola, e não existe transporte escolar no interior do bairro (a residência mais distante fica a 4 km do Centro Comunitário).

Por isso, em dias de chuva, o acesso à escola fica impossível devido às precárias condições das estradas. Para as séries seguintes é preciso se deslocar até Iporanga e, para tanto, a prefeitura oferece o serviço de transporte.

Não existe posto de saúde no bairro; os moradores são atendidos pelo Programa Saúde da Família e pelo agente de saúde da comunidade. O médico atende uma vez por semana no centro comunitário, porém a qualidade do serviço prestado foi considerado regular pelos moradores, devido aos grandes intervalos sem atendimento médico; já houve intervalos de até dois meses.

A renda média das famílias é de R\$ 380,00, sendo a principal fonte a agricultura familiar; para preparar a terra fazem a roçada e a queimada. Cultivam principalmente arroz, feijão, mandioca e batata doce, além da ocorrência de pomares com laranja, limão e banana. Alguns moradores trabalham no PEI, outros recebem diárias por trabalhos realizados para outras famílias. No bairro também é organizado mutirão, onde os principais auxílios prestados são: troca de dia, roçada, derrubada da mata e colheita.

A maioria das famílias recebe auxílio do Programa Bolsa Família, que é visto como um complemento de renda.

Muitos dos entrevistados disseram que fizeram cursos de capacitação profissional, tais como: cursos de monitor ambiental, apicultura e culinária, ministrados por técnicos do ITESP, mas nenhum deles exerce algum trabalho remunerado relacionado aos conhecimentos adquiridos em tais cursos.

No aspecto religioso, predominam os católicos, mas também há a presença de evangélicos. No Bairro ocorrem duas festas religiosas ao ano, a Festa de São Pedro (29/06) e a Festa de São Benedito (26/12). Na comunidade não existe espaço reservado ao lazer, esportes e atividades culturais, na perspectiva dos moradores.



Foto 43 - Funcionário do PEI e sua tia - comunidade Maria Rosa (Foto: Maurício A. Marinho)

Todos os entrevistados possuem casa própria; são casas de pau-a-pique que estão sendo substituídas por casas de alvenaria construídas pelo CDHU à comunidade quilombola com recursos do governo federal. O projeto de arquitetura para a construção dessas casas levou em conta os usos e costumes da comunidade. As casas possuem: dois quartos, banheiro, sala e cozinha em comum, com fogão a lenha.



Foto 38 - Capela de Maria Rosa, localizada ao lado da escola e do centro comunitário do bairro (Foto Maurício A. Marinho)



Foto 39 - Residências antigas em taipa de pilão e nova residência, em construção pelo CDHU, ao lado de casas antigas de moradores reconhecidos pelo ITESP (Fotos: Maurício A. Marinho)

O saneamento básico no bairro é bastante precário, não há caixas d'água e nem instalação sanitária;³ o esgoto produzido vai para fossa comum ou é lançado diretamente no rio. Apenas um dos entrevistados possuía fossa séptica, mas localiza-se muito próximo ao curso d'água, sujeito a contaminação. A água é captada nas nascentes. O lixo gerado é queimado ou enterrado, pois o serviço de coleta não existe.

A associação do Bairro constituiu-se como Associação do Quilombo Maria Rosa em 1995: possui 18 associados, sendo um dos membros integrante do conselho tutelar.

A associação conta com a participação do ITESP para o desenvolvimento de projetos sócio-econômicos e já contou com apoio do Instituto Vitae Civilis para o desenvolvimento de projetos sociais.

³ As casas construídas pelo CDHU vão ter fossas sépticas e caixa d' água.

Os moradores consideram boa a relação com o PEI, entendem que o Parque é importante para a conservação da mata, mas acham que o PEI poderia ser mais atuante na comunidade, apoiando o desenvolvimento local, oferecendo cursos de educação ambiental, orientação sobre conservação, de modo que eles possam adquirir mais conhecimentos sobre como cuidar melhor da natureza.

Destaca-se que muitos funcionários do PEI são nativos de Maria Rosa e de Pilões (principalmente essas comunidades quilombolas, além de Poço Grande). Tal proximidade resulta em fator positivo para as ações sócio-culturais e educativas por intermédio de parceria entre o Parque e comunidade, caso implementadas no futuro.



Foto 40 - Horta em fundo de quintal - produção familiar em Maria Rosa (Maria Cristina M. de Lima)



Foto 41 - Moradia do “Seu Trabuço”, liderança de Maria Rosa (Foto: Maurício A, Marinho)



Foto 42 - Viveiro de mudas de juçara. Projeto de reforma pela comunidade em parceria com o PEI (Foto: Maurício A. Marinho)

Segundo uma moradora, o principal conflito com o PEI se refere ao corte ilegal de palmito juçara. Há alguns anos, a Fundação Florestal, através da Gerência de Desenvolvimento Sustentável, implantou em parceria com a comunidade um viveiro de mudas de juçara, no entanto devido a litígio com “proprietário” (possível grileiro) a produção foi abandonada. Faz parte dos projetos da comunidade dar continuidade à produção de mudas e coleta de sementes, incluindo sementes de outras espécies nativas.

- **Comunidade quilombola Porto dos Pilões (ou Pilões)**

Porto dos Pilões é uma área de população quilombola, formada por afro-descendentes e índios. O processo erosivo fluvial, desde a cabeceira, na Bulha d’água, foi formando estruturas parecidas com pilões. No passado, o transporte com canos da produção agrícola e de animais (criação) era feito até Eldorado e de lá para Iguape; a associação desses elementos originou a denominação “Porto de Pilões”.

Em 1997 constituiu-se a Associação dos Remanescentes do Quilombo Porto de Pilões.

A forma de produção é a agricultura familiar no sistema tradicional. Praticam a queimada com pousio e rotação de culturas (sistema denominada como coivara), com plantio do arroz, milho, feijão, mandioca, cará, batata e banana. Não utilizam agrotóxicos. A produção, via de regra, é para consumo próprio e o excedente é comercializado. Criam galinha, porcos e peixe. Disseram extrair da mata: laranja, limão e jacupari.

Alguns moradores relataram que só os extratores de palmito juçara conseguem obter renda na comunidade, atividade essa que vem crescendo muito nos últimos anos e gerando grande divisão na comunidade.

A água é captada nas nascentes. Os moradores dispõem de rede de energia elétrica, não possuem rede de esgoto e nem coleta de lixo, sendo o mesmo queimado no próprio bairro. A população é atendida pelo Programa Saúde da Família e por um posto de saúde. A escola oferece pré-escola e ensino fundamental. Com população de maioria católica, celebram a festa de São José de Santana.

As casas de pau-a-pique estão sendo substituídas por casas de alvenaria pelo CDHU, a exemplo do descrito em Maria Rosa. São 51 casas que o governo entregará à população do quilombo, a título de doação. Por conta desse programa habitacional, antigos moradores que haviam deixado o bairro retornaram, com o objetivo de serem beneficiados pelo programa governamental. Pelo estatuto da associação, só pode morar na área do quilombo quem nasceu no lugar. Foi relatado por um informante que seu filho também foi beneficiado pelo programa do CDHU, mas como mora na cidade, pretende usar a casa como segunda residência.

Quanto à renda média do bairro, os informantes acham difícil precisar. Há muitos aposentados. A maioria dos entrevistados está inscrita nos programas bolsa família ou renda cidadã, mas são unânimes em afirmar que, dos moradores, os de maior renda são os extratores de palmito juçara, que possuem automóvel. Em casos de doença na comunidade, são eles que socorrem os moradores, fornecendo transporte.

Os residentes reclamaram das condições da estrada que dá acesso à cidade. Quando chove, o ônibus escolar não consegue trafegar pela estrada estreita, que não pode ser alargada em virtude de restrições ambientais.

Quanto ao relacionamento com o PEI, informaram que a Fundação Florestal entrou em litígio com a comunidade quando da criação do Parque, mas depois da demarcação das terras eles “viraram parceiros”. Eles gostariam que houvesse uma fiscalização mais eficaz em relação à extração do palmito juçara, pois já houve iniciativas, por parte de alguns moradores, de cultivo do palmito juçara, em sombreamento, porém o palmito foi roubado pelos próprios extratores que residem no bairro. Eles gostariam também que o PEI os auxiliasse na limpeza da linha de divisa entre o PEI e o Quilombo.

O bairro tem recebido apoio do ITESP através de cursos como artesanato, culinária e apicultura.



Fotos 44 e 45 - Ponte de acesso à comunidade Porto dos Pilões e a Capela de Pilões (Fotos: Edmundo e Maurício Marinho)



Fotos 46 - Vista parcial do bairro Pilões (Foto: Edmundo)



Fotos 47 - Novas casas em construção através do CDHU (Foto: Edmundo)



Fotos 48 - Plantio de juçara e banana nanica “Seu Napoleão” (Foto: Maurício)

Município de Eldorado

O Rio Ribeira de Iguape e seus afluentes, aos olhos dos aventureiros e desbravadores do século XVIII, simbolizavam o “Eldorado” mítico, onde ouro abundante afluía dos córregos e ribeirões que serpenteavam pela mata.

O ouro retirado do fundo dos rios e minas era transportado por embarcações que desciam pelo Rio Ribeira até chegar a um porto para fazer o “registro”, (localidade que daria origem ao Município que manteve tal denominação), aportando por fim na cidade de Iguape e seguia daí, como todo o ouro do Brasil colônia, para a Europa, onde, ornamentaria castelos e catedrais e contribuiria, por vias transversas, para financiar a revolução industrial inglesa.

Nas décadas em que durou esse ciclo de mineração o fluxo de pessoas fez com que surgissem povoações, como a de Xiririca, que em tupi significa “águas correntes” e que teve tal denominação em virtude de localizar-se em frente ao ribeirão de mesmo nome.

A povoação de Xiririca começou a formar-se no ano de 1757, quando a família Veras doou duas casas para construção de uma capela naquelas paragens; no mesmo ano a capela recebeu a imagem de Nossa Senhora da Guia, que se tornou padroeira da futura cidade.

Por ser uma área baixa de constantes alagamentos provocados pelas cheias do Rio Ribeira de Iguape, fez-se necessário à mudança da Vila para um local acima: “Ilha Formosa”, onde foi construída a nova Igreja Matriz, com sua torre voltada para o rio e mais tarde invertida como se apresenta até os dias de hoje.

Em 1.763, Xiririca foi elevada à categoria de Freguesia e em 10 de março de 1842, quando há muito o ouro se acabara, foi alçada à categoria de Vila. Recebeu foros de cidade em 02 de maio de 1845 e ganhou a denominação de Eldorado em 24 de dezembro de 1948, numa alusão ao sonho de riqueza acalentado em seus primórdios.

Em 1º de Agosto de 1.995, Eldorado, por outra riqueza que sempre a caracterizou - seus atributos naturais - teve seu potencial turístico reconhecido e foi elevado à categoria de Estância Turística.

Declarada pela Unesco "Reserva da Biosfera do Patrimônio Mundial" em fevereiro de 1993, a Estância Turística de Eldorado encerra ainda dentro de seu território outra riqueza consubstanciada nas comunidades de descendentes de escravos africanos, denominadas quilombolas, que até hoje preservam sua cultura e suas tradições e que nos contam outras histórias.

Histórias como a de Ivaporunduva cujos primeiros registros remontam ao século XVI, sendo bem mais antiga que o povoamento que originou a cidade de Eldorado. Um deles relata que uma antiga proprietária de terras e de escravos, dona Maria Joana, teria adoecido e falecido enquanto se tratava no exterior. Sendo viúva e não tendo parentes, legou suas terras aos escravos. Esse fato teria estimulado também a vinda de escravos fugidos, que resistiram à captura dos capitães do mato por volta de 1690, formando o Quilombo de Ivaporunduva.

Histórias como a de Pedro Cubas, que leva o nome do rio que o margeia, quilombo formado no século XVIII por vários escravos fugidos da fazenda Caiacanga, de propriedade de Miguel Antônio Jorge. Dentre eles estava Gregório Marinho, cuja família também figura como uma das fundadoras de Ivaporunduva, onde inicialmente fixou moradia.

Histórias como a de Morro Seco, sertão de mata alta onde se reuniam negros fugidos de fazendas. Era uma área isolada: não havia estrada e a única saída era para Iguape, pelo Rio Morro Seco até sair no Rio Peroupava, sendo necessários 4 dias de canoa a remo até a cidade. Esse era o percurso que os moradores realizavam para levar o arroz a ser vendido em Iguape, depois de terem embarcado nos portos de Nhá Juséfa e Guamixama. Histórias como a de São Pedro, André Lopes, Sapatú e outras; histórias dentro da história de Eldorado.

Data da Emancipação: 02/05/1845

Data de Fundação: 10/03/1842

Localização Geográfica do Município: Eldorado localiza-se na região sudoeste do Estado de São Paulo - Vale do Ribeira, a 246 km da Capital, 29 metros acima do nível do mar, sendo seu ponto mais alto, o pico da Serra do André Lopes, com 1.019 metros de altitude.

Limites Geopolíticos do Município:

Ao Norte: Capão Bonito

A Nordeste: Sete Barras

A Leste: Registro

A Sudeste: Jacupiranga

Ao Sul: Cajati

A Sudoeste: Barra do Turvo

A Oeste: Iporanga

A Noroeste: Ribeirão Grande

Região Administrativa: Registro

Região de Governo: Registro

DEMOGRAFIA

Quarto Município em extensão territorial no Estado de São Paulo, com 1.656,73 km², embora Eldorado possua um número ligeiramente maior de seus 15.096 habitantes residindo na sede urbana, fruto, sobretudo, do grande êxodo verificado anos 80, pode-se afirmar que esta Estância Turística permanece tipicamente rural, seja por possuir quase metade de sua população residindo no campo, seja pelo fato do setor agropecuário registrar o maior contingente de pessoal ocupado e ser o centro da atividade econômica.

De população majoritariamente jovem, 52% dos residentes com idade até 24 anos, o Município, no entanto, apresenta baixa taxa de crescimento anual da população (0,84% no período de 2000 a 2008), bem inferior à média do Estado no período (1,34%).

Considerando a taxa de natalidade (15,43) e a grande elevação da dimensão “longevidade” do IPRS, que no período de 2002 a 2004 registra acréscimo de 10 pontos (mais que o triplo de acréscimo da média do Estado no período, embora ainda seja 4 pontos inferior a esta), o baixo índice de crescimento da população indica que parte dela continua se deslocando, agora não em direção à sede urbana do Município, mas a outras cidades.

ECONOMIA

O setor agropecuário é a base da economia de Eldorado, com 43,87% de participação no total de empregos ocupados.

A principal atividade econômica do município está na agricultura, sendo a bananicultura responsável hoje por 80% da economia agrícola do Município (ocupa mais de três mil e seiscentos hectares). Em ordem de importância, em segundo lugar vem a pecuária de corte seguida da pecuária leiteira que, embora ainda pouco significativa, está sendo incrementada e tem bom potencial de expansão. As lavouras de milho, arroz, feijão e mandioca são culturas de subsistência, com pequenas áreas plantadas. Cabe ainda destacar os cultivos comerciais de palmito e maracujá.

Tabela 19. Produção agrícola no Município de Eldorado / IBGE

Produtos	Área em ha.	Produção média/ha.	Produção média / Estado	Produção Anual
Banana	3.615	23.391 kg/ha.		84.560 toneladas
Borracha (látex coagulado)	41	2.487 kg/ha.		102 toneladas
Maracujá	30	19.933 kg/ha.		598 toneladas
Palmito	100	2.500 kg/ha.		125 toneladas
Arroz	170	1.288 kg/ha.		219 toneladas
Feijão	80	600 kg/ha.		48 toneladas
Milho	120	1.800 kg/ha.		216 toneladas

Fonte: IBGE 2004

Embora ocupando área pouco expressiva no Município em comparação à banana, a importância do cultivo do palmito está em ser um produto que concorre no mercado com a extração clandestina

verificada em áreas de preservação permanente, desestimulando, na medida do aumento de sua produção, a atividade criminoso, razão pela qual entendemos que o estímulo a essa cultura contribui para a conservação de áreas florestadas e da biodiversidade, mesmo porque a palmeira delas extraída clandestinamente (juçara) é elemento básico na alimentação de fauna variada.

Em relação ao maracujá, cuja produção ocupa área ainda mais modesta, em Eldorado, que a destinada ao cultivo de palmito (apenas 30 ha. - menor até que áreas totais ocupadas por culturas destinadas ao auto-consumo), a menção se deve ao fato de seu potencial para constituir-se em boa opção de geração de renda em pequenas comunidades rurais. Trata-se de cultura resistente, de clima quente, cujo cultivo já foi objeto de ciclo de palestras, por parte do ITESP, para produtores das Comunidades Quilombolas de Ivaporunduva, São Pedro e André Lopes (como também da Comunidade Quilombola de Nhunguara, na vizinha Iporanga).

As culturas de palmito e maracujá já são objeto de fomento por parte da Prefeitura da Estância Turística de Eldorado, com metas ambiciosas, como o plantio de 1 milhão de palmeiras pupunha e real através do Programa Linha Verde.

Entre vários aspectos positivos desse Programa ganham destaque a eliminação da figura do atravessador no Município e a perspectiva de implantação de indústria de beneficiamento dos produtos.

O maracujá produzido em áreas quilombolas, por exemplo, poderia tornar-se uma opção significativa de geração de renda se houvesse processamento de derivados. Como essência natural (após processos relativamente simples de desidratação e trituração), destinada à indústria alimentar, à de cosméticos ou ainda à farmacêutica, no caso do maracujá, à incorporação de valor (inclusive com redução substancial em custos de transporte), adicionar-se-ia, como destaque mercadológico, suas características ambientais (pressupondo um cultivo orgânico) e sociais (origem).

Em segundo lugar em relação à participação no total de empregos ocupados em Eldorado aparece o setor de serviços (41,35%) e é na sua expansão que reside a grande perspectiva, por parte da Prefeitura, de incremento da economia municipal, particularmente no desenvolvimento da atividade turística que, como o site oficial registra, “... *está crescendo no município, com grande potencial...*”, sendo a expectativa “... *em médio prazo, alcançar resultados satisfatórios que superem as atividades já existentes...*” (sic). No mais, o comércio local não possui grandes dimensões e a indústria é pouco significativa.

Tabela 20. Emprego e rendimento no Município de Eldorado

Emprego e Rendimento	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Participação dos Empregos Ocupados da Agropecuária no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2007	43,87	20,51	3,33
Participação dos Empregos Ocupados da Indústria no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2007	2,46	9,95	23,94
Participação dos Empregos Ocupados da Construção Civil no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2007	0,06	2,59	3,93
Participação dos Empregos Ocupados do Comércio no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2007	12,26	22,63	18,78
Participação dos Empregos Ocupados dos Serviços no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2007	41,35	44,32	50,02

Fonte: SEADE

ASPECTOS SOCIAIS

No que pese seu baixo IDHM, a Estância Turística de Eldorado, assim como o vizinho Município de Sete Barras, apresenta melhor desempenho em relação a quatro outros municípios sediados na Zona de Amortecimento do Parque Estadual Intervales; os três municípios da face norte do entorno - Região do Alto Paranapanema (Guapiara, Ribeirão Grande e Capão Bonito) e seu vizinho do oeste, Iporanga, pertencem ao grupo 5 (último) na classificação do IPRS, enquanto Eldorado e Sete Barras encontram-se no grupo 4.

O melhor desempenho, no caso de Eldorado explica-se tanto pelo elevado acréscimo na dimensão “longevidade”, já comentada, quanto pela dimensão “escolaridade” que manteve sua boa performance no período de 2002 a 2004, superando em um ponto a própria média do Estado.

Na área da Saúde, Eldorado conta com hospital (Santa Casa de Misericórdia), que realiza atendimento de emergência e urgência e pequenas cirurgias, dispendo de 22 leitos; possui 01 Posto de Saúde na sede urbana e 08 distribuídos pela área rural e ainda dispõe de pronto atendimento, em seu centro urbano, dotado de soro antiofídico, recurso para acidentes naturais que, além de beneficiar a população residente, dá suporte à visitação aos Parques e às áreas florestadas do Município.

Eldorado conta ainda com o Programa Saúde da Família que atende 19 bairros na zona rural, serviço este em expansão com perspectiva de atingir a totalidade dos bairros rurais.

Por fim, o site oficial da Prefeitura assinala uma reestruturação no atendimento pré-natal ocorrido em 2005, com 96% das gestantes registrando mais de nove consultas ao longo do período de gestação.

MEIO AMBIENTE

A Estância Turística de Eldorado é o quarto maior município do Estado de São Paulo, com uma área de 165.673 hectares, sendo aproximadamente 30% desse território ocupado por Unidades de Conservação como o Parque Estadual Intervales e o Parque Estadual do Jacupiranga, áreas de proteção integral destinadas à preservação da Mata Atlântica.

Dos 1.656 km² do Município, a área urbana ocupa um total de 518 km² (296 km² do centro urbano, 73 km² pertencentes ao distrito de Itapeúna, 95 km² do distrito de Barra do Braço e 54 km² que compõe o distrito da Barra do Batatal); a zona rural ocupa área de 1.138 km².

As três toneladas diárias de lixo produzidas em Eldorado, segundo relato do Diretor do Departamento de Meio Ambiente de Eldorado, são coletas por meio de caminhão compactador e o material atualmente é conduzido para um aterro controlado, uma vez que o lixão até então existente está sendo desativado. Já foi destinada área e obtida licença de instalação para aterro sanitário, porém faltam recursos financeiros para a infra-estrutura de implantação e drenagem.

No tocante à educação ambiental, o Departamento Municipal de Educação de Eldorado desenvolve o Projeto “Conhecendo o Ambiente” que envolve funcionários e professores da rede municipal de ensino e é destinado aos alunos da quarta série do ensino fundamental. Possui como eixo temático a reciclagem, o reflorestamento da mata ciliar das margens do Rio Ribeira de Iguape e o conhecimento da diversidade da fauna e da flora.

Eldorado possui um Bosque Municipal localizado na sede urbana de Eldorado, com área aproximada de dois hectares.

Há também um projeto de criação de um Parque Municipal no Bairro Usina, com 22 hectares.

Em relação à agricultura orgânica, com o apoio da Prefeitura da Estância Turística de Eldorado encontra-se em formação uma associação de produtores orgânicos. Inicialmente será composta por bananicultores.

No que pese a proximidade de algumas áreas de cultivo de banana em relação ao leito dos rios e eventual utilização de agrotóxicos, a extensão do dano ambiental na atividade não nos parece tão grave em Eldorado quando comparada à vizinha Sete Barras, sobre o qual ouvimos relatos de pulverização de culturas, nas mesmas condições, efetuada por aviões.

Cumprindo ainda destacar a participação da Municipalidade em vários projetos desenvolvidos em comunidades rurais organizadas, fomentados por ONG's e outros Órgãos Governamentais.

Como já o fizemos na análise sobre Iporanga, também é digno de registro e de extrema relevância para a sustentabilidade de projetos socioambientais, o alto grau de organização das comunidades rurais em Eldorado, notadamente as quilombolas; quadro oposto ao verificado na face norte da Zona de Amortecimento do PEI (municípios do Alto Paranapanema) e que se configura de forma ainda mais acentuada que o verificado na vizinha Iporanga.

Um leque amplo e variado de projetos socioambientais e de práticas sustentáveis são desenvolvidos nessas comunidades em parceria com diferentes instituições públicas e ONG's, entre as quais destacamos o repovoamento de áreas florestadas com a palmeira juçara (com vistas a futuro manejo de rendimento sustentável), implantação de viveiros de mudas de juçara e outras nativas, resgate do artesanato tradicional, agricultura orgânica e apicultura, entre outras ações e programas.

Em relação à última atividade mencionada (apicultura), destacamos o fato dos macacões utilizados pelas Comunidades Quilombolas integrantes do Projeto (Pedro Cubas, São Pedro, André Lopes e Sapatú) haver sido adquirido pelo ITESP de outra Comunidade Quilombola do Vale do Ribeira que os confecciona (em oficina de costura originada em projeto de geração de renda), a Comunidade

Quilombola do Mandira, localizada no Município de Cananéia. O fato constitui-se em interessante intercâmbio econômico (oferta-demanda) entre diferentes projetos de geração de renda.

Atribuímos o alto grau de organização dessas comunidades ao fato de tradicionalmente desenvolverem atividades coletivas, havendo, há muito, incorporado valores de cooperação entre seus membros e autonomia em relação a agentes externos. Particularidades de ordem étnica, cultural e histórica na constituição e permanência dessas comunidades foram determinantes para a configuração de tal quadro.

Quando consideradas essas particularidades, entendemos como uma comunidade de parques recursos econômicos como Ivaporunduva (a mais antiga comunidade quilombola da região) é tão ativa no protagonismo de projetos socioambientais.

Além de estar presente na maioria das ações, em Ivaporunduva a banana, principal fonte de renda da comunidade, é certificada pelo Instituto Biodinâmico; esta comunidade desenvolve o turismo étnico-cultural, dispondo para tal de pousada para visitantes; esta comunidade desenvolve, em parceria com a Fundação Florestal, o manejo e processamento de plantas medicinais (Ivaporunduva centraliza o projeto que congrega mais três comunidades quilombolas - São Pedro, Sapatú e Pedro Cubas) - nela se localizam as instalações do centro de processamento do projeto.

Ivaporunduva é emblemática da organização e autonomia dessas comunidades. Independentemente de maior ou menor fomento por parte da Municipalidade, desenvolve e dá continuidade a ações e projetos.

A chave da continuidade de suas ações está em sua autonomia e auto-organização, fruto de um processo histórico de resistência, lutas e conquistas.

Independentemente das adversidades, seus projetos resistem.

Ivaporunduva resiste.

Já era esta a sua realidade, desde suas remotas origens.

Assim o foi, por volta de 1690.

- **São Pedro**



Foto 49 - Vista parcial do bairro São Pedro - campo de futebol e casas ao fundo (Foto: Maurício A. Marinho)



Foto 50 - Residência em pau-a-pique, construção típica do Médio, Alto Ribeira - populações caipiras (Foto: Maurício A. Marinho)



Foto 51 - Reunião com algumas lideranças de São Pedro (Foto: Maurício A. Marinho)



Foto 52 - Plantio de maracujá em São Pedro (Foto: Maurício A. Marinho)

- **Guapiruvu**

O bairro Guapiruvu é dividido em 3 setores: (I) Alto Guapiruvu - Prainha (ou Taquarinha) e (II) Assentamento Alves, Teixeira e Pereira - em Eldorado; e (III) Baixo Guapiruvu - ocupação principal - em Sete Barras, setor descrito no tópico relativo a Sete Barras. Para obter um melhor foco, optou-se por estudar cada uma das localidades, em separado.

O nome do bairro tem origem na língua tupi, relacionada à árvore guapuruvu (denominação local de guapiruvu), uma leguminosa, abundante na região, usada na construção de canoas. Conforme relato dos moradores, o povoamento teve início com três famílias caiçaras: os Alves, os Teixeira e os Pereira, originárias de Iguape e Cananéia, que entraram pelo litoral, navegando pelos rios do Vale em busca de ouro e pedras preciosas (ainda existe a mina Cavalo Magro, vestígio dessa época), formando o primeiro núcleo populacional do bairro.

O bairro possui em média cerca de 150 famílias. Já foi muito festeiro; antigamente quando se trabalhava em regime de mutirão, ao término da lida, se fazia o baile. Comemoravam também a entrada da primavera. Essa festa estava ligada do ciclo do gengibre na região, isso até a década de 1980, porém, atualmente, apenas subsiste a festa de São Sebastião, o padroeiro do bairro, além das festas juninas e da festa comemorativa do aniversário da associação de moradores. A população é composta predominantemente por católicos, mas também há evangélicos.

O bairro oferece a pré-escola e o ensino fundamental de 1^a a 4^a séries; para cursar as séries seguintes é necessário deslocar-se até a sede do município de Sete Barras. A prefeitura oferece o transporte escolar. Há moradores não alfabetizados entre a população mais velha.

Os serviços de saúde e saneamento básico são precários; existe um posto de saúde no bairro, com atendimento médico duas vezes por mês, sendo que este serviço não é bem avaliado pelos moradores em virtude das instalações precárias do posto de atendimento. A água é captada diretamente nas nascentes e o esgoto vai para fossas sépticas, construídas de forma rudimentar. Segundo Gilberto Ohta, líder comunitário, encontra-se em fase de projeto a construção de fossas biodigestoras, com o suporte técnico da CATI. A coleta do lixo é realizada uma vez por semana; a associação dos moradores orienta a população a enterrar o lixo orgânico para fazer a compostagem e posteriormente utilizá-la como adubo orgânico.

Constatou-se que a principal fonte de renda varia muito no interior do bairro. No Baixo Guapiruvu predomina, como principal fonte de renda, a produção da agricultura orgânica, agrofloresta, a agroecologia, produtos derivados e processados de banana (banana passa e chips), artesanato, ecoturismo e trabalhos de diarista, cujos rendimentos giram em torno de 20 a 25 reais por dia.

A comercialização da produção é feita através da Cooperagua (Cooperativa de Produção do Guapiruvu). A cooperativa recolhe o que é produzido (banana e seus processados) e vende para atravessadores e para a Secretaria de Agricultura da Prefeitura de Santo André (projeto merenda escolar). Cerca de 20% da banana agroecológica produzida possui o certificado da IMAFLORA. A Secretaria Estadual de Agricultura fornece assistência técnica através da CATI (Programa de Microbacias). Os produtores mais organizados (15%) conseguem crédito pelo PRONAF e o Fraternal (fundo rotativo da associação do bairro).

Na comunidade também são cultivadas a banana e a pupunha sob o modo convencional, com adubação química e uso de agrotóxico, concomitante ao processo de transição agroecológica, onde pequenos e médios proprietários desenvolvem a agricultura orgânica, incentivada pela AGUA (Associação dos Moradores do Bairro Guapiruvu). O fomento às práticas sustentáveis por parte da AGUA transformou muitos extratores clandestinos de palmito em monitores agroflorestais. A associação fornece treinamento para a prática da agricultura orgânica, bem como técnicas de manejo e outras práticas sustentáveis (poda, roçada seletiva, espaçamento das espécies, etc).

Segundo Marinho (2006), os conflitos entre o bairro Guapiruvu e o Parque são motivados, essencialmente, pelas atividades clandestinas de extração e comercialização de produtos florestais [corte do palmito juçara], animais [caça de animais silvestres] e minerais [garimpo de ouro, em menor escala]. Também se destacam os conflitos resultantes das dificuldades para implementação de atividades na base Guapiruvu, tais como o uso público, as pesquisas e outras atividades de manejo do Parque.

Principal conflito entre o Guapiruvu e o PEI, a extração clandestina do palmito juçara⁴ envolve parte significativa dos moradores do bairro Guapiruvu e também de moradores provenientes de outras localidades.

Os residentes consideram harmoniosa a relação entre Guapiruvu e o PEI; houve muitos conflitos por conta da repressão aos extratores de palmito, porém a atual administração abriu canal de comunicação com os moradores para minimizar tais conflitos com a fiscalização. A associação dos moradores destaca o importante papel do PEI na demarcação do Assentamento Alves Teixeira Pereira. Reconhece, ainda, a existência dos extratores de palmito clandestinos, mas não possuem no momento alternativa de renda em escala que possa minimizar a pressão sobre a espécie. Projetos de ecoturismo estão sendo desenvolvidos no bairro, porém a atividade ainda é incipiente. Em parceria com a Fundação Florestal, são realizadas atividades de trilhas, Bóia Cross e visita a cachoeiras. O turismo no bairro ainda não se encontra estruturado para receber demanda de visitantes, sendo necessário um planejamento turístico para tal.

⁴ Denominação dada à palmeira *Euterpe edulis* Martius

- (I) Guapiruvu - Prainha (ou Taquarinha)

Prainha tem uma particularidade; é contígua ao bairro do Guapiruvu que pertence a Sete Barras - seus moradores utilizam todos os equipamentos públicos daquele município, mas o bairro encontra-se em área pertencente ao município de Eldorado, para o qual inexistem estradas de acesso.

Os moradores são filhos e netos de agricultores que ali trabalharam ou vieram de São Miguel Arcanjo, Pariquera-Açu e outras localidades do Vale. Todos os entrevistados pertenciam a famílias do Vale do Ribeira. Vários moradores são descendentes de índios que habitaram a região.

No passado plantavam arroz, feijão e milho trabalhando para fazendeiros da região; hoje se dividem na lida do trabalho familiar produzindo banana, mandioca, batata, cará e abacaxi. Apenas a banana é vendida, o resto da produção é para auto consumo. Praticam a coivara e o pousio, além da criação de porcos e galinha. Alguns relataram que quando podiam derrubar a mata praticavam o pousio, mas hoje não é mais possível. Utilizam enxada e não fazem uso de agrotóxicos em suas lavouras em virtude do alto custo deste. Além da própria roça trabalham como diaristas na plantação de banana.

Observou-se um grande número de casas em construção ou em reforma. Numa delas, ao ser inquirido se a construção era em regime de mutirão, o morador esclareceu que os pedreiros foram contratados como diaristas, porém declarou que estava desempregado e apenas recebia a bolsa família; ficou a dúvida sobre a fonte de renda dessa família. Todos os entrevistados possuem casa própria.

Quanto à instrução, constatamos um alto índice de adultos não alfabetizados. As crianças são atendidas pela rede pública de ensino no bairro do Guapiruvu. Os moradores recebem atendimento do Programa Saúde da Família e no Posto de Saúde. Os serviços de saneamento básico são precários, a água é captada diretamente das nascentes, sendo também consumida sem nenhum tratamento, não possuem rede de coleta de esgoto e os dejetos são despejados diretamente no rio. Disseram não extrair palmito, porém em várias casas vimos burros amarrados no pasto, que segundo informações são usados no transporte do palmito extraído ilegalmente.

Em virtude de o bairro ser uma área muito carente e a maioria dos homens serem extratores de palmito juçara, tivemos dificuldade em desenvolver o trabalho no local, pois fomos recebidos com certa desconfiança pelos moradores.



Foto 53 - Residência na Prainha/Alto Guapiruvu, Sete Barras (Foto: Mauricio A. Marinho)



Foto 54 - Residências na Prainha/Alto Guapiruvu, Sete Barras (Foto: Mauricio A. Marinho)

- (II) Guapiruvu - Assentamento Alves, Teixeira e Pereira

O assentamento é uma área de 3.100 hectares no bairro Guapiruvu e faz divisa com o Parque Intervales. O assentamento foi efetivado em 2005, contemplando 72 famílias. Cerca de 80% dos assentados estão aguardando licença ambiental para desmatar e fazer a roça. Devido à dificuldade em obter tal licença para realizar o desmatamento, eles iniciaram a construção de uma agrovila no assentamento para não perderem o financiamento do Banco Nossa Caixa, pois o dinheiro destinado à construção das casas já estava disponível.

A associação dos moradores do Guapiruvu ofereceu curso de pedreiro para que os próprios assentados pudessem construir as respectivas moradias. A associação periodicamente também oferece cursos, tais como: empresário rural, manutenção de floresta, fruticultura, turismo rural, compostagem, monitor ambiental, relação interpessoal e agrofloresta.

Foram entrevistados dez assentados para este trabalho. Oito deles disseram ter como atividade predominante a extração do palmito juçara; para eles a extração do palmito é uma atividade legítima e a repressão dos guarda-parques é percebida como atitude impertinente - reclamaram que a forma de abordagem dos “florestais” é inconveniente. Na verdade eles acham que é descabida a proibição do corte do palmito, portanto se recusam a cumprir a lei. Os extratores de palmito argumentaram que a Fundação Florestal deveria se preocupar mais com o criciúma, pois é ele que está acabando com a mata, e menos com os extratores de palmito. Eles defenderam a idéia de transformar a área vizinha ao PEI em área destinada ao manejo do palmito; disseram que “é só dar uma raleada na mata e plantar no sombreado que dá corte em 5 anos”.

Todos os entrevistados reclamaram da dificuldade de obter renda e citaram a extração do palmito como única possibilidade. Para eles o Parque só dá oportunidade para aqueles que “lidam com a papelagem”, como os pesquisadores. Apesar dos depoimentos demonstrarem que eles se sentem prejudicados com a atividade conservacionista, todos os informantes confirmaram participar do viveiro de mudas da Associação de Moradores do Guapiruvu no cultivo de mudas de pupunha, ingá, pau-óleo e juçara, visando a atividade de manejo agroecológico.



Foto 55 - Plantação convencional de banana de médio produtor em área vizinha ao Assentamento - área autuada por desmatamentos irregulares (Foto: Maurício Marinho)



Foto 56 - Construção de viveiro de mudas para pupunha no Assentamento Alves, Teixeira e Pereira para futuro plantio (Foto: Maurício Marinho)



Foto 57 - Plantação de banana em sistema orgânico, consorciado com pupunha no Assentamento (Foto: Maurício Marinho)

Município de Sete Barras

É possível que a denominação do Município de Sete Barras deva-se à localização do pequeno povoado de origem, na região de Gointaoga (como a chamavam os indígenas) ou Goyntãhogoia (na ortografia colonial); constituído em torno de uma capela dedicada ao Divino Espírito Santo, o povoado situava-se próxima à Barra do Rio Etá, sétimo afluente do Ribeira de Iguape, que, como os demais cursos d'água da região, atiçava a cobiça de exploradores, em meados do século XVIII, em virtude do ouro de aluvião que lhe brotava do leito.

É igualmente possível que tal denominação se deva às lendárias sete barras de ouro que um aventureiro espanhol teria enterrado em Gointaoga, na tentativa de subtrair à coroa portuguesa a quinta parte, tributo coletado no caminho para o porto de Santos, onde, para tal, estrategicamente acabara de se instalar um Registro na localidade que hoje sedia Município de mesmo nome.

Fato é que o declínio da extração de ouro no final do século XVIII acarretou a estagnação econômica de Sete Barras, da qual só se recuperaria no início do século XX.

Do povoado, subordinado à Vila de Xiririca, originou-se a Freguesia, em 21 de março de 1885, inicialmente pertencente ao Município de Iguape e depois transferida, em 02 de abril de 1887, a Eldorado. Elevada à categoria de Distrito, em 30 de março de 1891, voltou ao domínio político-administrativo de Iguape.

O ano de 1920 marca a chegada dos imigrantes japoneses ao Distrito de Sete Barras, o que deu início à sua recuperação econômica em virtude de novo impulso à atividade agrícola, com a introdução de novos sistemas e técnicas de cultivo, ganhando destaque progressivo a cultura da banana. Em 30 de novembro de 1944, o Distrito foi transferido para Registro. Por fim, alcançou a autonomia, tornando-se Município em 18 de fevereiro de 1959.

Data da Emancipação: 18/02/1959 - Data de Fundação: 18/12/1958

Localização Geográfica do Município: Sete Barras localiza-se a 185 km da Capital Paulista, na Região do Vale do Ribeira.

Limites Geopolíticos do Município:

Ao Norte: São Miguel Arcanjo

A Nordeste: Tapiraí

A Leste: Juquiá

Ao Sul: Registro

A Oeste: Eldorado

A Noroeste: Capão Bonito

Região Administrativa: Registro

Região de Governo: Registro

População estimada pelo SEADE em 2008: 13.499 ha.

Área total: 1.052,11 km²

DEMOGRAFIA

Sete Barras é um município tipicamente rural, com 66,14% de sua população residindo no campo e maior participação do setor agropecuário no total de empregos ocupados.

Em razão mesmo desse fato (como já analisamos no relatório de Iporanga - notadamente o “mascaramento” do trabalho feminino no campo), Sete Barras também apresenta o menor percentual de mulheres residentes com 10 anos ou mais de idade e com rendimentos de todo o entorno do PEI (29,7% em relação ao pessoal ocupado - percentual ligeiramente inferior ao de Ribeirão Grande) e, conseqüentemente, a maior necessidade de projetos de geração de renda junto a esse contingente.

Com população total de 13.499 habitantes (número bem aproximado ao de Eldorado), Sete Barras apresenta baixa taxa geométrica de crescimento anual da população (-0,19 no período de 2000 a 2008) o que denota migração de parte da população para outros centros urbanos, considerando a taxa de mortalidade infantil (15,81) próxima à média do Estado, embora mais elevada, e a dimensão “longevidade” do IRPS que registra crescimento, entre os anos de 2002 a 2004, superior à média do Estado, registrando ainda 5 pontos a mais neste último ano em relação à referida média.

ECONOMIA

O perfil econômico de Sete Barras se assemelha em diversos aspectos ao de Eldorado, apresentando, como seu vizinho do oeste, predomínio da atividade agropecuária e, nela, da bananicultura, seguida pela pecuária de corte e leiteira.

Na agricultura, a diferença fica por conta de uma concentração econômica ainda mais acentuada na monocultura da banana; essa produção, em 2004, possuía área destinada pouco superior a de Eldorado (área de 3.705 ha. - apenas 90 ha. a mais que Eldorado), mas, em compensação, podemos dizer que “subtrai” mais áreas às demais culturas, as quais ocupam extensões consideravelmente menores em Sete Barras em relação ao vizinho Eldorado (exceção feita ao palmito e à borracha), cabendo destaque as diferenças observadas naquelas destinadas às culturas de subsistência (arroz, feijão e milho) e também ao cultivo de maracujá, como podemos observar comparando os quadros elaborados a partir de dados do IBGE.

Tabela 21. Produção agrícola no Município de Sete Barras / IBGE

Produtos	Área em ha.	Produção média/ha.	Produção Anual
Banana	3.705	26.882 kg/ha.	99.600 toneladas
Borracha (látex coagulado)	48	2.145 kg/ha.	103 toneladas
Limão	7	44.000 kg/ha.	308 toneladas
Maracujá	20	19.950 kg/ha.	399 toneladas
Palmito	200	2.500 kg/ha.	500 toneladas
Arroz	110	2.563 kg/ha.	282 toneladas
Feijão	10	600 kg/ha.	6 toneladas
Mandioca	11	8.727 kg/ha.	96 toneladas
Milho	50	2.400 kg/ha.	120 toneladas

Fonte: IBGE 2004

Sua pecuária de corte, em número total de cabeças (bovinos e suínos), é 38% menor que a de Eldorado e o produto granjeiro destinado ao corte em Sete Barras representa apenas um quarto de seu vizinho do oeste. Esse volume menor de produção em parte se dá porque atualmente não é possível, em Sete Barras, consorciar a criação com a bananicultura; animais soltos no bananal pereceriam por conta dos defensivos agrícolas utilizados.

Em compensação, a produção leiteira de Sete Barras é cinco vezes maior que a de Eldorado.

Tabela 22. Emprego e rendimento no Município de Sete Barras

Emprego e Rendimento	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Participação dos Empregos Ocupados da Agropecuária no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2007	51,88	20,51	3,33
Participação dos Empregos Ocupados da Indústria no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2007	7,67	9,95	23,94
Participação dos Empregos Ocupados da Construção Civil no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2007	-	2,59	3,93
Participação dos Empregos Ocupados do Comércio no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2007	12,78	22,63	18,78
Participação dos Empregos Ocupados dos Serviços no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2007	27,68	44,32	50,02

Fonte: SEADE

A participação do setor agropecuário no total de empregos ocupados em Sete Barras, de 51,88% (SEADE 2004), é a maior dentre os seis municípios sediados na Zona de Amortecimento do PEI, fato que, conjugado à sua reduzida taxa de urbanização, faz com que esse Município seja o mais caracteristicamente rural dentre os vizinhos de Intervales.

Em relação às pequenas comunidades rurais, em Sete Barras a Prefeitura concentra suas ações de fomento na produção das palmeiras real e pupunha, o que parcialmente explica porque a produção de palmito é o dobro de Eldorado; parte do crédito deve-se também ao alto grau de organização de algumas comunidades de pequenos produtores, como ocorre nos Bairros de Saibadela, Rio Preto e Guapiruvu.

Como em Eldorado, em segundo lugar em relação à participação no total de empregos ocupados em Sete Barras figura o setor de serviços (27,68%), menor que a de seu vizinho do oeste; com certeza tal diferença reside na menor atividade turística em Sete Barras.

Também como ocorre em Eldorado, o comércio local não possui grandes dimensões e a indústria é pouco significativa.

ASPECTOS SOCIAIS

Como já mencionamos no relatório de Eldorado, o Município de Sete Barras, assim como seu vizinho do oeste, apresenta melhor desempenho em relação a quatro outros municípios sediados na Zona de Amortecimento do Parque Estadual Intervales; os três municípios da face norte do entorno - Região do Alto Paranapanema (Guapiara, Ribeirão Grande e Capão Bonito) e o Município de Iporanga, no Vale do Ribeira, pertencem ao grupo 5 (último) na classificação do IPRS, enquanto Eldorado e Sete Barras encontram-se no grupo 4.

Assim como Eldorado, em Sete Barras o melhor desempenho explica-se pelas dimensões “escolaridade” e “longevidade”; no entanto, o grande destaque em Sete Barras é esta última “dimensão” (longevidade), que já superava em quatro pontos a própria média do Estado no ano de 2002 (relação de 71 para 67) e, em 2004, abriu mais um ponto de diferença (relação de 75 para 70).

A peculiar proporção dessa “dimensão” acaba compensando a menor pontuação na “dimensão” escolaridade, em relação à Eldorado. Embora tenha progredido sete pontos entre 2002 e 2004 (40 e 47, respectivamente), o Município de Sete Barras, neste quesito, não acompanha a média do Estado (52 e 54, nos referidos anos), ao contrário de seu vizinho do oeste.

Em se tratando de Saúde, Sete Barras não possui hospital e, conseqüentemente, não dispõe de leitos hospitalares; possui apenas dois Postos de Saúde, o que, proporcionalmente ao número de habitantes, constitui-se numa rede de cobertura deficitária, comparável mesmo à de Ribeirão Grande, no Alto Paranapanema.

Já a taxa de analfabetismo em Sete Barras (de 14,36 %) é praticamente a mesma de Eldorado; embora elevada, é menor que a registrada em três dos municípios pesquisados (Guapiara, Ribeirão Grande e Iporanga).

MEIO AMBIENTE

De início, cabe destacar que o montante de ICMS Ecológico repassado pelo Governo do Estado a Sete Barras em 2004, a título de compensação pelas áreas destinadas à preservação ambiental (proteção integral), foi de R\$ 1.079.274,04, montante considerável, que não se compara à módica quantia recebida a título de compensação pela atividade mineraria do Município: R\$ 9.952,11 (no exercício de 2004).

Em contraposição a esses dados, podemos afirmar que, dos três municípios sediados na face Sul da Zona de Amortecimento do PEI (Vale do Ribeira), é em Sete Barras que se localizam os maiores problemas ambientais, afetando tanto as Unidades de Conservação que ocupam parte de seu território (Parque Estadual Intervales e Parque Estadual Carlos Botelho), como a Mata Ciliar (de preservação permanente), além de córregos e rios (aí incluído o próprio rio Ribeira de Iguape).

A ameaça aos Parques Estaduais vem da extração ilegal da palmeira juçara, sendo público e notório que a maioria dos extrativistas ilegais reside em Sete Barras, onde, aliás, está situada a maior parte do território do P.E. Carlos Botelho.

Na entrevista concedida em 23.04.07, quando estivemos em visita ao Município, o Secretário de Desenvolvimento Rural de Sete Barras, Sr. Paulo César Simões, ressaltou as dimensões sociais do problema da extração ilegal de palmito em áreas de preservação, atividade que já estaria se conjugando ao tráfico de drogas (informação corroborada por guarda-parques do PEI, com quem conversamos), em função do caçara ser “... *super influenciável...*” (sic). Segundo o Secretário, 70% das ocorrências policiais no Município são relacionadas a palmiteiros. Porém, para o Secretário, o problema originou-se na própria formação do Parque:

“... Ali está havendo uma inversão de valores. Jogando na clandestinidade. Por questão eles tinham direito à verdade. Ele é clandestino hoje, mas é por condição... porque se for levantar mesmo, o Estado tomou ali... Então põe isso tudo no relatório... deveria levantar mais isso; ir lá e conversar

com eles e ver deles quando, desde quando eles estão lá e do que os antepassados deles viviam...” (sic).

O Sr. Aldécio Schurhoff, Assessor da Prefeitura para a Agroindústria, chegou a ser ainda mais enfático, no que tange à indisposição em relação a áreas de preservação ambiental:

“... E a APA (Área de Proteção Ambiental) e as zonas de APA não estão regulamentadas. Metade não está definida e estão em áreas particulares. Agora essa área também vai ser zona (de amortecimento); que está produzindo, que tem que tomar cuidado, é área particular, onde estamos produzindo palmito. O Parque, de certa forma é um problema para a comunidade. O Parque, de certa forma, é.” (sic).

Já em relação à Mata Ciliar e aos córregos e rios que elas margeiam (ou deveriam margear), temos que a primeira, em vários pontos, foi substituída (literalmente) por cultivos comerciais de banana, de considerável extensão, que se debruçam sobre os leitos e, justamente por isso, deixam os cursos d'água expostos, razão pela qual é freqüente o assoreamento, além do constante carreamento, pelas chuvas, de substâncias tóxicas oriundas dos defensivos agrícolas utilizados na referida cultura.

No que diz respeito a este último aspecto, cumpre ressaltar a denúncia formulada por líderes das comunidades rurais dos Bairros de Guapiruvu e de Saibadela por ocasião do Seminário Internacional “Desenho da Conservação em Unidades de Conservação e Zona de Amortecimento” realizado na Universidade de São Paulo na semana de 27 a 29 de junho, segundo a qual bananicultores de maior porte estariam utilizando aviões para a pulverização da cultura com agrotóxicos.

De nada adianta o Município contar com 100% de seu esgoto tratado; os mananciais, livres da deposição do material orgânico, são contaminados pelos defensivos agrícolas.

Apesar das experiências pioneiras, dignas de registro, desenvolvidas no Município pelas comunidades rurais dos Bairros acima mencionados (assim como a do Bairro Rio Preto) de cultivo orgânico de banana e implantação de sistemas agro-florestais, as perspectivas em Sete Barras, no curto e médio prazo, não oferecem um quadro favorável em termos ambientais, uma vez que autoridades municipais e representantes de produtores demonstram-se céticos quanto a essas e várias outras práticas sustentáveis e, conseqüentemente, não demonstram interesse em sua ampliação ou fomento, como constatamos nos depoimentos colhidos:

“... Agora, o pior de tudo dessa ONG, né, o pior é que ela fez a cabeça de um monte de gente e fez a cabeça para que? Pra largar da plantação convencional de banana e passar para uma agrofloresta, certo? Ora se não temos cientificamente e nem tecnicamente nada nesse país sobre a agrofloresta, mas eles foram lá, e plantaram na cabeça do pessoal e muita gente foi para a agrofloresta. Empobreceu muita gente, mais a região, certo? O que eu quero dizer na verdade com isso; se nos não temos cientificamente e tecnicamente nada...”. Mais adiante, em relação ao manejo florestal: “... porque só prometem coisas impossíveis. Não adianta você plantar ervas medicinais. Não adianta! Primeiro você tem que ver o mercado e depois plantar...” (sic) - Sr. Jonas Brás de Oliveira - Presidente da Associação dos Bananicultores de Sete Barras.

“Onde o agroturismo deu certo? Onde as famílias podiam receber, tinham casa para receber, tinham quarto extra. Aqui mal cabe um beliche dentro do quarto e ainda onde se está cozinhando...”. Em outro trecho da entrevista, em relação ao manejo da caxeta: “... Eu vejo plano de lápis caxeta; caxeta ficou há 30 anos atrás. Quem usa caxeta? E para fazer lápis, você conhece

lápiz de caxeta? Ta escrito lá - é feito de caxeta. Hoje se faz lápis com qualquer coisa, qualquer pau, porque tem tecnologia para tudo...” (sic) - Sr. Aldécio Schurhoff - Assessor da Prefeitura para a Agroindústria;

Em contraposição a esse quadro adverso, cabe deixar registro da ação de fomento, por parte da Prefeitura, segundo o Secretário de Desenvolvimento Rural de Sete Barras, no que tange a viveiros de nativas em comunidades rurais (Bairros Saibadela, Rio Preto, Nazaré, Lambari e Itaguá), bem como do Viveiro Municipal por meio do qual a Municipalidade “... fornece insumos, sementes, substrato e defensivos...” (sic) (! - grifo nosso).

Um dos focos principais dessa ação de fomento se direciona ao cultivo de pupunha objetivando, além da geração de renda ao produtor, colocar no mercado um produto que concorra com o extrativismo clandestino de juçara, buscando desestimular economicamente a atividade criminosa.

A “aposta” da Prefeitura na agroindústria por meio de projeto de beneficiamento de banana e palmito por intermédio da cooperativa de produtores (COOPERTROPIC) também pode ter um significado positivo em termos de geração de renda (hoje todo o processamento da banana é feito em Registro), desde que também alcance pequenos produtores. A perspectiva, no médio e longo prazo, é o fornecimento de banana para merenda (São Caetano e Santo André), beneficiamento da banana (banana passa, doce de banana) e o processamento da poupa de palmito.

De resto, em Sete Barras o destaque está nos projetos desenvolvidos nos Bairros de Guapiruvu, Rio Preto e Saibadela.

Entre várias ações e iniciativas pioneiras desenvolvidas pelas associações comunitárias desses Bairros, merecem destaque, a nosso ver, o turismo rural, no Guapiruvu, a significativa produção de pupunha em Saibadela e o repovoamento de juçara realizado no Parque Estadual Carlos Botelho por membros da comunidade rural de Rio Preto, organizados em associação.

- **Guapiruvu - (III) Baixo Guapiruvu**

Conforme descrito no tópico relativo a Eldorado, o bairro Guapiruvu é dividido em 3 setores: (I) Alto Guapiruvu - Prainha (ou Taquarinha) e (II) Assentamento Alves, Teixeira e Pereira - em Eldorado; e (III) Baixo Guapiruvu - núcleo de ocupação do bairro, e descrito a seguir

Reunindo a maior parte dos moradores do bairro, possui infraestrutura mais consolidada, apesar de ainda insuficiente para atender os moradores do bairro, a exemplo da captação, tratamento e abastecimento de água, ainda precário. Este setor do bairro é constituído por terreno mais plano, mais úmido e com solos espessos, onde se concentra a produção agrícola, especialmente da banananica, reunindo tanto os sistemas convencionais (banana em plantio extensivo e com ampla utilização de defensivos agrícolas, inclusive pulverização com aviões monomotores) como sistemas agroflorestais de banana com juçara e outras espécies de uso medicinal e agrícola.

Junto à escola pública se localizam as principais organizações sócio-produtivas do bairro:

- A AGUA (Associação de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável)⁵, possui como meta o “desenvolvimento econômico solidário e sustentável da comunidade do Guapiruvu”. A Associação está estruturada em 04 programas: (i) Organização Social; (ii) Economia Solidária e Negócios

⁵ Até o início de 2006, a AGUA era denominada Associação de Amigos e Moradores do bairro Guapiruvu.

Sustentáveis; (iii) Políticas Públicas e (iv) Ecocidadania. Um dos objetivos centrais da atuação da AGUA se refere ao Assentamento Alves, Teixeira e Pereira que envolve a regularização de lotes para 72 famílias cadastradas, cerca de 50% das famílias do bairro. Trata-se de um PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), projeto supervisionado pelo INCRA e realizado conjuntamente com a AGUA.

- A COOPERAGUA (fundada em 2002), com cerca de 67 cooperados, produtores de banana orgânica, com certificação transitória do IMAFLORA⁶, tendo como objetivo estimular a comercialização de produtos.
- O Clubinho Ambiental Amigos da Mata (fundado em 2003), formado por crianças e jovens da comunidade que tem por objetivo “a proteção e a preservação do meio ambiente, implantar melhorias no bairro, educação ambiental, formação de lideranças, coleta de lixo (bairro e rios) e monitoramento da qualidade da água” (Ata de Constituição, 21/06/2003).



Foto 58 - Centro Comunitário do Guapiruvu com galpão para reuniões da AGUA e Cooperagua (Foto: Maurício Marinho)



Foto 59 - Experimento agroflorestal do Sr. Geraldo de Oliveira - SAF com banana orgânica, juçara, pupunha e ervas medicinais (Foto: Maurício Marinho)



Foto 60 - Viveiro de mudas de pupunha, ao lado do Centro Comunitário (Foto: Maurício Marinho)

- **Saibadela**

No bairro rural de Saibadela a maioria dos moradores é proveniente de outros municípios, incluindo a região metropolitana de São Paulo. Grande parte teria migrado nos últimos três anos, com interesse em iniciar algum tipo de atividade agropecuária. Os nativos são de origem humilde e trabalham principalmente como diaristas na agricultura, tendo como fonte complementar programas do Governo como o Bolsa Família e o Bolsa Escola. Muitos são aposentados.

Dentre as atividades econômicas desenvolvidas no bairro, foi possível constatar diferentes graus de pressão sobre o ambiente: a produção em grande escala de banana pelo sistema convencional, com o emprego de agrotóxicos, com pulverização aérea (com aviões monomotores) de oito a dez vezes ao ano sobre a plantação. A pulverização com defensivos agrícolas tóxicos traz grandes impactos sobre rios, solos, florestas contíguas, fauna e populações residentes nas áreas diretamente afetadas. Esta atividade é realizada de forma predominante nas propriedades. Devido ao alto custo de produção, envolvendo aquisição de pesticidas e outros produtos defensivos e corretivos de solo,

⁶ Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (www.imaflora.org)

além do aluguel de serviço de trator e sobrevôos para pulverização, mesmo com maior produtividade de produção por hectare, o sistema convencional prejudica essencialmente a produção familiar (pequenas propriedades). O endividamento acaba, muitas vezes, por obrigar essas famílias a negociarem suas propriedades com os bancos ou vendê-las para agricultores mais capitalizados, o que acarreta concentração de terra e novas relações de trabalho, geralmente com grande exploração. No sentido de minimizar os problemas devidos à contaminação, incluindo segurança do trabalho e também as questões trabalhistas, o Ministério de Trabalho está determinando novas regras para uso de defensivos e regularização trabalhista, dentre outras medidas de controle e até mesmo punitivas.



Fotos 61 - Áreas de pastagem em médias propriedades (Foto: Maurício Marinho)

Fotos 62 - Sistema agroflorestal com palmeiras juçara, pupunha e real (Foto: Maurício Marinho)

Fotos 63 - Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental (Foto: Maurício Marinho)

O plantio de pastagem para a criação de gado utiliza agrotóxicos no manejo do capim braquiária.

O cultivo crescente de palmeira pupunha e também da palmeira real vem trazendo nova fonte de renda para alguns agricultores do bairro, com utilização de fertilizantes ou, em alguns casos, da adubação verde, ainda de forma experimental.

Outra atividade, menos impactante refere-se às pequenas roças de subsistência como o feijão e a mandioca. Foi constatada, ainda, a construção de tanques para piscicultura e carcinicultura (camarão da Malásia), principalmente por paulistanos, em chácaras de recreio. Esta atividade vem sendo objeto de diversas autuações pela Polícia Ambiental, uma vez que se localizam em APPs, sem o devido licenciamento.

A principal atividade sustentável realizada no bairro é a apicultura. Há ainda algumas hortas com ervas medicinais, áreas com SAFs (plantio de palmito juçara com pupunha e outras espécies passíveis de aproveitamento) e a perspectiva de construção de um viveiro de mudas de plantas nativas, dentro de um projeto de recuperação de mata ciliar ao longo do córrego Saibadela.

Na comunidade existe, desde 2001, a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro de Saibadela, cuja atuação está voltada à ordenação do comércio de produtos agrícolas do bairro, principalmente a banana. A Associação conta com 15 associados. Sua sede provisória funciona na antiga EMEF Bairro Saibadela. Foi realizada uma entrevista com o tesoureiro da Associação, o Sr.

Jonata, que faz parte do Conselho do PEI, demonstrando já haver um diálogo e interesse em aproximação com o Parque.

O Sr. Jonata apontou a segurança como aspecto positivo da presença do PEI na vizinhança da comunidade; mencionou também algumas expectativas dos moradores em relação ao Parque como: cursos de formação de monitores ambientais para membros da comunidade; melhoria na sinalização das estradas; possibilidade de atuação do Parque frente às instituições competentes com relação ao problema do saneamento básico e a incorporação do bairro ao circuito turístico do PEI. Apontou também a existência de conflitos entre os funcionários do PEI e os extratores de palmito, indicando haver uma grande cadeia de interesses no corte e comercialização da espécie. Segundo esta liderança deveria ser feito um trabalho de controle da pulverização em bananais, fato que traz sérios riscos à saúde pública e prejuízo a biodiversidade do Parque, uma vez que o plantio é feito em áreas limítrofes à UC.

Foi possível notar que a Associação é bastante articulada em seu objetivo de fomentar o comércio e a produção, promovendo parcerias com outras organizações e instituições. Encontra-se em gestação parceria com a futura central de vendas de produtos agrícolas de Registro (coordenada por uma cooperativa de agricultores familiares em parceria com a SINTRAVALÉ7 e PROTER8) para a comercialização da produção de banana. Além disso, a Associação conta com assessoria técnica de um agrônomo de Registro e de uma engenheira agrônoma da CATI⁹. Recentemente a comunidade foi beneficiada com a construção de um viveiro comunitário para produção de palmeira pupunha, subsidiado pela Casa de Agricultura, que também forneceu as sementes.

Além destas ações, a Associação estava iniciando parcerias com algumas ONG's, como a Amaina do Brasil, para iniciar um projeto de manejo da caixeta, e a ONG IDEAS, ainda sem um projeto formalizado.

No próprio bairro, além do viveiro, a Associação ajudou a organizar uma roça comunitária de milho e um programa voltado ao trabalho artesanal e ao bordado que no momento da entrevista contava com pouca mobilização. Há ainda uma pequena produção de banana frita (conhecida vulgarmente como banana *chips*) que acontece na antiga escola. Entretanto a comunidade enfrenta dificuldades em comercializar a produção. Mesmo com essas iniciativas constatamos que o corte de palmito ainda é um complemento de renda para alguns moradores.

A infra-estrutura e a oferta de serviços públicos no bairro são precárias: não há nenhuma escola em funcionamento. A antiga EMEF Bairro Saibadela foi desativada em 2005 quando da municipalização do ensino; a partir de então, a escola mais próxima encontra-se em Sete Barras, a cerca de uma hora e meia de ônibus.

O posto de saúde instalado no bairro sofre com a falta de equipamentos e os médicos o freqüentam duas vezes por mês. Os moradores contam com o atendimento do PSF.

A água consumida no bairro não é encanada, provém de minas ou de captação direta do rio. Os dejetos domésticos são despejados em fossas simples ou diretamente no rio. Não há coleta de lixo no bairro e o município não conta com um programa de coleta seletiva. A energia utilizada é

⁷ Sindicato dos Agricultores Familiares do Vale do Ribeira e Litoral Sul

⁸ Programa da Terra - Assessoria, Pesquisa e Educação Popular no Meio Rural.

⁹ Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

elétrica e não há rede telefônica. O campo de futebol localizado na Associação é a única opção de lazer, de acordo com o entrevistado.

O acesso ao bairro é realizado pela Estrada do Saibadela que não é pavimentada. O sistema público de transporte é precário, havendo apenas um único ônibus, que sai pela manhã retornando às 13:30hs de segunda a sábado, sendo que em feriados prolongados esta linha não funciona.

- **Barra do Ribeirão da Serra**

O bairro Barra do Ribeirão da Serra é adjacente ao bairro de Saibadela. O nome do lugar foi atribuído em virtude da barra formada pelo encontro das águas do rio Quilombo com as águas do Rio Ribeirão da Serra.

Alguns aspectos distinguem esse bairro dos demais: trata-se de um bairro urbano, que fica a 18 km da sede do município de Sete Barras e que tem recebido um fluxo migratório de aposentados (cerca de 60% da população) que adquirem propriedades como: casas, chácaras ou sítios. Praticam agricultura para consumo próprio; é de tal monta esse processo que a população praticamente triplicou em 20 anos. Esse afluxo tem como origem outros bairros de Sete Barras, a região do ABC paulista, a grande São Paulo e a grande Sorocaba. Além da forte presença de aposentados, muitos dos moradores são funcionários da prefeitura e se deslocam diariamente para Sete Barras. Um número reduzido de moradores trabalha como diarista na produção de banana ou na agricultura familiar, no plantio, principalmente de pupunha e de palmeira real. Ao mesmo tempo, os mais jovens se vêem obrigados a deixar o bairro à procura de oportunidade de trabalho em outras cidades, pois houve queda de 70% na produção da banana, principal atividade econômica do município, diminuindo significativamente a oferta de empregos. A produção de banana passou a se constituir como atividade familiar. Estima-se que quase 40% da população do bairro vive exclusivamente da extração ilegal do palmito juçara.

A renda média no bairro gira em torno de um salário mínimo, mas os extratores clandestinos de palmito juçara obtêm uma renda 100% maior que o restante da população. Ressalte-se que grande parte dos jovens e adultos do bairro atuam nesta atividade, adentrando os parques estaduais Intervales e Carlos Botelho. O bairro é reconhecido como uma das áreas de maior concentração de extratores do município de Sete Barras.

A produção de banana, de pupunha e de palmeira real é comercializada através da associação de moradores em parceria com a cooperativa. Os agricultores dispõem de assistência técnica incipiente através da CATI e conseguem crédito por intermédio do Banco do Brasil. Parte dessa produção agrícola é processada no bairro, como é o caso do palmito e da banana chips.

Na prática agrícola fazem a correção do solo, seleção de sementes, utilizam agrotóxico e adubação química. Criam búfalo, porco, gado e galinha, sendo os dois primeiros os principais rebanhos.

O bairro possui um pequeno comércio, com padaria, mercadinhos e bares. Em relação aos equipamentos públicos, dispõe da pré-escola e ensino fundamental, transporte público, Posto de Saúde e PSF, além de serviço de ambulância.

Quanto à infra-estrutura constatamos que a água que abastece o bairro é fornecida em parte pela Sabesp e outra parte provem de poços artesianos; a rede de esgoto tem cobertura de 50% e o restante é jogado no rio Quilombo. Há coleta de lixo duas vezes por semana. A rede de energia

elétrica cobre 100% dos domicílios. Há rede de telefonia fixa. O acesso à internet só pode ser feito via telefone.

A relação dos moradores com o PEI é contraditória; para aqueles que possuem propriedades utilizadas como segunda residência, a vizinhança com a Parque é bem vista, mas para os produtores rurais, grandes e pequenos, não se pode dizer o mesmo, pois se sentem “acuados”, “é como se eles morassem dentro do Parque”, disseram.

Um dos entrevistados afirma que os moradores não são informados sobre o significado de morarem próximos a uma área de proteção, atribuindo esta função ao PEI. Uma liderança local tem como expectativa que o PEI desenvolva um trabalho contínuo de educação ambiental, com o objetivo de informar a população e estreitar relações com a comunidade local, na tentativa de amenizar as impressões negativas com relação à preservação, encarada pela maioria dos moradores como obstáculo para o desenvolvimento - citam como exemplo o fato de não terem conseguido a licença para a construção da estrada que ligaria Sete Barras a São Miguel Arcanjo.¹⁰

A comunidade tem realizado várias reuniões para formalizar a associação de moradores. No dia em que realizamos as entrevista, estava marcada uma reunião com o SEBRAE para se constituir a pessoa jurídica da associação. O objetivo da associação é integrar as pessoas para que participem da vida comunitária, com objetivo de promover o desenvolvimento técnico e econômico, buscando alternativas de geração de renda. O bairro registra atividade artesanal. Não identificamos atuação de ONG's na comunidade.

O bairro é composto por católicos e evangélicos, com predomínio dos últimos. Apesar disso, a população do bairro celebra a festa da padroeira N.Sr^a. da Piedade e a festa de São João.

3.3.1.4 ANÁLISE DOS BAIRROS VISITADOS

Para melhor entender as áreas contidas na zona de amortecimento do PEI, foi necessário o estudo focal, utilizando o método survey, que ajudou a iluminar dados e informações coligidas no estudo em escala municipal.

O Alto Paranapanema e o vale do Ribeira são realidades distintas. No Vale do Ribeira as comunidades são bem articuladas, principalmente os quilombos que contabilizam grandes vitórias na demarcação de suas terras. Isso só foi possível graças ao elevado grau de organização de suas associações de moradores, decorrente de todo um processo histórico de mobilização e lutas. Esse grau de organização também propicia e viabiliza empreendimentos coletivos diversos relacionados a praticas sustentáveis. Já nos bairros da região do Alto Paranapanema não há o mesmo nível de organização; as associações comunitárias são poucas e de organização incipiente. As praticas e atividades sustentáveis, quando existem, são fortemente induzidas por agentes externos e têm com eles forte relação de dependência, como no caso dos projetos desenvolvidos pela Prefeitura de Guapiara. Muitos bairros testemunharam o desaparecimento de suas associações, fato comum em Ribeirão Grande. Nesse município convivem realidades que só nos foi possível a plena compreensão a partir desse trabalho focal, como o contra-senso expresso nos dados do SEADE, que registra uma população rural da ordem de 59% ao passo que atribui participação de apenas 6% no total de

¹⁰ Vale ressaltar que essas informações não foram confirmadas com os órgãos competentes.

trabalhadores ocupados, em relação ao setor agropecuário. Detectou-se que os grandes grupos de cimenteiras e mineradoras compraram grandes extensões de terra para futura exploração do calcáreo e para o desenvolvimento da silvicultura que alimenta a indústria da mineração; nesse quadro há escassez de terras agriculturáveis; apenas algumas poucas comunidades de pequenos produtores teimam em resistir ao assédio das mineradoras. Em parte, pela forte tradição rural, consubstanciada no cultivo do gengibre, inhame, hortaliças, ervas medicinais e frutas, além de atividades correlacionadas, como a produção do mel, criação de peixes, produção artesanal de pinga e rapadura.

Parte expressiva do território de Ribeirão Grande está ocupado pela silvicultura e por terras adquiridas pela CCRG e CBE onde há ocorrência de jazidas de calcáreo; isso se reflete, por exemplo, no conflito envolvendo a não renovação do contrato de arrendamento de terras entre o Grupo Votorantin e moradores do bairro Boa Vista em áreas onde prevalece a silvicultura. A população empregada na indústria (cerca de 32%) depende exclusivamente das mineradoras e como foi dito anteriormente, tal dependência da atividade mineraria se constitui em risco para o mercado de trabalho local. O setor de serviços em Ribeirão Grande (49%) é puxado pela indústria e, em menor grau, pelo funcionalismo público. Em bairros rurais próximos ao PEI neste Município constatou-se considerável importância da renda advinda de diárias pagas no trabalho agrícola e do trabalho sazonal nos municípios vizinhos como Jundiá (Empresa Remo) e Tatuí (indústria de suco de laranja). Peso significativo na composição dos rendimentos dessas localidades provém ainda de aposentadorias e programas de distribuição de renda dos governos estadual e federal, fato também constatado na maioria das comunidades visitadas nos demais municípios situados na Zona de Amortecimento de Intervales.

Os municípios de Ribeirão Grande e Guapiara padecem com problemas advindos da não regularização fundiária; propriedades recebidas por herança não vão sendo desmembradas cartorialmente, trazendo problemas como grilagem e dificuldade na obtenção de financiamento agrícola. A prefeitura de Guapiara através do mercado do produtor está cadastrando as propriedades e detectou que apenas uma em cada quatro está regularizada. Aqui caberia propor a intervenção do ITESP para estudar o problema.

Em Ribeirão Grande a concentração de terras nas mãos das cimenteiras tem limitado a atividade agrícola e até gerado dificuldades na circulação, pois foi fechada a estrada do Boituva, no Bairro Barro Branco. A população divide o uso e ocupação do solo com os interesses das mineradoras e cimenteiras, que tem como política, comprar bairros inteiros transferindo seus moradores para outras localidades, sempre de acordo com suas conveniências. Mesmo oferecendo empregos na região, o que foi visto é que tal fato não tem se traduzido em melhoria da qualidade de vida do conjunto das comunidades e vem criando um passivo social que tem que ser arcado pelas prefeituras, como ocorrido no bairro Boa Vista, com grande incidência de doenças ocupacionais da antiga cimento Itabira, além dos problemas respiratório também presentes em comunidades do vizinho município de Guapiara.

Assim, torna-se patente que em Ribeirão Grande e Guapiara vai se ampliando uma vizinhança cuja atividades não são compatíveis com áreas destinadas à preservação ambiental. A cadeia produtiva do cimento, instalada nesses dois municípios, envolve a retirada das rochas por explosivos até a fabricação do cimento. Na mineração do calcáreo se destrói o relevo, modifica-se o ciclo d'água,

além da destruição de sítios espeleológicos e arqueológicos, como ocorreu com a caverna Sumidouro. Na mineração do calcáreo, matéria prima para a indústria de cimento, dissemina-se resíduos industriais utilizados como combustíveis (como no caso da queima de pneus) e grande quantidade de material particulado como o observado no bairro do Elias. O passivo da saúde pública tem ficado a cargo dos municípios. Entre outros aspectos, faz-se necessário a devida compensação por esses danos ambientais.

Na fabricação do cimento são gerados resíduos físico-químico de elevado potencial poluidor. No bairro Barro Branco, em Ribeirão Grande, há extensa área com depósito de resíduos e não consta informação sobre o monitoramento de tais resíduos; qual o índice de contaminação do solo e das águas, como a fauna e flora estão sendo afetadas, etc. Há necessidade de respostas para essas questões. Porém, em relação à saúde pública, sobretudo no que diz respeito à poluição do ar pela disseminação de material particulado, os dados do DATASUS dão pistas sobre a dimensão dos problemas enfrentados pelos moradores dos municípios em foco, quando considerados os elevados índices de internação e óbitos originários de doenças respiratórias. Considerando-se que se trata de uma área de proteção ambiental, claro está que fatores externos estão influenciando negativamente na saúde pública desses dois municípios, conforme já foi abordado anteriormente.

A falta de emprego e de alternativas de renda nos municípios analisados no Alto Paranapanema, sobretudo em Guapiara e Ribeirão Grande tem levado a população mais jovem migrar para a grande Sorocaba e outras cidades e regiões metropolitanas. Para os que ainda trabalham a terra há um movimento sazonal de migrações que acompanha as safras na região, tendendo a gerar graves problemas de evasão escolar. Por outro lado, alguns bairros como o do Anacleto, em Ribeirão Grande, se transformaram em bairros dormitórios; todos os dias um ônibus da indústria de suco de Tatuí leva os trabalhadores para a lida diária.

Apesar de tudo isso nota-se, no entanto, que há sim grandes possibilidades de desenvolvimento de atividades compatíveis com a vizinhança da unidade de conservação, como atesta os exemplos dos moradores do Tanquinho, que possuem profundo conhecimento sobre plantas medicinais, do Bairro de Capela do Alto, que se destaca pelo artesanato e turismo, dos moradores do bairro Cristal, que possuem amplo conhecimento florestal advindo de seus saberes tradicionais (tendo inclusive organizado um grupo de coletores de sementes), do Anacleto, com sua aptidão para turismo rural, dos bairros Ouro Fino e Passagem, com seu imenso potencial para o ecoturismo.

Há grande expectativa em relação ao PEI; os moradores da Boa Vista esperam que o PEI atue como mediador no conflito que se estabeleceu entre arrendatários e o grupo Votorantim e acham que o PEI deveria incrementar o turismo na região, gerando empregos. Os moradores do Assentamento, em Sete Barras, tem a expectativa de serem incorporados ao Parque, além de apoio para que a área contígua seja transformada em RDS para o manejo do palmito. Todos os bairros pesquisados esperam que o PEI atue no sentido de criar empregos na região, com principal foco no turismo. É necessário deixarmos registrado que todos os moradores dos bairros de Ribeirão Grande que estão na zona de amortecimento do PEI possuem forte tradição rural, conhecem o manejo da terra, portanto a agricultura familiar, em bases sustentáveis, poderia ser fortalecida. O bairro Capela do Alto em Guapiara, até pela proximidade que tem com o PEI, deseja formalizar a parceria que já possui com o Parque para a venda de artesanato, mel e doces. Um grande produtor de tomate da Água Fria expressou o desejo de parcerias com o PEI para a produção de nativas, principalmente o

guanandi, e no treinamento para plantio e manejo do juçara. A associação dos moradores da Capela do Alto sugeriu que a prefeitura de Guapiara poderia fortalecer a parceria do bairro com o Parque, viabilizando a pavimentação da estrada e incentivando a construção de pousadas e restaurantes, fortalecendo assim o turismo religioso já existente.

Os bairros dos Pinheiros, Pianos, Macedo, Água Fria e Capinzal (este último pertencente a Iporanga, porém localizado na face norte), possuem características semelhantes. Avistam-se nessa região plantações de ervilha, vagem, pimentão repolho, abóbora, tomate, bem como caqui e pêsego, cuja produção é vendida para o CEASA de São Paulo. Essa área é constituída basicamente pela pequena propriedade familiar com algum emprego de mão de obra diarista e ocorrências de grande propriedade com o predomínio do cultivo do tomate. Nos bairros do Macedo e Pianos desenvolve-se a silvicultura. Os moradores dos Pianos reclamam da falta de água gerada pela plantação do eucalipto.

O trabalho no campo é realizado pelo mão-de-obra familiar e por diaristas, com diária em torno de R\$10,00. A maioria não possui vínculo empregatício; são trabalhadores volantes que acompanham as safras na região se deslocando a procura de trabalho. Não menos delicada é a situação dos que trabalham com o corte do eucalipto: o trabalho é exaustivo; a diária paga é basicamente a mesma; em períodos chuvosos não é possível trabalhar, o que acarreta a privação de rendimentos; estão sujeitos a acidentes com a moto-serra e picada de insetos e de animais peçonhentos.

Graças a essa forte tradição rural, a qual nos referimos anteriormente, há a possibilidade de se incrementar a agricultura familiar, a agricultura orgânica, o cultivo de plantas medicinais e outras atividades e práticas sustentáveis como alternativas obtenção de rendimentos. Atividades como a coleta de sementes, experiência desenvolvida no bairro do Cristal sob o fomento da ECOAR, devem ser estimuladas enquanto fator de geração de renda e de valorização do conhecimento tradicional. Por outro lado, alguns bairros como o da Passagem e Ouro Fino possuem atributos paisagísticos, como o testemunho arqueológico dos encanados, que os qualificam ao desenvolvimento de projetos de ecoturismo, aproveitando-se ainda as corredeiras para atividades de canoagem e bóia-cross.

Os municípios localizados na zona de amortecimento do PEI e que pertencem à região do Vale do Ribeira possuem características muito diversas daqueles localizados no Alto Paranapanema. As comunidades do Vale, como dissemos, são bem mais atuantes. Muitas destas associações tiveram forte apoio, em sua organização, da pastoral da terra nos anos setenta.

Na área rural, como se observa nas comunidades quilombolas de Maria Rosa e Pilões, a renda é originária da agricultura familiar, de aposentadorias, do trabalho no PEI e dos programas de distribuição de renda dos governos estadual e federal, além de rendimentos obtidos com a extração ilegal do palmito juçara, atividade a ser combatida. Os jovens quilombolas receberam treinamento do ITESP para monitoria ambiental, cursos de apicultura e culinária e artesanato, encontrando-se aptos para o desempenho dessas atividades, embora sejam incipientes ainda as atividades ali desenvolvidas nesses campos. As associações de moradores possuem viveiros de mudas e fazem coleta de sementes.

As expectativas manifestas em relação a parcerias com o PEI são no sentido da formação de educadores ambientais e na orientação sobre conservação. A associação do Quilombo Pilões espera

que o PEI intensifique a fiscalização para coibir a extração ilegal do palmito juçara e espera que o PEI os auxilie na limpeza da linha da divisa com o Parque.

O município de Sete Barras apresenta duas realidades muito distintas; é essencialmente agrícola, possui uma considerável produção convencional de banana, além de palmito pupunha e palmeira real, e por outro lado possui a mais bem articulada associação de moradores de todo o entorno do PEI, a AGUA, que luta contra a plantação convencional da banana, por entender que a quantidade de agrotóxicos utilizada por esse sistema de plantio é nociva ao meio ambiente. O Guapiruvu é uma comunidade que desenvolve muitas atividades plenamente compatíveis com a vizinhança de uma unidade de conservação. Pratica e fomenta a agricultura orgânica, a agrofloresta e agroecologia, faz o processamento da banana e da pupunha. O bairro de Saibadela, que reúne agricultores familiares em cooperativa, possui viveiro comunitário de mudas para a produção da pupunha. Ambas as associações são parceiras do PEI, e das ONG's PROTER, ISA, AMAINA BRASIL e IDEAS.

Sabe-se que no Alto Guapiruvu, Assentamento e Ribeirão da Serra, parte considerável da renda é obtida pela extração ilegal do palmito juçara, atividade que, estima-se, envolva cerca de 40% dos moradores da última comunidade mencionada.

Na zona de amortecimento do PEI, o turismo está em franco desenvolvimento no município de Eldorado, inclusive elevado à categoria de estância turística, porém a agricultura ainda é a atividade predominante com 47% de pessoal ocupado, baseando-se, sobretudo, na pequena e média propriedades. As principais culturas comerciais nas comunidades são banana, maracujá e pupunha.

Iporanga, no vale do Ribeira, também apresenta grande contradição entre a população rural (52%) e a taxa de empregos na agropecuária (4%), sendo que a área agrícola se concentra na região do Alto Ribeira (Capinzal e Maria Rosa). Os serviços respondem por 79%, índice explicado pelo emprego nas instituições públicas no município. A maior parte do território de Iporanga é área de Parque (PEI, PETAR e Jacupiranga); o município possui cerca de 300 cavernas. Com essa exuberância espeleológica, imensas extensões de mata atlântica, um núcleo urbano do século XVIII parcialmente preservado e várias comunidades tradicionais, Iporanga apresenta grande potencialidade de incremento na atividade turística.

